

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RAFAEL COSSETTI

**DIFERENÇA E COLETIVIDADE: A PRODUÇÃO
DISCURSIVO-LITERÁRIA DE SUJEITOS TRANSGÊNEROS**

VITÓRIA
2019

RAFAEL COSSETTI

DIFERENÇA E COLETIVIDADE: A PRODUÇÃO DISCURSIVO-LITERÁRIA DE SUJEITOS TRANSGÊNEROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, na área de concentração Estudos sobre Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento

Aprovada em: ____/____/____.

Banca examinadora

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento – PPGEL/UFES
Orientador

Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi – PPGEL/UFES

Profa. Dra. Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira – UFG

VITÓRIA
2019

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) – Edital FAPES/CAPES n. 07/2017 – N. FAPES 62/2018.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento pela orientação, pelo incentivo e pela postura como professor e pesquisador, uma inspiração que caminhará comigo.

Às professoras das Bancas de Exame de Qualificação e de Defesa Pública, profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi e profa. Dra. Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira, por aceitarem os convites, pela leitura atenta e pelas preciosas sugestões que ajudaram este trabalho a tomar corpo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, por contribuírem para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador e pessoa crítica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual esta pesquisa não poderia ter sido realizada.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Linguística, por compartilharem comigo suas incertezas e por ouvirem as minhas. Em especial à Luana Mattos, que me apoiou durante todo esse percurso.

Ao Paulo Rezende, por me fazer rir mesmo quando estava exausto demais para continuar.

Aos meus pais, Danilo e Maria Rita, pelo apoio incondicional.

RESUMO

Esta Dissertação examina a produção discursivo-literária produzida por sujeitos transgêneros e a constituição de sua paratopia. Conforme compreendida por Dominique Maingueneau (2016a), a paratopia é o caráter paradoxal dos discursos constituintes, como os discursos religioso, filosófico, científico e literário, os quais se comportam como discursos fundadores que validam a si próprios por meio de suas cenas de enunciação. Adotamos o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa na perspectiva enunciativo-discursiva desenvolvida por Maingueneau (2008a, 2008b, 2013, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b, 2016c). A fim de darmos conta do caráter interdisciplinar da pesquisa, buscamos diálogos com Michel Foucault (1983, 1999) e Judith Butler (2004, 2011, 2016), que tratam a sexualidade e o conceito de gênero social sob uma perspectiva de crítica à cisgeneridade compulsória. O gênero passa a ser compreendido como um conjunto de atos performativos, ou seja, norma que se materializa discursivamente. A pesquisa é de cunho analítico-descritivo e emprega como *corpus* discursos literários que compõem a coletânea *Nós, trans: escrevivências de resistência* do Grupo Transcritas Coletivas. Nessa perspectiva, analisamos, a princípio, a categoria de interdiscurso e, a partir dela, concentramo-nos nas três dimensões sobre as quais incide a paratopia: a cenografia, o *ethos* discursivo e o código linguageiro. O caráter interdisciplinar da AD viabiliza a pesquisa sobre a criação, por meio do discurso literário, de identidades em uma conjuntura do século XXI. Os resultados da análise confirmaram que a produção discursivo-literária dos sujeitos trans constitui-se de forma paratópica nos níveis da cenografia, do *ethos* discursivo e do código linguageiro. Esses discursos literários buscam criar um lugar para esses sujeitos e fazem-no em resistência à matriz cisgênera.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso literário. Paratopia. Identidade de gênero.

ABSTRACT

This dissertation examines the discursive-literary production by transgender subjects and the constitution of its paratopia. According to Dominique Maingueneau (2016a), paratopia is the paradoxical character of self-constituting discourses, such as religious, philosophical, scientific and literary discourses, which operate as founding discourses that validate themselves through their scenes of enunciation. For this purpose, we employed the theoretical-methodological framework of the French Discourse Analysis (DA), in its enunciative-discursive perspective developed by Maingueneau (2008a, 2008b, 2013, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b, 2016c). In order to account for the interdisciplinary nature of this research, we establish a dialogue with Michel Foucault (1983, 1999) and Judith Butler (2004, 2011, 2016), who deal with sexuality and the concept of social gender from a perspective of criticism of compulsory cisgenderism. Gender becomes a set of performative acts, that is, a norm that materializes discursively. This research is analytic-descriptive and turns to a *corpus* of literary discourses that constitute the collection *Nós, trans: escrituras de resistência* by Grupo Transcritas Coletivas. From this perspective, we first analyzed the category interdiscourse and, from it, we focused on the three dimensions upon which paratopia falls: the scenography, the discursive *ethos* and the linguist code. The interdisciplinary character of DA enables the research on the creation of identities, through the literary discourse, in a 21st century context. The results of the analysis confirmed that the discursive-literary production by transgender subjects are constituted in a paratopic form in the levels of scenography, discursive *ethos* and linguist code. These literary discourses seek to create a place for these subjects and do so in resistance to the cisgender matrix.

Keywords: Discourse Analysis. Literary discourse. Paratopia. Gender identity.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
2	AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE SUJEITOS TRANSGÊNEROS	17
2.1	Corpo, história e controle.....	21
2.2	O conceito de gênero social	28
2.3	<i>Queer</i> : teoria e política pós-identitárias	31
2.4	A escrita de si como contradiscurso	35
3	A ANÁLISE DO DISCURSO EM SUA PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA	38
3.1	A Análise do Discurso e seu objeto	39
3.2	A polivalência do termo “discurso”	46
3.3	O primado do interdiscurso.....	51
3.4	As cenas da enunciação.....	54
3.5	A noção de <i>ethos</i> discursivo	61
4	O DISCURSO LITERÁRIO COMO DISCURSO CONSTITUINTE	66
4.1	Do fato literário ao discurso literário	68
4.2	A paratopia dos discursos constituintes.....	75
4.2.1	As representações da paratopia: a paratopia de identidade	77
4.2.2	A embreagem paratópica	79
4.3	O código linguageiro.....	80
5	A PARATOPIA NOS DISCURSOS LITERÁRIOS DE SUJEITOS TRANSGÊNEROS	83
5.1	A produção discursivo-literária de sujeitos transgêneros: a coletânea <i>Nós, trans</i> : escrituras de resistência do Grupo Transcritas Coletivas.....	85
5.2	Grupo A: a cenografia de manifesto político em prosa	92
5.3	Grupo B: a cenografia intimista em poesia	105

5.4	Grupo C: a cenografia de diário em prosa e em poesia	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	131

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A palavra “transgênero” surgiu para o público mais amplo somente nas últimas décadas e, justamente por isso, seus significados ainda estão sendo negociados (STRYKER, 2017). Recorremos às orientações de Jaqueline Gomes de Jesus¹ (2012) para delimitar que se trata de um conceito “guarda-chuva” utilizado para um conjunto diversificado de sujeitos que não se identificam, de formas e em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi designado antes mesmo do momento do nascimento.

Esperamos que a nossa pesquisa, além de contribuir para a investigação de fenômenos discursivos do campo literário, inclua-se, assim como a coletânea que deu origem ao nosso *corpus*, em um projeto de celebração da transgeneridade, em um movimento político de criação de espaços para

[...] o momento no qual um sujeito – uma pessoa, uma coletividade – afirme o direito ou se perceba digno de ter uma vida vivível quando nenhuma autorização anterior para tal existe, quando nenhuma convenção que torna isso possível está disponível (BUTLER, 2004, p. 224, tradução nossa²).

A valorização dos discursos produzidos por esses sujeitos trans³ requer uma luta contra essencialismos e dicotomias. É necessário problematizar posicionamentos assentados em modelos tradicionais e homogêneos, alicerçados em relações políticas de subordinação e dominação. Torna-se imprescindível refletir sobre mudanças sociais recentes, seja no dia a dia, seja na condução de nossas pesquisas. Somente com esse questionamento, abre-se espaço para uma perspectiva que celebre a complexidade da diferença.

Inserindo-se nesse panorama, examinamos os discursos literários produzidos por sujeitos transgêneros e a constituição de suas paratopias. Ao considerarmos a posição de entrecruzamento de ciências humanas na qual se encontra a Análise do

¹ Escolhemos mencionar o nome completo dos autores principais que fundamentam esta pesquisa, quando aparecem pela primeira vez no texto. Com isso, intencionamos identificá-los de forma reverenciosa. A autora Jaqueline Gomes de Jesus é responsável por um dos discursos literários analisados.

² “What moves me politically, and that for which I want to make room, is the moment in which a subject—a person, a collective—asserts a right or entitlement to a livable life when no such prior authorization exists, when no clearly enabling convention is in place”.

³ O termo “trans” será empregado para se referir a “transgênero”.

Discurso de linha francesa (AD), adotaremos seu aporte teórico-metodológico na perspectiva enunciativo-discursiva desenvolvida por Dominique Maingueneau (2008a, 2008b, 2013, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b, 2016c).

Optamos por propor uma análise pautada, sobretudo, na perspectiva enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau, o que agrega a este trabalho um caráter interdisciplinar, já que outras áreas de conhecimento se mostram fundamentais para a investigação das diversas dimensões discursivas. A fim de darmos conta desse caráter interdisciplinar, dialogamos com Michel Foucault (1983, 1999) e Judith Butler (2004, 2011, 2016). Ambos abordam a sexualidade e o conceito de gênero social sob uma perspectiva de crítica à heterossexualidade e à cisgeneridade compulsórias e ao sistema binário de gênero.

Nessa perspectiva, definimos que nosso objetivo geral é examinar a constituição da paratopia em discursos literários produzidos por sujeitos trans; e os objetivos específicos são verificar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelos sujeitos trans para revelar um *ethos* discursivo; identificar a interdiscursividade e as formações discursivas que no *corpus* selecionado contrapõem uma linha de coerência entre sexo, gênero, prática sexual, desejo; e compreender a relação entre o código linguageiro e a embreagem paratópica como condição de enunciação.

Mediante uma discussão teórico-metodológica, analisamos nos discursos literários, a princípio, a rede de interdiscursos e, então, adentramos as dimensões sobre as quais a paratopia incide: o código linguageiro, a cenografia e o *ethos* discursivo. Esta pesquisa busca responder, portanto, à seguinte pergunta: de que forma os embreantes paratópicos – a cenografia, o *ethos* discursivo e o código linguageiro – administram nos discursos literários produzidos por sujeitos trans uma paratopia de identidade inscrita em um posicionamento *queer*, que resiste à matriz cisgênera e heterossexual?

Este tema, além de sua atualidade e relevância para a área da Linguística, mais especificamente da AD, representa uma forma de valorizar a produção discursiva de vivências que geralmente são discriminadas e marginalizadas. Segundo Maingueneau (2016a), por meio do processo de criação do discurso literário, o escritor

constrói para si um lugar no mundo, sendo sua paratopia parte integrante de criação artística.

As discussões em torno do conceito de gênero social têm conquistado mais espaço recentemente, inclusive nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais, nas peças midiáticas e nas políticas públicas. Apesar do anúncio em 18 de junho de 2018 da travestilidade e da transexualidade da categoria de transtornos mentais Classificação Internacional de Doenças (CID-11) (MARTINS, 2018)⁴ e de algumas iniciativas isoladas, como a autorização de retificação de nome sem exigência de laudo (LUCON, 2016)⁵, durante o período de produção desta pesquisa, presenciamos o fortalecimento de uma nova onda conservadora que retoma formas de regulação que delineiam padrões a serem seguidos, que ameaça as poucas conquistas da comunidade trans e que dificulta a luta cotidiana pela despatologização das identidades trans.

No entanto, esse cenário parece recrudescer logo nas primeiras semanas de 2019: comentários transfóbicos da representante máxima do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (PAINS, 2019)⁶, a retirada de uma cartilha que trata da saúde dos homens trans (GUIMARÃES, 2019)⁷ e o veto de um projeto de lei que garantia o uso do nome social no âmbito do estado de Santa Catarina (CALDAS, 2019)⁸. Ainda, nos últimos dias de janeiro, vimos o exílio de Jean Wyllys (BARROS, 2019)⁹ devido à intensificação das ameaças de morte recebidas. O deputado federal (PSOL-RJ) eleito pela terceira vez consecutiva é responsável em parceria com Erika Kokay (PT-DF) pelo Projeto de Lei nº 5002/2013 (BRASIL, 2013)¹⁰, denominado Lei João W. Nery ou Lei de Identidade de Gênero, que dispõe sobre o direito à identidade

⁴ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/decisao-da-oms-sobre-identidade-trans-deve-reforçar-políticas>. Acesso em: 23 nov. 2018.

⁵ Disponível em: <https://nlucon.com/2016/11/04/justica-autoriza-pela-primeira-vez-mulher-trans-a-mudar-nome-e-genero-sem-a-exigencia-de-laudo/>. Acesso em: 2 out. 2018.

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-dama-res-alves-em-video-23343024>. Acesso em: 23 jan. 2019.

⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/11/governo-exonera-especialista-com-40-anos-de-experiencia-em-prevencao-de-hivaid/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/01/15/governador-de-sc-veta-projeto-de-lei-sobre-nome-social-na-administracao-publica-do-estado.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2019.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2019.

¹⁰ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013. Acesso em: 2 fev. 2019.

de gênero. Conforme sua ficha de tramitação¹¹, o andamento foi interrompido e o projeto foi arquivado no dia 31 de janeiro de 2019.

A visibilidade das chamadas “minorias” sexuais, como afirma Guacira Lopes Louro (2001), oculta efeitos paradoxais, como a renovação de ataques e o aumento da violência cometida por grupos conservadores da sociedade. As experiências dos sujeitos trans são marcadas, sobretudo no Brasil, por violências físicas e psicológicas, quando suas identidades não são respeitadas, inclusive em meios institucionalizados, como a mídia e o governo. Segundo relatório da organização não governamental Transgender Europe (TGEU), entre os países monitorados, o Brasil é o país que mais mata transgêneros no mundo, somando 1238 mortes de janeiro de 1º de janeiro de 2008 a 30 de setembro de 2018. Nesse mesmo período, o número de homicídios no Brasil é mais de três vezes maior que o número de 408 mortes do segundo colocado, o México.

Ao longo dos últimos séculos, os discursos do campo médico-científico contribuíram para a construção de um entendimento que patologiza os sujeitos trans, baseado em uma visão de que o gênero estaria submetido ao sexo biológico (BENTO, 2008). O saber médico, dessa forma, dividiu a sexualidade entre formas ditas “normais” e formas ditas “anormais”. Tais normas foram convencionadas com o objetivo de atender a um determinado tipo de organização econômica e social adotada.

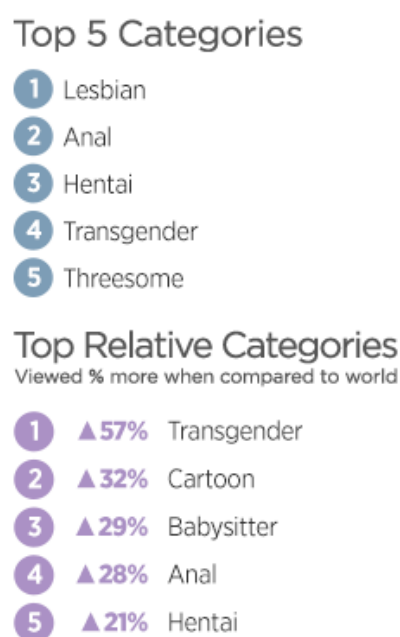
A patologização de determinadas identidades confere poder àqueles que são considerados “normais” e autoriza-os a “descontaminar” a sociedade das outras formas de identidade. As normas de gênero só conferem inteligibilidade, ou seja, existência e direito à vida, àqueles que se conformam aos gêneros “apropriados”. Portanto, o saber médico, um dos “fabricantes” das normas de gênero, não descreve imparcialmente a natureza, mas produz hierarquizações.

Aliada à patologização, a ausência de visibilidade contribui para a situação de discriminação, exclusão e violência frequentes a que estão submetidos esses sujeitos. Ao mesmo que é o país onde mais se mata transgêneros, o Brasil, comparativamente, pesquisa mais conteúdo pornográfico com esses sujeitos do que o resto do mundo.

¹¹ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 2 fev. 2019.

Segundo o Pornhub Insights (2016), no ano de 2015, a página Redtube registrou que o público brasileiro pesquisou 89% a mais que o resto do mundo por conteúdo da categoria “*shemale*”, termo pejorativo da língua inglesa que designa mulher trans ou travesti geralmente vinculada à prostituição. Essa tendência é confirmada pelos últimos relatórios da plataforma: em 2017, os brasileiros procuraram 84% a mais que o restante do planeta conteúdo da categoria “*transgender*” (PORNHUB INSIGHTS, 2018a) e, em 2018, a probabilidade de um brasileiro buscar conteúdo na categoria “*transgender*” foi de 57% em relação aos outros países (Figura 1).

Figura 1 – Listas das categorias mais pesquisadas e das categorias mais pesquisadas em comparação com o resto do mundo pelo público brasileiro durante o ano de 2018 na página Pornhub



Fonte: Pornhub Insights (2018b).

Dessa sociedade que discrimina as identidades trans resultam sujeitos com acesso bastante limitado à cidadania e ao mercado de trabalho. Segundo o levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (2019), 90% da população de transexuais e travestis dependem da prostituição como fonte de renda. Além de serem alvos constantes de preconceito, exclusão e violências variadas, a população trans é geralmente categorizada na cultura brasileira por ângulos patologizantes e estereotipados. Segundo Jesus (2012), essa categorização abarca seis dimensões distintas: biológica, relativa ao sexo biológico; identitária, que se refere à autoidentificação; clínica tradicional, visão ortodoxa patologizante, relacionada às

nomeações dadas pelo saber médico; clínica identitária, visão nova e ainda pouco difundida, decorrente da apropriação da visão identitária sobre gênero social pela clínica, tornando-a inclusiva; laboral, consequente da aproximação atribuída socialmente a determinados grupos profissionais; e política, decorrente da autoidentificação e da busca por uma desvinculação ao modelo patologizante.

A situação de vulnerabilidade social e de violência com a qual os sujeitos trans lidam diariamente indica que suas experiências devem ser celebradas, inclusive no meio acadêmico. Julgamos que conhecer melhor suas vivências por meio de seus discursos literários possa ser um caminho válido para contrapor os discursos estereotipados e transfóbicos que circulam em abundância.

O discurso literário conserva, enquanto discurso constituinte, uma localidade paradoxal, já que seu enunciador “não pode situar-se nem no exterior nem no interior da sociedade: está fadado a dotar sua obra do caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento a essa sociedade” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 68). O autor denomina esse caráter paradoxal dos discursos constituintes, como o filosófico, o científico e o teológico, paratopia. A paratopia refere-se, então, a “uma difícil negociação entre o lugar e o não lugar” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 68).

No nível do discurso constituinte, a paratopia dá-se em dois níveis complementares, a saber, no nível do conjunto do discurso constituinte, em razão destes pertencerem e não pertencerem ao universo social, e no nível de cada criador de discursos constituintes, que, para estarem em conformidade com sua enunciação, devem construir uma impossível identidade por meio de formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade (MAINGUENEAU, 2016a). Em se tratando de discurso literário, a paratopia relacionada aos escritores, na verdade, só é paratopia se incorporada a um processo criador. É necessário que os criadores organizem seus discursos em torno das tensões paradoxais, que se mostram paratópicas mediante as cenas de enunciação que compõem.

Diante desse contexto, é importante trazer essa problemática para a área da Linguística, particularmente, da AD, e contribuir para as pesquisas sobre temas correlatos às questões de gênero. Ao deslocar as discussões da Teoria *Queer* para os estudos linguísticos, buscamos investigar a forma que negociamos nossas

identidades dentro de sociedades heteronormativas e compreender a relação entre a produção desses discursos e os sujeitos que os produzem. Nessa perspectiva, práticas discursivas que envolvem indivíduos são entendidas como parte de uma estrutura de dominação que limita as ações discursivas de maneiras variadas. O discurso deve ser compreendido como a forma de circulação de posicionamentos, o palco de produção das diversas práticas sociais e o meio pelo qual as identidades são negociadas.

A noção de gênero social sobressai como uma ferramenta teórico-política bastante produtora, ao passo que abala certezas firmemente alicerçadas em diferenças biológicas, que ainda são utilizadas como justificativas para inúmeras desigualdades entre os gêneros. A consolidação dos estudos que abordam o gênero no campo acadêmico evidencia a multiplicidade de formas de viver as identidades e expressões de gênero e que estas são construções sociais e culturais elaboradas por intermédio de inúmeros discursos, instituições e áreas do saber (LOURO, 2001, 2004). Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar as práticas sociais e culturais que, por meio de seus diferentes discursos, constituem os sujeitos que fogem à heterossexualidade compulsória. Além disso, outra contribuição relevante das pesquisas que seguem esse caminho é declarar que a linguagem deve ser entendida como um ato de identidade.

Ao mesmo tempo que procuramos colaborar para a ampliação das pesquisas sobre a paratopia, conceito ainda pouco explorado nos trabalhos acadêmicos, julgamos que a investigação de como os sujeitos trans utilizam a linguagem literariamente possa aumentar a compreensão do poder da linguagem como um construto mediador e constitutivo de identidades. Para tanto, a AD e seu caráter interdisciplinar viabilizam esse estudo sobre a criação, por meio do discurso literário, de identidades.

O *corpus* de nosso trabalho é composto por nove discursos literários de sujeitos trans que compõem a coletânea *Nós, trans: escrevivências de resistência* do Grupo Transcritas Coletivas (2017)¹², publicada no formato de livro eletrônico pela editora LiteraTRANS, que é voltada exclusivamente à produção de sujeitos trans. Os

¹² Com o intuito de respeitar a capa da coletânea – ver Figura 2 na p. 86 – e a ideia de uma produção organizada de forma coletiva, referimo-nos aos discursos por meio da referência Grupo Transcritas Coletivas, indicando nas notas de rodapé a responsabilidade de cada discurso.

discursos, que foram organizados em três grupos diferentes, de acordo com sua cenografia predominante, almejam dar conta da situação histórica de estigma, de marginalização e de violência com a qual lidam os sujeitos trans. Essa situação é alimentada pela crença na sua anormalidade, que, por sua vez, decorre do estereótipo de que o natural é que o gênero atribuído ao nascimento, ou mesmo antes, seja aquele com o qual as pessoas se identificam. Dessa forma, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga adequado para esse ou aquele gênero (JESUS, 2012).

Além da relevância de investigar o discurso literário que tematiza questões de gênero em uma perspectiva discursiva, justifica-se a escolha do *corpus*, por um lado, pela importância da inserção da Linguística na compreensão do discurso literário. Pretende-se ampliar e fortalecer o conhecimento dessa relação, e, por outro, pela valorização de discursos produzidos por sujeitos que historicamente foram e continuam sendo marginalizados, inclusive pelos discursos que circulam dentro da academia.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar deste trabalho, os capítulos que sucedem à introdução têm como propósito abordar as bases teórico-metodológicas para a análise subsequente.

No capítulo intitulado “As condições sócio-históricas de produção das narrativas de sujeitos transgêneros”, resgatamos as condições sócio-históricas dos discursos hegemônicos sobre os sujeitos transgêneros, como o histórico de patologização conduzido pelos saberes médico-científicos e a construção do conceito de identidade de gênero. Em sequência, defendemos a relevância das escritas de si como contradiscurso.

No capítulo seguinte, cujo título é “A Análise do Discurso em sua perspectiva enunciativo-discursiva”, tratamos do momento de fundação e do objeto da disciplina Análise do Discurso, além de conceitos basilares para a perspectiva enunciativo-discursiva, desenvolvida por Maingueneau, tais como interdiscurso, cenas de enunciação, cenografia e *ethos* discursivo. A compreensão desses conceitos se mostra essencial para a metodologia que empregamos.

Já no capítulo “O discurso literário como discurso constituinte”, expomos, baseados no panorama delineado por Maingueneau (2016a), as particularidades do discurso

literário, como seu modo de funcionamento enquanto discurso constituinte, o conceito fundamental para o nosso trabalho, a paratopia, e a categoria código linguageiro. Nesse ponto, circunscrevemos os discursos literários analisados dentro das reflexões propostas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2017) sobre uma “literatura menor”.

Após discutirmos essas problemáticas, apresentamos o *corpus* mais detalhadamente e procedemos, no capítulo “A paratopia nos discursos literários de sujeitos transgêneros”, à análise com o intuito de satisfazer os nossos objetivos de pesquisa. Finalmente, tecemos considerações sobre os objetivos alcançados, os resultados obtidos, o tema em questão e possíveis caminhos futuros para a ampliação da investigação.

2 AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE SUJEITOS TRANSGÊNEROS

[...] existe na posse da linguagem uma extraordinária potência.

Frantz Fanon (2008)

Eu voltei e voltarei quantas vezes preciso for pra calar a boca de quem me subestimou, cê duvidou e, agora, eu tô aqui, o mundo girou e chegou a vez das travestis...

Grupo Transcritas Coletivas (2017)¹³

Neste capítulo, recuperamos as condições sócio-históricas de produção das narrativas sobre sujeitos transgêneros, traçando um percurso que, ao final, evidencia a produção mais recente desses próprios sujeitos em forma de escritas de si: contradiscursos que subvertem as narrativas disciplinadoras produzidas desde o século XIX (FOUCAULT, 1999). Ao longo deste capítulo, procuramos especificar a forma segundo a qual empregamos essa noção. Procuramos manter a complexidade dos contradiscursos, sem reduzi-los a uma relação binária que coloca um discurso primeiro *versus* um discurso reverso.

Para tanto, discutimos os limites das instituições sociais que lidam com as demandas desses sujeitos e a necessidade de se repensar os critérios de a/normalidade que são impelidos sobre os sujeitos que não se conformam à ilusão reducionista da diferença sexual. Passamos, dessa forma, pela construção da sexualidade enquanto dispositivo de regulação, pela criação da categoria gênero social e seus desdobramentos em identidades sexuais e de gênero dentro da Teoria *Queer*. Salientamos, ainda, que buscamos tratar das questões trans como pertencentes a uma comunidade maior, a LGBTI+¹⁴, que agrega, mas não está limitada a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis e intersexuais.

¹³ Trecho do discurso assinado por Karol Vieira (MC Xuxú).

¹⁴ Embora utilizemos ao longo do trabalho a sigla LGBTI+, por ser mais recorrente, reconhecemos que essas letras não abrangem todos os sujeitos que não se enquadram no modelo heterossexual. Empregamos, ademais, o termo *queer* como teoria, cultura e posicionamento político e não como uma política identitária uniformizadora: “[...] se ‘queer’ é visto primariamente como a base para uma nova política de identidade, então também ele necessariamente irá excluir e restringir” (SPARGO, 2006, p. 36).

Com o intuito de iniciarmos nosso percurso sobre o gênero social, de acordo com Berenice Bento (2008), retomamos a história de Chevalier d'Eon/Madame Beaumont. Alto/a funcionário/a do serviço secreto do rei Luiz XV da França, Charles Eon de Beaumont (1728-1810) exerceu a função de espiã/o na Rússia e Inglaterra, transitando entre dois gêneros. Apesar disso, não teve sua posição na corte ameaçada.

Nesse período do século XVIII, a tolerância da corte e da sociedade como um todo é representativa de uma relação entre corpo e gênero na qual não se define lugares para o feminino e o masculino a partir da genitália. Nas histórias que se referiam a essa/e alta/o funcionária/o do rei, permitia-se a dúvida sobre seu gênero, sem se recorrer a uma determinação natural das condutas. É no século XIX que o sexo se transforma em um parâmetro de determinação de identidades. Comportamento e gênero passam a ser compreendidos em relação ao sexo e, mais especificamente, à genitália (BENTO, 2008), em uma lógica segundo a qual, no masculino, há a presença do pênis e, no feminino, a ausência, representada pela vagina.

De que maneira, portanto, a transgeneridade chega, na concepção mais corrente, a ser analisada como uma patologia? A retomada da história da sexualidade empreendida por Foucault (1999) busca levantar a instalação e a manutenção da verdade produzida socialmente sobre a sexualidade. Trata-se de um método catalizador para o desenvolvimento da Teoria *Queer* nos anos posteriores. Antes de tudo, descarta-se a “hipótese repressiva”.

Segundo essa hipótese, dominante até os dias atuais, a sexualidade é um aspecto natural da vida humana que passa a ser silenciado do século XVII em diante. No século XIX, a sexualidade permanecia proibida e reprimida sob o amontoamento de regras morais da burguesia. No século seguinte, as regras sociais mais maleáveis e o trabalho dos analistas promoveu uma liberação de desejos reprimidos, fazendo com que tudo pudesse vir à tona. O segredo para a saúde e a felicidade residia na capacidade de expressão de desejos sexuais. Foucault (1999) contraria a história estabelecida da repressão sexual ao “[...] recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII” (FOUCAULT, 1999, p. 16).

A genealogia¹⁵ da sexualidade depende de uma mudança de compreensão sobre o que é a sexualidade: antes de ser um aspecto natural da vida humana, trata-se de uma categoria construída da experiência que não tem origens biológicas e sim históricas, sociais e culturais. Esse projeto foucaultiano busca, afinal,

[...] determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. Daí o fato de que o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1999, p. 16).

A sexualidade é um produto cultural que não pode ser entendido como uma simples extensão de uma dimensão biológica. Sem rejeitá-la por completo, Foucault (1999) prioriza a contribuição orientadora de discursos e instituições. Nessa genealogia, não se persegue uma verdade última sobre a sexualidade, como ocorre nas ciências médicas e “psi”, estas últimas, de acordo com Bento (2006), formadas pela Psicanálise, a Psiquiatria e a Psicologia. Enfatiza-se, no entanto, seu processo de produção e seu funcionamento social. Foucault (1999) estuda a sexualidade enquanto dispositivo¹⁶, uma rede de saberes e poderes que se apropriam do corpo em sua materialidade viva e o investem de significação e inteligibilidade. O dispositivo da sexualidade funciona como um poder que autoriza algumas vivências e interdita outras.

O trabalho do filósofo francês examina vários discursos – entre eles, o discurso médico e o psicanalítico – que incitam a produção de um saber sobre a sexualidade humana voltado para a manutenção de determinadas relações de poder. Dois procedimentos podem ser responsabilizados pela produção de verdades sobre a sexualidade: a *ars*

¹⁵ Emprestado de Nietzsche, o termo “genealogia” é utilizado por Foucault para designar uma investigação sobre a produção e funcionamento de discursos que ganham a posição de verdades incontestáveis e universais (SPARGO, 2006, p. 67).

¹⁶ O termo “dispositivo” é empregado por Foucault para se referir a “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

erotica e a *scientia sexualis* (FOUCAULT, 1999). Aquela, a arte erótica, é própria de culturas como o Império Romano, a China, o Japão e a Índia e se baseia na multiplicação de prazeres, extrai-se a verdade sobre o prazer do próprio prazer. A “colocação do sexo em discurso” é submetida a uma incitação crescente e essa “[...] vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou [...] em construir uma ciência da sexualidade” (FOUCAULT, 1999, p. 17-18). A ciência da sexualidade do Ocidente, a *scientia sexualis*, empenhou-se em encontrar a verdade sobre a sexualidade por meio da técnica da confissão.

A confissão cristã, as práticas médico-psicológicas, judiciais, pedagógicas e familiares dependem do detalhamento em forma de narrativas de sentimentos, desejos e pensamentos para alguém autorizado a recebê-los e a produzir uma verdade nesse processo. Por conseguinte, estabelece-se uma relação de poder entre o sujeito que confessa e se expõe na produção do discurso sobre si e o sujeito que ouve o discurso, redimindo-o, condenando-o e/ou dominando-o.

No século XVIII, começa-se a entender que a sexualidade, em vez de ser julgada, deveria ser regulada e administrada (SPARGO, 2006). Nesse contexto, viabilizam-se as formas tradicionais de entender a sexualidade que circulam ainda hoje. A oposição entre heterossexualidade e homossexualidade é uma dessas formas. A categoria homossexual é construída a partir do século XIX. Isso não quer dizer, é claro, que não existiam relações homoafetivas antes desse período, porém é daí em diante que surge o homossexual como uma “espécie”¹⁷ (FOUCAULT, 1999, p. 44). Se nos séculos anteriores práticas sexuais homoafetivas eram condenadas e proibidas por lei, no século XIX, essas práticas definiriam uma identidade perversa e anômala. Uma variedade de estudos e de estratégias concentrou-se no homossexual com o objetivo de preservar e promover uma população produtiva e procriativa, conforme os interesses do sistema capitalista em desenvolvimento.

Visto como uma aberração dentro da norma heterossexual, a/o homossexual começa a falar em seu nome e a resistir ao discurso de perversidade preso à sua identidade. Todas as formas de controle dessa sexualidade em diversos campos, como o

¹⁷ “A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 1999, p. 43-44).

psiquiátrico, o jurídico, o médico, tornaram possível a produção de um contradiscurso que demanda legitimidade. Segundo Tamsin Spargo (2006), encontra-se nessa reação o princípio de uma política de identidade.

Um processo semelhante de classificação e abjeção ocorre com os sujeitos que, como Chevalier d'Eon/Madame Beaumont, transitavam entre os gêneros e os que reivindicavam legalmente a passagem de um gênero para outro. Do século XIX em diante, onde estão, pois, esses sujeitos? De acordo com Bento (2008), começam a desaparecer da vida pública para figurarem em textos da Medicina e nos espaços confessionais das clínicas.

A medicalização da sexualidade, conforme estudada inicialmente por Foucault (1999), é discutida por Bento (2006). A classificação de condutas individuais realizadas no século XIX se assenta na invenção de dois sexos “verdadeiros” no século anterior, conforme defende Thomas Laqueur (2001). Essa invenção se dá por intermédio da genitalização da sexualidade e das subjetividades e torna possível a naturalização dos gêneros.

Ao atravessar diversos campos e posicionamentos, o sistema binário masculino-feminino alega que o gênero espelha o sexo e todas as outras características constitutivas dos sujeitos estão atreladas a uma determinação biológica, natural. Num sistema que só admite duas possibilidades, “a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as *supostas* disposições naturais” (BENTO, 2008, p. 17, grifo nosso). Discutimos, na próxima seção, de que maneira o controle do dispositivo da sexualidade se estabelece sobre o corpo e o fazemos com base na questão: as disposições naturais existem fora de um sistema de significação cultural?

2.1 Corpo, história e controle

O caso de Herculine Barbin ilustra a questão do controle sobre o corpo e as consequências para identidades que, no século XX, juntaram-se em uma comunidade. Educada em colégios de freiras, Herculine descobre aos 20 anos que sua genitália não se adequava às normas estabelecidas, após procurar um médico devido a dores no abdômen. Depois de exames que identificaram a predominância da genitália e

características secundárias masculinas, conclui-se que ela havia sido batizada no sexo errado. Num exercício catártico, começa a escrever seu diário aos 25 anos, focalizando em grande parte a época que viveu como mulher.

No contexto histórico do caso de Herculine, meados do século XIX, o dispositivo da sexualidade e, conseqüentemente, a medicalização das sexualidades já estão em pleno funcionamento. Transitar entre os gêneros não é mais permitido. A ciência da sexualidade determinava que “[...] todo sujeito tem um sexo e a tarefa da ciência é desfazer os ‘disfarces’ da natureza e determinar o sexo verdadeiro a partir de um exame minucioso do corpo” (BENTO, 2006, p. 119).

A autobiografia de Herculine foi apropriada pelo médico-legista Auguste Ambroise Tardieu e publicada em 1874 em um livro cujo objetivo era defender a origem biológica das condutas. O sexo seria pura e simplesmente uma questão biológica. O diário de Herculine aparece como uma forma de argumentar que a ausência de uma definição exata do sexo de uma pessoa causa danos irreparáveis. No caso de Herculine, “[...] a ciência e a justiça foram obrigadas a reconhecer o erro e a devolver esse jovem rapaz a seu sexo verdadeiro” (TARDIEU, 1983, p. 114). Em casos semelhantes ao de Herculine, os âmbitos médico e legal do século XIX buscavam interferir e desfazer o “disfarce” da natureza.

Após sofrer a imposição de uma identidade com a qual não se identificava, lembra-se dos dias felizes de antes: “[...] Estes foram os dias felizes de uma vida consagrada ao abandono e ao frio isolamento. Oh, meu Deus, que destino o meu! Mas o desejava assim, e eu me calo” (BARBIN, 1983, p. 100). O conflito de Herculine, a princípio, não era com sua identidade de gênero, era com a sua sexualidade. No momento em que confessa a um padre o envolvimento amoroso com uma mulher, ele sugere que ela “[...] retire-se do mundo e torne-se uma religiosa, mas não revele a ninguém a confissão que me fez, pois um convento de mulheres não a admitiria” (BARBIN, 1983, p. 62).

A saída proposta pelo padre se prova inviável, já que o saber médico havia chegado a uma conclusão sobre seu caso, o que, por conseguinte, levaria a uma mudança de seus documentos de acordo com o seu novo sexo. Segundo a leitura de Bento (2006),

o fato determinante para a produção dos pareceres médicos foi uma “defesa da heterossexualidade”.

O caso de Herculine assume [...] um papel demarcador: ele é interpretado como um marco definidor entre duas formas de interpretar o corpo. Conforme Butler (1999), as convenções linguísticas que produzem seres com gêneros inteligíveis (homem/mulher) esbarram nos próprios limites do sistema binário diante de seres como Herculine, porque provocam uma quebra na continuidade causal entre sexo/gênero/desejo. Mas o olhar do especialista é preparado para desfazer os “disfarces da natureza”, para pôr ordem, retirar o caráter ambíguo (BENTO, 2006, p. 129).

O olhar do especialista médico continua sua produção de corpos inequívocos. Podemos evitar tal naturalização de dois sexos, se recuperar o contexto histórico de surgimento dessa divisão. Linda Nicholson argumenta que, no século XVIII, transforma-se “[...] o sentido das características físicas, que de sinal ou marca da distinção masculino/feminino passaram a ser sua causa, aquilo que lhe dá origem” (NICHOLSON, 2000, p. 18).

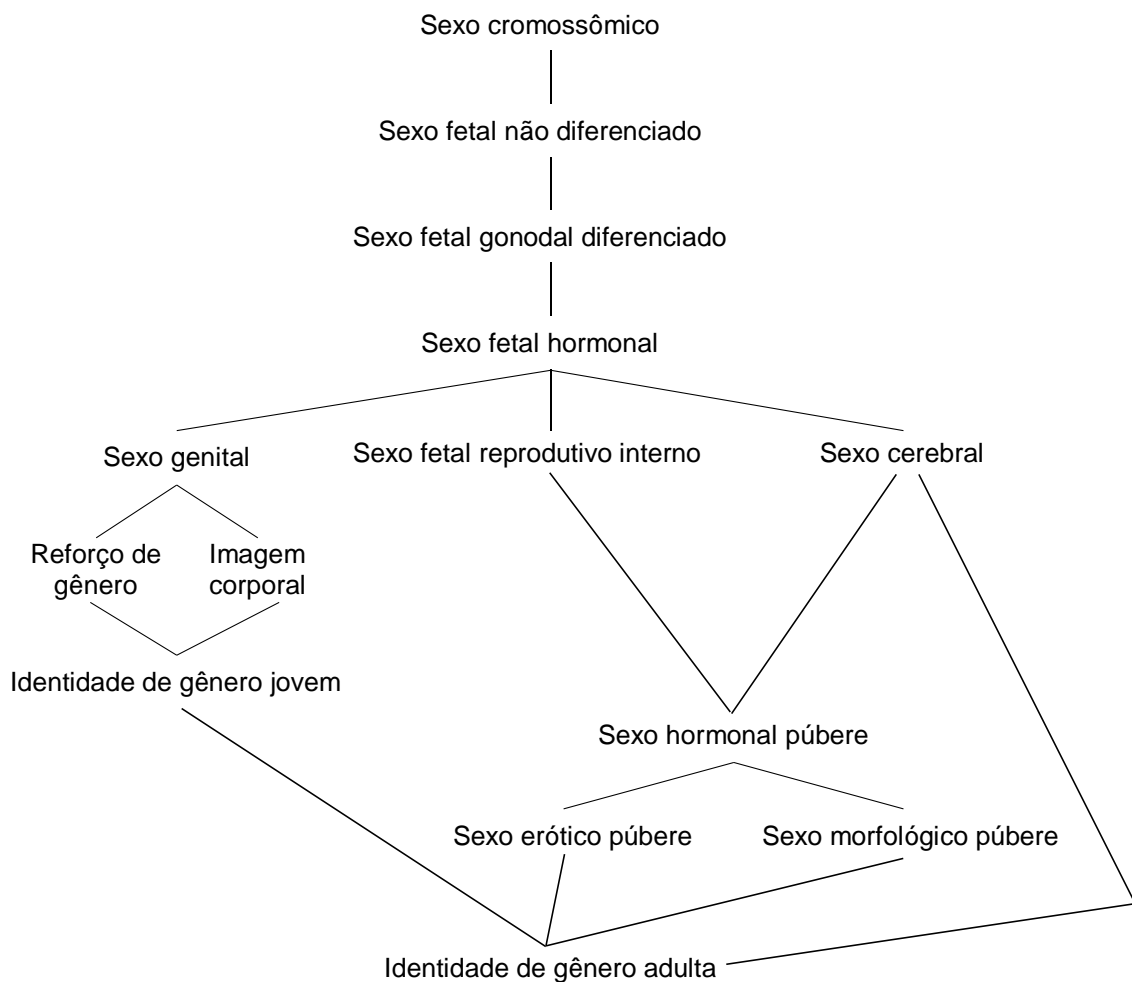
Tanto Bento (2006) quanto Nicholson (2000) ilustram essa mudança com o estudo da literatura médica sobre o corpo desenvolvido por Laqueur (2001). Esse estudo identifica uma mudança importante no século XVIII. Dos gregos ao século XVIII, embora variável conforme as especificidades de cada conjuntura, circulou uma noção “unissexuada” do corpo. Em contrapartida, uma noção “bissexuada” começa a surgir no século XVIII. Enquanto naquela noção o corpo feminino era concebido como uma versão inferior, incompleta do corpo masculino, nesta os corpos feminino e masculino são “criaturas” diferentes:

[...] a ideia de duas carnes, dois novos sexos distintos e opostos, seria cada vez mais incorporada ao corpo. Os interessados nesses assuntos não mais veriam a mulher como uma versão menor do homem ao longo de um eixo vertical de infinitas gradações, mas como uma criatura completamente diferente ao longo de um eixo horizontal, cujo solo intermediário era vazio (LAQUEUR, 2001, p. 182-183).

A construção de uma divisão natural entre dois sexos conduz o olhar médico na sua tarefa de desfazer “disfarces”. O trabalho de assepsia dos gêneros voltado para intersexuais e transexuais e conduzido no espaço hospitalar se intensifica no século XX (BENTO, 2006). É só em meados do século XX que se incluem, mais efetivamente, os aspectos socioculturais dos gêneros nos trabalhos das ciências “psi” e médicas. O

psicólogo John Money e seus colegas criam na Universidade John Hopkins um esquema sexo-gênero¹⁸ (Esquema 1) que articula uma parte biológica, o sexo, a uma parte sociocultural, o gênero. No entendimento tradicional do desenvolvimento biológico, começa-se pela fertilização. Enquanto os homens produzem dois tipos de esperma, um com o cromossomo X e outro com o cromossomo Y, as mulheres, por terem dois cromossomos X, produzem um único tipo de óvulo. Após a fertilização, temos o *sexo cromossômico*.

Esquema 1 – As camadas do sexo



Fonte: Fausto-Sterling (2012, p. 5, tradução nossa).

¹⁸ A descrição que fazemos do esquema sexo-gênero de John Money e seus colegas é uma adaptação de trechos nos quais Fausto-Sterling (2012, p. 3-6) o apresenta.

Então, aproximadamente oito semanas depois, os embriões com o cromossomo Y desenvolvem testículos embrionários e, 12 semanas depois, aqueles com dois cromossomos X formam ovários embrionários. Assim que os embriões dispõem de gônadas, pode-se dizer que alcançaram o *sexo fetal gonadal*. Desse estágio em diante, as gônadas rapidamente iniciam a produção de hormônios importantes para o desenvolvimento do embrião, resultando já no *sexo fetal hormonal*.

O sexo fetal hormonal contribui, por sua vez, para a formação do *sexo fetal reprodutivo interno*, composto, por exemplo, do útero e das trompas de Falópio nas mulheres e da próstata e do epidídimo nos homens. Ao se aproximar do quarto mês de desenvolvimento, os hormônios fetais concluem a formação da genitália externa. O *sexo genital* diz respeito ao pênis e à bolsa testicular nos homens e à vagina e ao clitóris nas mulheres. Até esse momento, já é possível que uma ou mais dessas camadas não sejam compatíveis entre si; e esse é apenas o começo das camadas.

No momento do nascimento, os adultos que acompanham o recém-nascido (re)identificam o sexo baseados na percepção da anatomia genital externa. Essa identificação se apoia em um dimorfismo genital – outras ocorrências são tratadas como problemas a serem corrigidos – e dá início a uma resposta social que define a socialização do recém-nascido com base no *gênero* identificado. Há, portanto, uma *passagem do sexo*, cujas especificidades são biológicas, *para o gênero*, enquanto uma identidade individual ou autoapresentação dentro de um sistema cultural particular. Mantém-se o sistema binário masculino-feminino.

Já as/os sociólogas/os usam o termo “gênero” para se referir a estruturas sociais que diferenciam um gênero de outro, desde as que aparentam ser inofensivas, como a separação de banheiros públicos ou a designação do sexo em documentos oficiais, até as que negam direitos, tais como leis que proíbem mulheres de votar ou dirigir. Como ilustração de trabalhos desenvolvidos na Sociologia, Fausto-Sterling (2012, p. 6) aponta a subdivisão do gênero desenvolvida por Judith Lorber (1994) (Quadro 1).

A complexificação dos gêneros promovida pela Sociologia destaca a influência da cultura em cada um de seus aspectos, inclusive na categoria “sexo”. Quando nascem bebês intersexuais, ajustam-se em cirurgias os corpos para que correspondam a identidades consideradas aceitáveis. O comportamento médico nesses casos é um

indício de que a verdade biológica que diferencia dois sexos, um masculino e um feminino, é tão culturalmente moldada quanto os outros aspectos dos gêneros. A adequação dessas identidades através de procedimentos cirúrgicos conserva também uma adequação de desejo e prática sexual. Paul B. Preciado (2014) lembra que a construção do canal vaginal em crianças intersexuais não se destina somente à produção de um órgão sexual, responde a práticas sexuais prescritivas, nas quais somente a vagina pode receber o pênis.

Quadro 1 – A subdivisão do gênero de Lorber

Enquanto <i>instituição social</i> , o gênero é composto por:	Para um <i>indivíduo</i> , o gênero é composto por:
<i>Papéis de gênero</i> : papéis reconhecidos socialmente vinculados a normas e a expectativas para suas atualizações comportamentais, gestuais, linguísticas, emocionais e físicas	<i>Categoria “sexo”</i> : categorização baseada na genitália que pode acontecer no período pré-natal, no nascimento ou após cirurgia
<i>Divisão do trabalho de acordo com o gênero</i>	<i>Identidade de gênero</i> : a compreensão individual do gênero para o sujeito enquanto trabalhador e membro familiar
<i>Relações familiares de acordo com o gênero</i> : os direitos e deveres da família para cada papel de gênero	<i>Estado civil e procriativo de gênero</i> : cumprimento ou não cumprimento de papéis, permitidos ou não, de copulação, de reprodução, de gravidez e de vínculo familiar
<i>Scripts sexuais de gênero</i> : os padrões normativos de desejo sexual e de comportamento sexual conforme prescritos para os diferentes papéis de gênero	<i>Orientação sexual conforme o gênero</i> : identificações, sentimentos, práticas e desejos sexuais social e individualmente padronizados
<i>Personalidades de gênero</i> : combinações de traços padronizados por normas comportamentais de gênero para cada papel de gênero diferente	<i>Personalidade de gênero</i> : padrões internalizados de emoções segundo a organização familiar e a orientação dos responsáveis
<i>Controle social de gênero</i> : aprovação e recompensa formal ou informal do comportamento resignado e estigmatização e medicalização do comportamento dissidente	<i>Processos de gênero</i> : as práticas sociais de aprendizagem e performance de comportamentos apropriados àquele gênero, a estabilização de uma identidade de gênero
<i>Ideologia de gênero</i> : a justificativa de papéis de gênero, recorrendo-se frequentemente a argumentos sobre a diferença natural, biológica	<i>Crenças de gênero</i> : incorporação ou resistência em relação à ideologia de gênero

(continua)

(conclusão)	
Enquanto <i>instituição social</i> , o gênero é composto por:	Para um <i>indivíduo</i> , o gênero é composto por:
<i>Imaginário de gênero</i> : as representações culturais do gênero em linguagens simbólicas e produções artísticas	<i>Expressão de gênero</i> : autoapresentação como uma pessoa pertencente a um gênero por meio de vestimentas, adornos, cosméticos e outros marcadores corporais permanentes ou temporários

Fonte: Adaptação de Lorber (1994, p. 30-31, tradução nossa).

Em última análise, o sexo biológico não existe independentemente dos sentidos culturais atribuídos a ele. Butler (2016), em uma crítica à diferenciação do sexo como biológico e do gênero como sociocultural, lembra-nos que: “Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2016, p. 26). Se compreendido como naturalmente dado, emancipado de qualquer interferência sociocultural, nada impediria que sobre um sexo masculino se sobrepusesse um gênero feminino.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2016, p. 27).

Butler (2016) retorna a Foucault (1983, 1999) e confronta as posições defendidas por ele sobre o construto “sexo”. Em *História da sexualidade I*, Foucault delimita que

a noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e como significado universal (FOUCAULT, 1999, p. 144-145).

Dito de outro modo, o filósofo francês defende a ficcionalidade da noção “sexo”, que o coloca como fonte e causa do desejo. A sexualidade é inscrita nos corpos através de processos culturais que visam a sustentar e a ampliar certas relações de poder.

Segundo Spargo (2006), quando compreendido como pertencente a uma natureza diferente dos processos culturais, o corpo apaga essa ficcionalidade.

Não obstante, na introdução a *Herculine Barbin*, o corpo é retratado como uma materialidade que precede a significação e, quando faz referência ao passado de Herculine, Foucault fala de um “[...] limbo feliz de uma não identidade” (FOUCAULT, 1983, p. 6). Segundo Butler (2016), essas posições são problemáticas e pedem uma leitura de Foucault contra ele mesmo. O corpo, ao contrário, deve ser compreendido como uma *prática significante*, bem como uma marca identitária. Tanto o corpo como a sexualidade podem ter sua própria genealogia.

Na próxima seção, tratamos do surgimento do conceito de gênero social, que se dá, em grande medida, como uma reação ao determinismo e ao fundacionalismo biológico¹⁹. Nas primeiras fases desse conceito, no entanto, permanece uma concepção essencialista das diferenças entre os gêneros.

2.2 O conceito de gênero social

Em 1968, Robert Stoller, psicanalista e discípulo de John Money, menciona o termo “gênero” para diferenciar os aspectos identitários de base cultural da anatomia genital, o “sexo” (PEDRO, 2005). Apesar da ausência do termo, décadas antes já existiam trabalhos que se dedicavam sobre a base sociocultural da diferenciação entre gêneros. Em meados do século XX, feministas anglo-saxãs começam a rejeitar o determinismo biológico do termo “sexo” e criam a noção de “gênero”, a fim de acentuar linguisticamente a base social dessas distinções (LOURO, 1997).

Simone de Beauvoir (1967 [1949]) é também uma das que iniciou, em 1949, uma luta contra o determinismo biológico, quando afirmou que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Sua

¹⁹ No fundacionalismo biológico, permite-se que os dados da Biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento. Conforme Nicholson (2000, p. 12), nessa perspectiva o corpo se torna um porta-casacos comum sobre o qual é possível encontrar tanto sobretudos quanto cachecóis; e eles podem ser de diferentes formas e tamanhos.

contribuição, precursora para os estudos de gênero, reforça o papel da sociedade e suas instituições na atribuição e na manutenção dos gêneros.

Nas décadas de 1960 e 1970, a ideia de “gênero” permanecia vinculada a de “sexo”. Além de o “gênero” não ser visto como um substituto para o “sexo”, mas como uma maneira de conter a abrangência deste termo, a ideia de “sexo” era primordial para elaboração do conceito de “gênero” (NICHOLSON, 2000). O artigo “O tráfico de mulheres” da antropóloga e feminista Gayle Rubin (1993 [1975]) explora essa perspectiva, ao examinar a Psicanálise freudiana e a Antropologia estruturalista de Lévi-Strauss. A distinção entre sexo e gênero de Rubin (1993 [1975]) lança um “sistema sexo/gênero”, no qual os aspectos biológicos servem de base para a construção de processos socioculturais.

Vemos, então, que essas primeiras produções sobre o “gênero” o colocam em oposição ao “sexo”; diferencia-se o que é socialmente construído do que é biologicamente dado. Essa primeira maneira de ver o “gênero” toma como referência personalidade e comportamento, sem se preocupar com o corpo, que fica fora da cultura e da história. Em contrapartida, de acordo com Nicholson (2000), cada vez mais o termo “gênero” tem sido empregado para designar qualquer construção social que sustente uma diferenciação entre masculino e feminino, inclusive as que classificam os corpos.

As produções da estadunidense Joan Scott (1994, 1995) seguem este último viés e esclarecem que o “gênero” abrange o “sexo”. Em um artigo de 1986, que foi traduzido e divulgado no Brasil na década de 1990, a pesquisadora indica que sua definição de gênero

[...] tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]. A teorização do gênero, entretanto, é desenvolvida em minha segunda proposição: o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1995, p. 86-88).

O impacto da descrição de Scott chega à filósofa Butler (2016), que segue o argumento de Foucault (1999) sobre a produção discursiva da sexualidade e o

expande para abarcar o gênero. Em última instância, sua produção objetiva abolir o sistema sexo/gênero, conforme descrito pelas feministas radicais. A performatividade na linguagem, conforme John Langshaw Austin (1990 [1962]) a descreveu, serve de base para tal projeto. Distancia-se de uma concepção de “gênero” como uma descrição de algo fixo que está localizado nos sujeitos para enfatizar um processo de “tornar-se”, sempre em atualização e transformação. Austin (1990 [1962]) assinala a existência na linguagem de proposições performativas, que são aquelas que, ao serem pronunciadas, fazem com que algo se realize. É o caso, por exemplo, da proposição “eu vos declaro marido e mulher” proferida por alguém autoriza a fazê-lo em uma cerimônia de casamento.

Nesse sentido, “o efeito substantivo [do gênero] é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero” (BUTLER, 2016, p. 56, grifo da autora). Enquanto performance, mostra-se como um efeito instituído, mantido e repetido no e pelo corpo, não um conjunto de processos socioculturais localizados em corpos sexuados. Segundo Butler (2016), essa performance deve ser entendida como um processo que articula sexo, desejo e prática sexual, como se houvesse uma coerência necessária entre eles.

A contribuição principal desse projeto é viabilizar atos de subversão dos gêneros. Dado que os sujeitos não são como meros resultados de um processo de socialização, podem optar por atualizar ou não as regras compartilhadas. Assim,

[...] palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meio discursivos (BUTLER, 2016, p. 235).

Entretanto, as performances não partem do nada e obedecem às normas vigentes, que são ensinadas aos sujeitos e demandam uma submissão compulsória. Em outras palavras, qualquer performance se mantém vinculada, de uma maneira ou de outra, à matriz heterossexual. Ao mesmo tempo que dita regras a serem seguidas, essa matriz fornece possibilidades de transgressões. Tanto os corpos que se conformam a suas normas quanto os que as subvertem o fazem em referência a ela.

Os estudos sobre o gênero social mudaram com o passar do tempo e, atualmente, destacamos, dentre as diversas perspectivas existentes, duas posições concorrentes. Se, de um lado, recorre-se à ideia de identidades sexuais e de gênero mais fixas, normalizadas, de outro, assume-se um lugar de contestação dos padrões compulsórios da heteronormatividade e do sistema binário de gênero, propondo identidade mais fluidas e transitórias. Esta posição começa a ser desenvolvida na década de 1980 ligada aos movimentos pelos direitos civis da população negra do Sul do Estados Unidos, o movimento feminista e o então chamado movimento homossexual, impulsionando uma crítica à ordem sexual vigente (MISKOLCI, 2012). Esse viés teórico-político *queer* tenta relacionar os conceitos com outros aspectos sociais, como classe social e raça/etnia. Os sujeitos são compreendidos em suas concretudes, por meio de interseccionalidades; e o gênero aparece como parte constituinte dos sujeitos.

2.3 *Queer*: teoria e política pós-identitárias

Numa conjuntura de “nomadismo crônico” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 106) característico do século XXI, não cabe mais um conceito estanque de identidade. Em um primeiro momento, a reação à matriz heterossexual, que patologiza as identidades transgressoras, dá-se em forma de política de identidade. Segundo Spargo (2006), os que são produzidos como desviantes encontram uma causa comum, uma voz de dissenso comum que transforma confissão em profissão (SPARGO, 2006). Acontece, entretanto, que nesse mesmo período, segunda metade do século XX, os deslocamentos da compreensão de identidade se intensificam.

É mais plausível, nesse cenário de pertencimentos mutáveis e plurais, considerarmos o conceito de identidade de forma estratégica e posicional, em oposição a compreensões essencialistas (HALL, 2012). A visão essencialista da identidade tem origem na construção de uma identidade fixa e estável pertencente ao sujeito do Iluminismo. Conforme Stuart Hall (2000), o sujeito do Iluminismo é uma concepção individualista de sujeito segundo a qual a identidade da pessoa é um “eu” coerente, centrado, dotado de razão, de consciência e de ação. À medida que se aprofundava a modernização das sociedades, com a formação de classes do capitalismo moderno

e as questões burocráticas e administrativas envolvidas nesse processo, surge uma concepção de sujeito mais coletiva e social que sobrepõe o sujeito da razão que caracterizou o século XVIII.

A noção de sujeito sociológico traduz a consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo, mas antes era constituído “na relação com ‘pessoas importantes para ele’” (HALL, 2006, p. 11). Tais relações viabilizavam a mediação de valores, sentidos e cultura. Assim, a identidade é construída entre o “eu” e a sociedade e preenche o espaço entre o “interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p. 11).

Além disso, Hall (2000) aponta cinco deslocamentos²⁰, ocorridos na segunda metade do século XX, do sujeito do Iluminismo, uma vez que sua identidade fixa e estável foi descentrada, “[...] resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2000, p. 46). São eles: 1) as tradições do pensamento marxista, em especial a compreensão de que os homens [sic] fazem a história, mas a partir das condições em que vive; 2) a descoberta do inconsciente por Freud, sublinhando que as identidades são formadas por processos psíquicos inconscientes; 3) o trabalho linguístico de Saussure, que defende que a língua é um sistema social e não individual; 4) as ideias de Foucault, que expõem o sistema de controle e disciplina do “poder disciplinar”; 5) o impacto do feminismo, que politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação.

O sujeito pós-moderno é aquele que resulta de todos esses “descentramentos” ocorridos na modernidade tardia. Ele não tem identidade fixa, posto que sua “identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente [...]” (HALL, 2000, p. 12-13). Assim sendo, qualquer concepção que assimile a identidade como estável e unificada é fantasiosa.

Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 13).

²⁰ Aos cinco deslocamentos do sujeito do Iluminismo, é dedicada uma discussão que se estende da página 34 à 46. Ver Hall (2000).

Em oposição a uma construção homogênea, evidencia-se a perspectiva não essencialista, que pretende conceber as “identidades como produzidas em locais históricos e instituições específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2000, p. 109). Essa visão permite compreender o sujeito pós-moderno, cuja identidade não é essencial, mas construída no e por meio do discurso, pautada em uma base sócio-histórica e cultural. As identidades devem ser compreendidas no interior de formações e práticas discursivas específicas, conectadas a locais históricos e institucionais específicos.

O aspecto da produção discursiva das identidades é amplamente discutido por Butler (2004, 2011, 2016). Ao tratar dos “limites discursivos do sexo”, a pesquisadora assume a centralidade do discurso envolvida nas relações entre o sujeito, o corpo e a identidade e argumenta que “o ‘sexo’ é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (BUTLER, 2002, p. 154). Essa materialização relaciona-se a um “poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange” (BUTLER, 2002, p. 155). Além disso, esse poder reiterativo do discurso faz emergir identidades que são, de fato, marcações da diferença e da exclusão e não signos de unidade. Sobre esse ponto, Hall argumenta que

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído (DERRIDA, 1981; LACLAU, 1990; BUTLER, 1993). As identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história, como ponto de identificação e apego *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto (HALL, 2012, p. 110).

A matriz heterossexual e suas identidades hegemônicas, nessa perspectiva, contribuem para a situação de vulnerabilidade social e de violência com a qual os sujeitos trans lidam diariamente. Analisar o gênero como performativo, como um processo de reiteração discursiva que “[...] destrói a base de movimentos políticos que têm por objetivo a liberação de naturezas reprimidas ou oprimidas [...], mas abre possibilidades de resistência e subversão que haviam sido obstadas pela política de identidade” (SPARGO, 2006, p. 53). A própria ideia de performatividade sinaliza

interrupções possíveis dos gêneros estabelecidos. Torna-se lícito supor a produção de outras identidades.

Ao longo dos anos 1980, as identidades gays e lésbicas associadas aos movimentos políticos foram criticadas por não possibilitarem uma abertura para outras classes sociais e raças, e o surgimento da aids trouxe outros conflitos para esse coletivo. Para Spargo (2006), na medida em que os discursos populares associavam a doença à comunidade gay, o que parecia aceitação, antes do seu surgimento, logo se transformou em intolerância. Novos coletivos de resistência foram formados para responder a uma política que estava exterminando vidas de inúmeros membros da comunidade. Foi nesse contexto de ativismo e de rejeição a estratégias assimilacionistas que o *queer* aparece enquanto política e teoria.

O sentido ofensivo e patologizante do termo em inglês, que pode ser traduzido como estranho, bizarro, viado, bicha, é apropriado por esses novos coletivos. Trata-se de um termo que “[...] tem operado como uma prática linguística cujo propósito tem sido a degradação do sujeito a qual se refere, ou melhor, a constituição desse sujeito *por meio* dessa interpelação degradante” (BUTLER, 2011, p. 172, grifo da autora, tradução nossa²¹). A classificação de sujeitos como “esquisitos”, “anormais”, como as/os que fogem da norma estabelecida, significa um apagamento de inteligibilidade.

Como relata Bento (2006, 2008), ancorada na perspectiva teórico-política *queer*, o controle sobre os corpos e identidades de gênero é reconhecido como um dispositivo de poder e saber. Os sujeitos trans acabam não sendo vistos como seres humanos, mas como seres abjetos “cuas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BUTLER, 2002, p. 161), ou seja, por não serem inteligíveis dentro dos padrões hegemônicos de gênero – e até mesmo de sexualidade – baseados em um sistema binário.

Esses padrões são rejeitados quando se percebe o gênero como um conjunto de atos performativos, visão que permite compreender as vivências trans fora dos modelos patológicos. Apropriar-se de termos ofensivos, assim, mostra-se como uma maneira de subversão, uma prática que rivaliza com os valores que tornam esses enunciados depreciativos possíveis. Para além da aceitação de um lugar “minoritário”, a

²¹ “[...] has operated as one linguistic practice whose purpose has been the shaming of the subject it names or, rather, the producing of a subject *through* that shaming interpellation”.

perspectiva teórico-política *queer* propõe uma genealogia dos discursos que instituem a heterossexualidade como norma compulsória.

No contexto brasileiro, como aponta Larissa Pelúcio (2014), devemos refletir sobre a forma segundo a qual adaptamos a teoria *queer*. Em um primeiro momento, as categorias de gênero, de sexualidade e de raça/etnia se sobrepõem de forma distinta no contexto brasileiro daquele referenciado pelas/os autoras/es estrangeiras/os pertencentes a essa corrente. Essas/es pensadoras/es adotaram a ofensa “*queer*”, uma identidade apontada mas até então não reivindicada, e conformaram um lugar político. Ademais, como o termo “*queer*” não significa nada ao senso comum brasileiro, “ao contrário, soa suave (cuier), quase um afago, nunca uma ofensa” (PELÚCIO, 2014, p. 71), perde-se a politização do termo desqualificador. Para Pelúcio (2014), a teoria *queer* surge no Brasil em ambientes acadêmicos e mantém seu teor combativo,

[...] que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões. Seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade; desconstruindo binarismo que enrijecem possibilidades de transformações; politizando o desejo; ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos (PELÚCIO, 2014, p. 74).

Aliado a esse ativismo *queer*, surge o termo “transgênero” para dar conta de sujeitos com vivências bastante distintas que lutam contra a rede complexa de regulação social que organiza e modela identidades, corpos e comportamentos. Com esse percurso pelas narrativas produzidas sobre os sujeitos trans, queremos contribuir para a aproximação dessas discussões do campo da AD. Consideramos que o estudo da forma pela qual se constituem seus contradiscursos seja uma forma de valorizar essas experiências. Além disso, como eles influem na construção de suas identidades?

2.4 A escrita de si como contradiscurso

Dentro dessa visão *queer*, assumimos “contradiscurso” como uma posição de resistência e subversão da matriz cisgênera e heterossexual. Os discursos literários constituídos em um regime de escrita de si buscam responder a uma conjuntura

sociocultural de três séculos que exclui sujeitos que não se conformam a suas regras compulsórias. Somente uma teoria e uma política pós-identitária conseguem promover uma crítica a essa conjuntura sem se acabarem presas por sua lógica de prescrição de identidades a serem seguidas. Diante do quadro apresentado,

[...] não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, *ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta*. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 1999, p. 95-96, grifos nossos).

Os discursos literários que tematizam o próprio sujeito enunciativo, as escritas de si, respondem a uma cena de interpelação que pergunta “quem é você?”. Segundo Butler (2015), um sujeito tematiza a si próprio em um discurso quando é obrigado por um sistema de justiça e castigo. No caso dos discursos que compõem nosso *corpus*, a consideração desses sujeitos como seres abjetos incita que essa cena se configure violentamente. Mesmo assim, as/os sobreviventes respondem e o fazem de modo a possibilitar uma discussão por direitos.

Tomar posse do discurso que circula publicamente pode ser um primeiro estágio para a integração de quem enuncia, no sentido de que “[...] falar é existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p. 33). Transformar-se em possuidor da linguagem dá acesso ao mundo que essa linguagem expressa – que lhe é implícito – e, portanto, aumenta o poder de intervenção desses sujeitos nas normas vigentes. Fanon (2008) aborda as experiências de identidades negras em espaços permeados pelo colonialismo, porém acreditamos que o debate que propõe sobre o complexo de inferioridade sócio-historicamente imposto a elas, inclusive apreendido nos ambientes escolares, pode ser deslocado para as experiências transgêneras. Faz-se necessário dialogar com essas experiências e, como postula Butler (2004), criar espaços que assegurem seus direitos e que, com isso, percebam-se dignas e dignos de vida vivível e visível.

Embora a escrita de si, em suas mais diversas formas – diários, cartas, memórias – possa ser compreendida, à primeira vista, como privada, as questões públicas a atravessam. Aos sujeitos vetados dos espaços públicos, por uma questão de normas de gênero ou de transgressão dessas normas, resta a escrita de si como única possibilidade de expressão (GOMES, 2004). Os diários de Herculine, apresentados anteriormente, são emblemáticos nesse sentido.

Na condição de escritas de si, os discursos que analisamos dão continuidade a uma prática pioneiramente desenvolvida no cenário brasileiro durante a década de 1980 (MOIRA, 2018). A curiosidade do público pelas narrativas trans não impediu, na época, a neutralização dessas identidades. Eram recorrentes nessas publicações o desrespeito ao nome defendido, empregando-se, no lugar, o nome de registro, a interferência dos escritores dos prefácios, que procuram explicar o motivo da transgeneridade. Segundo Moira (2018), a crítica recebe, em sua maioria, com desprezo essas produções.

A escrita de si, por intermédio de um olhar *queer*, possibilita o “contradiscurso”, a subversão.

Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais (BUTLER, 2016, p. 164)

Ora, diferenciando-se de seus adversários mais claros, aqueles que pregam uma suposta neutralidade positivista, científica, os sujeitos trans contam com as novas configurações do campo literário para produzirem coletivamente seus discursos. A configuração dos modos de criação e circulação dos discursos literários sofreu grandes alterações nas últimas décadas, chegando-se a uma “laicização da criação, [...] na qual entram, em proporções variáveis, uma parte de expressão de si e uma parte de integração num grupo” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 107).

Após apresentarmos, no capítulo seguinte, a disciplina AD e sua perspectiva enunciativo-discursiva, conforme desenvolvida por Maingueneau, no capítulo “O discurso literário como discurso constituinte”, regressamos ao campo do discurso literário.

3 A ANÁLISE DO DISCURSO EM SUA PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA

Na atualidade, sob a denominação “análise do discurso”, existem trabalhos bastante heterogêneos. Uma diversidade tamanha que torna árduo qualquer trabalho de balanço dessas produções, apesar de Patrick Charaudeau (1999) e Maingueneau (1997, 2007, 2015a, 2015b) terem se lançado a tal empreendimento.

Segundo Maingueneau (2015a), Zellig S. Harris introduz, em um artigo publicado em 1952, o termo “análise do discurso” para se referir a uma unidade linguística transfrasal – um texto. Por pesquisar dentro de um paradigma estruturalista, Harris analisava a estrutura textual, levantando a repetição de alguns elementos, e traçava as regularidades textuais para, só então, relacioná-las a realidades sócio-históricas, atitude que se aproximava do estruturalismo literário francês da década de 1960 e, logo, empregava o termo “análise” em seu sentido de decomposição, apenas.

Ao examinar a diversidade desse imenso campo, Maingueneau (2007) esclarece que o termo “análise do discurso”, apesar de ser um rótulo empregado por pesquisas de inspirações muito diferentes em cada parte do mundo, pertence às ciências da linguagem, pelo menos em sua concepção mais corrente, e envolve diversos saberes de outras áreas. Ao investigar os conceitos sugeridos para o termo, o autor depara-se, em linhas gerais, com duas posições.

Ainda de acordo com Maingueneau (2007), conceituações mais abrangentes e pouco delineadas do termo “análise do discurso” rivalizam com definições mais objetivas. Enquanto aquelas ligam-no a “uma espécie de superlinguística, na qual se reconciliariam forma e função, sistema e uso” (MAINGUENEAU, 2007, p. 16), estas, bastante restritivas, ora excluem-se da definição as pesquisas que não se localizam na problemática pelo qual definidores se interessam, ora ignoram a diversidade de pesquisas desenvolvidas em seu nome, localizando alguns trabalhos ou como parte da análise das interações orais, ao lado da Análise da Conversação, ou nos estudos dos fenômenos de coerência e coesão textual do campo da gramática do texto. Embora esta posição possa conferir respeitabilidade e visibilidade a uma disciplina desenvolvida em torno de trabalhos diversos das fronteiras da Linguística, produz um

distanciamento de sua natureza interdisciplinar, que entrecruza dados linguísticos e aspectos sociais.

A dificuldade de conceituar a “análise do discurso” também deriva da relação entre “discurso” e “análise do discurso”, que aparenta ser uma relação entre objeto empírico e disciplina que estuda esse objeto (MAINGUENEAU, 2007). Por se tratar de um domínio vasto, o discurso só constitui um objeto do saber, quando assumido por diversas disciplinas que o exploram alicerçadas em um interesse específico.

3.1 A Análise do Discurso e seu objeto

A fim de dividir o campo, evitando a falta de clareza e de especificação de listas de “abordagens”, que agrupam realidades diversas, distinguem-se, então, os estudos do discurso – um conjunto vasto de pesquisas preocupadas com as questões do discurso – e a Análise do Discurso (AD), uma *disciplina* no interior dos estudos do discurso (MAINGUENEAU, 2015a).

A AD distancia-se das outras disciplinas dos estudos do discurso, uma vez que é governada pelo interesse em apreender o discurso como “intricação de um texto e de um lugar social” (MAINGUENEAU, 2007, p. 19). Em suma, o seu objeto é aquilo que une a situação de comunicação à organização textual em um dispositivo de enunciação específico. A AD é regida por um interesse específico na relação entre a estruturação dos textos e os lugares sociais que os possibilitam. Os analistas do discurso procuram estabelecer relações entre os discursos e as condições sócio-históricas que permitiram que estes fossem produzidos e interpretados.

No entanto, mesmo quando conserva tal especificidade, o agrupamento daqueles conhecidos como “analistas do discurso” continua pouco definido. Em consequência disso, Maingueneau (2015b) argumenta em favor de uma tripartição dos analistas do discurso em três orientações, o que não impede que um mesmo pesquisador circule por elas, conforme julgar necessário.

Numa dessas orientações, situam-se, em geral, pesquisadores de disciplinas como a Geografia, a Sociologia, as Ciências Políticas, entre outras, e cujo objetivo último é ter acesso e discutir problemáticas sociais por meio do “método qualitativo” da análise do discurso. Por não se preocuparem em examinar os conceitos e os métodos que utilizam, correm o risco de tomar a linguagem como transparente, sendo possível assimilar o sentido do texto à medida que se percorre a estrutura linguística.

Uma segunda orientação diz respeito a um fim filosófico ou para-filosófico, que coexiste, desde a fundação da disciplina, sobretudo, vinculada a Foucault e Michel Pêcheux, com abordagens linguísticas. Temas como o poder, o pós-colonialismo, a subjetividade, a diferença sexual e de gênero concernem a essa orientação, principalmente aos afiliados à teoria pós-estruturalista e aos estudos culturais. As produções de Foucault e Pêcheux, em especial o livro *Análise automática do discurso* deste e o livro *A arqueologia do saber* daquele, ambos publicados em 1969 na França, destacam-se nesse momento inicial e integram a chamada teoria do discurso. Trata-se de um dos componentes que contribuem para a fundação da AD, tendo em vista que exige uma ruptura epistemológica segundo a qual a AD não é pensada como um progresso “natural” em relação à Linguística.

Foucault (2008) examina as condições presentes em determinadas conjunturas sócio-históricas que viabilizam alguns enunciados, em detrimento de outros. O percurso delineado pelo filósofo francês toma o enunciado como unidade de análise e busca definir sistemas de regularidades. Já em *Análise automática do discurso*, Pêcheux pretende, aliando o marxismo do filósofo Louis Althusser à linguística estrutural, revelar as ideologias constitutivas dos discursos. O procedimento apresentado funcionava, portanto, como uma psicanálise do discurso. Destarte, Maingueneau afirma que Pêcheux

[...] visava fundar “uma teoria do discurso como teoria geral da produção dos efeitos de sentido”, uma teoria que “não pode de forma alguma substituir uma teoria da ideologia, nem uma teoria do inconsciente, mas pode *intervir* no campo dessas teorias” (PÊCHEUX, 1969, p. 110). É Pêcheux quem coloca “intervir” em itálico: a análise do discurso “intervém”, ela não se deixa encerrar em nenhuma disciplina constituída [...] (MAINGUENEAU, 2015b, p. 34).

Essa compreensão da AD como uma possibilidade de intervenção em outros campos e teorias ajuda a salientar o seu objetivo político e sua proposição de uma constante revisão das teorias. Esses pensamentos marcaram seu início e permanecem até os dias de hoje em todas as suas correntes. A terceira orientação entre os analistas dos discurso não deixa de ser permeada por eles, já que almeja “um equilíbrio entre a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão de fenômenos de ordem sócio-histórica e psicológica” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 34-35). Mesmo sendo canônica dentro da disciplina, não é uma situação confortável, uma vez que, durante a análise dos *corpora*, esforços constantes são exigidos para não se reduzir o discursivo ao linguístico ou, inversamente, para não o deixar ser absorvido pelas realidades sociais ou psicológicas.

A instabilidade e a abertura desse campo não é exclusividade das pesquisas mais recentes. Mesmo em seu período de estabelecimento, dividiam espaço visões contrastantes da disciplina. Como defende Maingueneau (2015a), as questões e conceitos que hoje atravessam a AD surgiram nos anos 1960, em especial nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. Nos Estados Unidos, correntes e métodos distintos, como a etnografia da comunicação e a análise conversacional, além da contribuição de pensadores singulares, como Erving Goffman (2002 [1959]) e seu estudo sobre os “rituais de interação” no dia a dia, sustentavam os estudos do discurso.

Foi na França, mais especificamente no final da década de 1960, que a Análise do Discurso se definiu como um empreendimento com aporte teórico-metodológico específico que, mesmo desdobrado ou reinterpretado, permanece até os dias atuais (MAINGUENEAU, 2015a). Não obstante, não é possível determinar um representante único – ou mesmo dois – cujos pensamentos delimitaram firmemente o campo. Pode-se atribuir um papel fundador a diferentes pensadores, como Mikhail Bakhtin, Ludwig Wittgenstein ou Foucault, apesar de nenhum desses nomes serem reconhecidos pelo conjunto dos pesquisadores. Além disso, como faz Maltidier (1997), Jean Dubois e Pêcheux podem ser apontados como figuras fundadoras da disciplina, cujos trabalhos são tomados pela política e pelo marxismo, partilhando um interesse específico pela luta de classes, pelos movimentos sociais e pela história. Em 1969, mesmo ano de lançamento dos livros de Foucault e Pêcheux, Dubois, que trabalhava como linguista-

lexicólogo, dedicando-se a pesquisas estruturalistas, coordena o lançamento de um número especial da revista *Langages*²² dedicado a um novo campo, denominado “a análise do discurso”.

Pêcheux não participou do número especial da revista *Langages*; seu projeto é diferente. Nele, aliam-se o marxismo do filósofo Althusser e a Linguística, sendo atravessado epistemologicamente pelos pressupostos da Psicanálise de Jacques Lacan. Advindo da filosofia de cunho marxista e especialista em história das ciências, Pêcheux era então pesquisador em um laboratório de Psicologia Social e se dedicava aos debates acerca da epistemologia e da psicanálise. O trabalho de Pêcheux nesse período surge como uma possibilidade empírica de realização da teoria althusseriana, que pretendia construir uma “teoria da ideologia em geral” que traria à tona o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção comum a todas as ideologias. A AD adere a esse projeto, portanto, e assegura sua prosperidade. É assim que Pêcheux propõe, no lugar de uma semântica linguística, uma semântica do discurso composta por aspectos linguísticos, sociais e ideológicos, na qual as condições sócio-históricas de produção de um discurso são constitutivas dos efeitos de sentidos que ele suscita.

Nesse momento, o procedimento pêcheuxtiano de decomposição de textos relacionava determinadas condições de produção a processos de produção de um discurso. Para Pêcheux (1997a), existia uma *máquina discursiva* capaz de determinar as variações discursivas dos sujeitos inseridos em um momento histórico e em uma classe social. Por se afiliar ao projeto althusseriano, a ideologia é concebida como uma reprodução das relações de produção e é por estas determinada, ou melhor, trata-se de “[...] uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 267). Segue-se o percurso traçado pelo marxismo althusseriano ao propor uma investigação que parte do pressuposto que as ideologias existem *materialmente* como uma diversidade de práticas que reproduzem relações de produção. Mostra-se nesses termos a contiguidade do projeto pêcheuxtiano com o materialismo histórico. Nesse caso, justamente por evidenciar a materialidade da

²² Trata-se do número 13. A revista era uma publicação da editora Didier Larousse.

existência, o objeto pesquisado, seja do domínio das ciências humanas, seja das ciências naturais, existe independentemente da produção ou não produção de um objeto do conhecimento que se refere a ele (PÊCHEUX, 1995) e, dessa maneira, rompe-se com a ilusão idealista de controle da ciência sobre o seu objeto de estudo.

Lançado a esse tipo de investigação, a Linguística, que ocupava o lugar de ciência-piloto cujo critério diferencial é importado por outras ciências, mostra-se como uma forma de operacionalizar o projeto althusseriano. Considerando que se deve tomar a ideologia em sua materialidade, a Linguística viabiliza um estudo da linguagem, a partir de sua materialidade, que traz à tona as ideologias nela presentes. Os analistas do discurso podem alcançar o funcionamento da ideologia por meio da linguagem.

Além do materialismo histórico associado a Althusser e a teoria do discurso, a Psicanálise influencia, acentuadamente, a AD. De acordo com Teixeira (2005), a Psicanálise não se apresenta como mais uma região que compõe a AD; com efeito, ela *atravessa* todo esse quadro epistemológico. Maingueneau corrobora com esse entendimento na medida em que sublinha que

[...] a escola francesa de discurso se afirma como uma 'análise' (= uma psicanálise) aplicada aos textos. Há aí muito mais que uma coincidência de nomes: é a materialização de uma certa configuração do saber em que o mesmo termo 'análise' funciona ao mesmo tempo sobre os registros linguístico, textual e psicanalítico (MAINGUENEAU, 1990, p. 69).

Os trabalhos de Lacan sobre as descobertas de Freud tornam o inconsciente uma entidade menos distante e imperscrutável. Lacan recorre ao estruturalismo linguístico para concluir que o inconsciente se estrutura na linguagem, “[...] como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente” (MUSSALIM, 2012, p. 119). Como discutido por Hall (2000), a compreensão do sujeito enquanto uma entidade homogênea e fixa é desestabilizada com a descoberta de Freud do inconsciente e a concepção, que se origina dessa descoberta, de um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. Articulam-se, assim, a psicanálise lacaniana e a AD: os analistas do discurso deveriam revelar esse discurso do inconsciente, essa cadeia de sentidos de onde se depreendem os discursos dos outros em relação aos quais o sujeito delimita sua identidade.

Conforme apresentado até aqui, a AD de linha francesa se origina em torno de conceitos e campos que ajudam a especificar esse aporte teórico-metodológico. Mesmo assim, como acontece com qualquer teoria, as formulações são alteradas, passando por diferentes fases, à medida que agregam e reformulam constructos e métodos. Segundo Pêcheux (1997b), essa disciplina teria passado por pelo menos três fases.

Na primeira, Pêcheux se baseia no modelo de análise estrutural de Harris, a fim de buscar regularidades de sentidos em diferentes discursos. Como procedimento metodológico, constituía-se um *corpus* de sequências discursivas a partir de palavras-chave, a fim de reduzi-las a enunciados de base que propiciavam a construção de identidades parafrásticas. Esse processo de redução indicaria a qual máquina discursiva o discurso analisado pertencia, estando, nessas decomposições, “a existência do *outro* [...] subordinada ao primado do *mesmo*” (PÊCHEUX, 1997b, p. 313). De um ponto de vista teórico, os sujeitos são vistos como suportes, daí a ideia de assujeitamento, para uma máquina de produção discursiva fechada.

Numa segunda época, acrescentam-se alguns pressupostos desenvolvidos por Foucault em *A arqueologia do saber*. O discurso passa a ser compreendido como uma produção a partir de um número limitado de enunciados para os quais é estipular um conjunto de condições de existência. Dito de outro modo, um discurso provém de um mesmo sistema de formação, de uma mesma *formação discursiva*, que é definida como

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Logo, uma formação discursiva (FD) constitui um espaço no qual enunciados são retomados e reformulados, um sistema de paráfrases que se esforça constantemente para fechar suas fronteiras e manter sua identidade intacta, posto que é sempre atravessado por outros sistemas, outras FDs. O acréscimo dessa formulação, além de começar a fazer explodir a concepção de máquina discursivo-estrutural, possibilita que os pesquisadores da AD eliminem a questão da homogeneidade na constituição dos *corpora* discursivos, que até esse momento eram constituídos por discursos

políticos de ideologias antagônicas, como os da extrema-esquerda ou da extrema-direita, abrindo-se para outros discursos, “[...] que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais” (PÊCHEUX, 1997b, p. 315).

A despeito de trazer poucas inovações tanto em sua concepção de sujeito do discurso, que permanece assujeitado, quanto em seus procedimentos metodológicos, a mudança teórica que resulta na segunda fase preconiza as *relações* entre as máquinas discursivas, ou seja, essas relações desiguais e conflituosas que passam a ser o objeto da AD (PÊCHEUX, 1997b). Ainda assim, como explana Baronas (2011), mesmo sendo o discurso de um sujeito atravessado por outras FDs, em uma relação paradoxal com seu “exterior”, o *interdiscurso*, admite-se que o sujeito o produz fundamentado uma FD dominante.

Num terceiro momento, “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua” (PÊCHEUX, 1997b, p. 315, grifos do autor), desmantelando completamente as maquinarias discursivas. Emergem, enfim, novos procedimentos que recusam etapas preestabelecidas em ordem fixa. Nessa época, aproximando-se dos trabalhos de Bakhtin por intermédio das pesquisas de Jacqueline Authier-Revuz (2004 [1982]), Pêcheux coloca a questão das heterogeneidades enunciativas. Busca-se, portanto, o

[...] discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou [o] discurso do sujeito se colocando em cena como um outro [...], mas também e sobretudo a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” sequência, *estruturar* esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa) (PÊCHEUX, 1997b, p. 316-317, grifo do autor).

Decorre daí uma abertura definitiva a *corpora* que, segundo Baronas (2011), permitem aos analistas o levantamento das relações entre as sequências discursivas e o interdiscurso que as circunda. Para dar conta dessa diversidade, que engloba os discursos midiático, científico, religioso e literário, por exemplo, a partir da década de 1980, mesclam-se contribuições advindas das correntes pragmáticas, das teorias da enunciação e da linguística textual (MAINGUENEAU, 2015a).

É nessa fase que se constituiu um espaço de pesquisa mundial, que agrega correntes que se desenvolveram independentemente umas das outras e em países diversos. Em comum, essas correntes tomam os seres humanos e a língua em suas concretudes e, por conseguinte, a fim de darem conta desse entrelaçamento de aspectos, abrem-se a uma interdisciplinaridade alicerçadora (

Entretanto, não se pode perder de vista que, enquanto a AD apreende o discurso como uma “intricação” de um texto e de um lugar social, fazendo de seu objeto aquilo que une a situação de comunicação à organização textual em um dispositivo de enunciação específico, o discurso só constitui um objeto do saber quando assumido por diversas disciplinas (MAINGUENEAU, 2007).

Ao mesmo tempo em que se indicam especificidades da AD, essa disciplina não se manifesta como uma homogeneidade, como se ela não se situasse sobre uma fronteira oscilante. Surgem diferentes “análises do discurso”, em consequência do contato privilegiado que a AD mantém com alguma outra disciplina vizinha. Em linhas gerais, considera-se que análise do discurso de linha francesa privilegia o contato com a história, com os discursos produzidos em instâncias institucionais, enquanto a análise do discurso anglo-saxã, também conhecida como análise crítica do discurso, prioriza o contato com a sociologia, estudando sobre discursos mais flexíveis, como conversas informais.

Por esses trabalhos, principalmente na terceira fase, darem uma importância central aos conceitos de interdiscurso e de gênero do discurso, detalharemos as problemáticas provenientes deles nas próximas seções. Trataremos antes, a fim de dar conta dessas noções, da polivalência da noção de discurso, a qual nenhuma das diferentes correntes da AD consegue evitar.

3.2 A polivalência do termo “discurso”

Como lembra Maingueneau (2015a), a instabilidade das fronteiras da AD resulta da própria polivalência da noção de discurso, o que permite que o termo “discurso” seja empregado por teorias de ordem filosófica e por pesquisas sobre o funcionamento dos

textos, algumas vezes se referindo a algo que ultrapassa a situação de enunciação, outras a objetos empíricos.

Na Linguística, o “discurso” aparece em pelo menos três oposições: *discurso* e *frase*, *discurso* e *língua* e *discurso* e *texto* (MAINGUENEAU, 2015a). As duas primeiras oposições se relacionam mais estreitamente à herança estruturalista: a primeira segue a proposição de Harris, criador da expressão “análise do discurso”, segundo a qual o discurso é uma unidade transfrástica; a segunda retoma a dicotomia saussureana na qual a língua, concebida enquanto sistema abstrato, opõe-se à sua atualização em contexto, o discurso.

Segundo Maingueneau (2015a), a terceira oposição, entre *discurso* e *texto*, pode ser compreendida de duas formas: um discurso relacionado a *um conjunto de textos* ou um discurso para *cada texto*. No primeiro caso, os discursos existem para além dos textos dos quais são compostos. O “discurso da medicina”, por exemplo, recobre um conjunto vasto de gêneros. Nessa perspectiva, “discurso” pode corresponder a entidades de natureza muito diversa, como uma disciplina, uma produção associada a uma área determinada da sociedade, uma temática etc. Já no segundo caso, aquele em que um texto corresponde a um discurso, entende-se que o discurso está oculto, latente em um texto, como algo que o sustenta. Trata-se, logo, de uma relação muito complexa, não sendo possível abarcá-la se consideramos discurso e texto como sinônimos ou se tratarmos texto simplesmente como uma materialidade.

Quando focalizamos o termo “texto”, podemos discernir três eixos principais de uso que interessam à AD. Pode ser apreendido como *texto-estrutura*, uma rede de relações frase a frase ou de agrupamento de frases que compõe o objeto da Linguística Textual, disciplina que estuda as regularidades além da frase. Também é possível tomá-lo como *texto-produto*, como o indício de uma atividade discursiva oral, escrita ou visual, relacionado a dispositivos de comunicação e a gêneros de discurso.

Num terceiro eixo, é encarado como *texto-arquivo*, algo permanente, dada sua fixação em um suporte material ou na memória. A noção de texto-arquivo recobre, ainda, dois fenômenos diferentes: os textos materiais, mais diretamente vinculados a um suporte, e os textos considerados autônomos em relação a determinado suporte físico; estes

são estimulados atualmente pelo funcionamento da *web*, que questiona a noção estanque e estável de texto.

O termo “texto”, inclusive, evoca outra relação, entre *texto* e *enunciado*. Além de “discurso”, estes termos são empregados pelos linguistas para fazer referência a produções verbais (MAINGUENEAU, 2013). De fato, dependendo das oposições que se estabelecem, “enunciado” resgata diferentes valores. Quando se opõe à noção de enunciação, é entendido como a marca verbal do acontecimento, da enunciação. Pode também ser definido, como fazem alguns linguistas, como uma sequência dotada de sentido e sintaticamente completa. Já quando se opõe à ideia de frase, construção linguística fora de qualquer contexto, “enunciado” ressalta a variedade de contextos em que uma frase pode surgir. Designa, enfim, uma unidade completa de comunicação no âmbito de um dado gênero de discurso, que dita uma orientação comunicativa específica.

O vocábulo “texto” se aproxima desta última acepção de “enunciado”, na medida em que se associa a “*um todo, como constituindo uma totalidade coerente*” (MAINGUENEAU, 2013, p. 64, grifos do autor). Essa totalidade pode dizer respeito tanto a produções orais quanto escritas estruturadas de forma estável, o que viabiliza que circulem longe de seus contextos originais, ou seja, desconectadas do seu autor, seu momento e seu lugar de produção originais. Destarte, o texto participa da discursividade, não é apenas uma materialidade linguística: devido à sua semântica global, o discurso prefere certos gêneros a outros. É nesse sentido que Maingueneau (2008b) alerta para o uso nefasto da distinção entre “profundeza” e “superfície” dos textos, sendo recomendável superar essa dicotomia por meio da proposição de um *sistema de restrições semânticas globais*, não havendo um plano discursivo privilegiado. Retomaremos essa discussão na próxima seção (3.3).

Apesar de os usos de “texto” interessarem à AD, ela estuda os textos que foram convertidos em *corpus*. Podendo ser constituído por um único texto ou por um conjunto vasto de textos, o *corpus* é constituído pelos analistas com o propósito de responder determinado questionamento que decorre de seus aparatos teórico-metodológicos.

Para além dessas oposições, o termo “discurso” em si abarca uma polivalência tamanha, circulando pelas ciências da linguagem e interagindo com ideias providas de correntes teóricas das ciências humanas e sociais, como a teoria dos atos de fala, a etnometodologia, o pós-estruturalismo etc. Todavia, é possível traçar algumas características que se repetem em várias áreas (MAINGUENEAU, 2015a). Antes de tudo, discurso é uma organização *além da frase*, o que não quer dizer que ele tenha um tamanho superior à frase ou mesmo que uma frase não possa ser um discurso. Quando transfrásticos, contudo, os discursos são submetidos tanto a regras de organização transversais aos gêneros quanto a regras específicas de cada gênero.

Também se deve considerar a *interatividade* envolvida em qualquer atividade verbal. Mesmo quando produzida longe de um destinatário ou próxima a um destinatário que se mostra passivo, a enunciação se constrói tendo em vista outra instância de enunciação. Com efeito, há no discurso uma interatividade constitutiva. Assim, por ser interativo, ou seja, envolve dois ou mais parceiros em uma forma de ação²³ contextualizada.

Quando nos referimos a uma *forma de ação*, queremos dizer que toda enunciação constitui um ato ilocucionário, que objetiva modificar uma situação. Realiza-se um ato ao dizer algo, além do ato *de* dizer algo, em um sentido fonético (AUSTIN, 1990). A produção de discursos é uma forma de ação sobre o outro. Essa investigação é aprofundada pela teoria dos atos de fala, desenvolvida, a princípio, nas doze conferências de Austin (1990 [1962]). O discurso literário, enquanto uma atividade entre outras, interage com o mundo cujas características, geralmente, espera-se que sejam espelhadas por ele.

Além disso, essa forma de ação, o discurso, é *contextualizado*, contribuindo para defini-lo e modificando-o ao longo da enunciação. Não há apenas uma intervenção do discurso em um contexto, há antes uma interação atualizada constantemente sem a qual não é possível alcançar os sentidos implicados em sua totalidade; ou melhor, os

²³ Por isso, o termo “destinatário” parece inadequado, uma vez que pode dar a impressão de que a enunciação é a expressão de pensamento de um locutor, sendo absorvida por um destinatário passivo. Alguns autores preferem termos como “interactante”, “colocutor” e “coenunciador” (MAINGUENEAU, 2015a, p. 26).

efeitos de sentido atribuídos a um enunciado dependem da interação com um contexto específico.

Como qualquer atividade que se processa socialmente, o discurso é regido por uma gama variada de *normas*, tanto em um nível mais elementar, no qual se diferenciam normas particulares para cada tipo de ato de linguagem, quanto em um nível mais geral, no qual um princípio de cooperação²⁴, segundo o qual “[...] cada participante reconhece [...], em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita” (GRICE, 1982, p. 86), rege todas as interações. Ainda, há normas específicas a cada gênero de discurso, uma vez que cada um deles cauciona certas expectativas dos envolvidos na interação.

O discurso supõe, à vista disso, um centro de referências e atribuições de responsabilidades pelos enunciados. Isto é, o discurso é necessariamente *assumido por um sujeito*, que serve de fonte de referências pessoais, temporais e espaciais e deixa transparecer sua atitude em relação ao que diz e a seu coenunciador.

No entanto, na AD, os sujeitos não são tomados como pontos de origem soberana de suas produções, na medida que estão inseridos em práticas sociais determinadas, o que, conseqüentemente, acarreta que os sentidos são construídos e reconstruídos em meio a essas práticas e conjunturas específicas: o discurso constrói *socialmente* o sentido.

Por fim, é lícito destacar que o discurso é considerado no âmbito do *interdiscurso*. Isso quer dizer que o discurso só adquire sentido quando tomado no interior de um universo de outros discursos com os quais concorre. Aprofundaremos essa noção, especialmente importante dentro da perspectiva enunciativo-discursiva da AD, na próxima seção (3.3).

²⁴ Segundo Grice (1982, p. 86-88), o princípio da cooperação se divide em quatro subprincípios, apresentados como máximas conversacionais. São elas: *máxima da quantidade*: faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto solicitado e não faça sua contribuição mais informativa do que é solicitado; *máxima da qualidade*: não diga o que você acredita ser falso e não diga senão aquilo de que você possa fornecer evidência adequada; *máxima da relação*: seja relevante; e *máxima do modo*: seja claro, evite obscuridade de expressão, evite ambiguidade, seja breve, seja ordenado.

Como vimos até aqui, o próprio termo “discurso” se reporta, muitas vezes, a posições divergentes. Dessa forma, segundo sua perspectiva teórico-metodológica, cada analista enfatizará uma dessas características associadas ao termo “discurso”, sem, no entanto, conseguir excluir as outras.

3.3 O primado do interdiscurso

Conforme assinalado anteriormente, a noção de interdiscurso é introduzida por Pêcheux na segunda fase da AD para designar o “exterior”²⁵ de uma FD. Maingueneau (1998), ao apresentar essa noção, indica duas perspectivas. Segundo a primeira, assumida, por exemplo, por Jean-Jacques Courtine (1981 apud MAINGUENEAU, 1998, p. 86), o interdiscurso se refere a um conjunto contraditório de FDs que se associam a formações ideológicas também contraditórias. Trata-se, assim, de discursos de um mesmo campo ou de campos distintos, podendo até mesmo pertencer a épocas diferentes. A segunda perspectiva considera de que maneira um discurso particular entra em contato com um conjunto de unidades discursivas variadas, o interdiscurso.

Ademais, ele pode dizer respeito a unidades discursivas de dimensões bem variáveis. Se, por um lado, Charaudeau, citado por Maingueneau (1998, p. 86), fala em “sentido interdiscursivo” em relação a certas locuções ou enunciados que adquirem um valor simbólico, por outro, alguns analistas reservam o termo “interdiscurso” para FDs.

Menos controversa é a posição que relaciona o interdiscurso a uma propriedade constitutiva, e não acessória, da linguagem. Uma discussão sobre essa propriedade constitutiva aparece na distinção que os linguistas empreendem de duas formas da presença do Outro²⁶ em um discurso: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva²⁷. Aquela

²⁵ Na acepção pêcheuxtiana, uma FD depende do interdiscurso, que diz respeito a um “[...] ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

²⁶ Não se trata aqui do Outro lacaniano. O Outro do espaço discursivo “[...] representa a intervenção de um conjunto textual historicamente definível, que se encontra no mesmo palco do discurso” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 38).

²⁷ Essa distinção teórica é desenvolvida por Jacqueline Authier-Revuz (2004, p. 11-80).

[...] é acessível aos aparelhos linguísticos, na medida em que permite apreender sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade (discurso citado, autocorreções, palavras entre aspas etc....) (MAINGUENEAU, 2008b, p. 31).

Na heterogeneidade mostrada ou explícita, as formas linguísticas indicam tipos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004) e podem ser de dois tipos: marcadas e não marcadas. As marcadas podem ser índices formais (discurso direto, discurso indireto e expressões que indicam a procedência da voz, como segundo, conforme, de acordo com, etc.) ou sinalizadas de forma mais sutil, sem expressões ou quebras sintáticas; isso ocorre, por exemplo, com marcas gráficas, como aspas, itálico, negrito, etc., com o uso de gírias ou expressões de outra língua e com a combinação de registros diferentes, como um registro informal em um discurso acadêmico. Na heterogeneidade mostrada que não é marcada – por exemplo, na ironia, no pastiche, no discurso indireto livre – há uma diluição de fronteiras ameaça a própria identidade do discurso, podendo resultar em uma construção de sentidos equivocados.

A heterogeneidade constitutiva ou implícita se refere ao rompimento do interdiscurso no nível constitutivo de uma FD e “[...] não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que elas não podem ser apreendidas por uma abordagem linguística *stricto sensu*” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 31). Essas redes de filiação de sentidos do interdiscurso precedem o discurso em si, ou seja, há um primado do interdiscurso a partir do qual o analista traça relações entre a língua, a história e os sujeitos.

A proposição do primado do interdiscurso se insere na discussão de um agrupamento analistas que sublinha a heterogeneidade constitutiva, “[...] que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 31), destacando-se como uma das principais teses da AD de linha francesa. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2006), Pêcheux afirma que uma FD produz o assujeitamento do sujeito por ser dominada pelo interdiscurso, conjunto estruturado das FDs. Exclui-se, então, que sejam colocadas em contraste FDs consideradas independentemente umas das outras. A identidade discursiva depende da emergência do discurso e de sua manutenção através do interdiscurso. Isso quer dizer que os

sujeitos utilizam essas estratégias objetivando a construção de identidades discursivas que lhes sejam próprias.

Em suma, a noção de interdiscurso pode ser compreendida, em um sentido amplo, como um conjunto de unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita. Em outros termos, um discurso é formado por vários outros discursos provenientes de formações discursivas diversas. Em um sentido mais restrito, pode-se considerar o interdiscurso como um conjunto de discursos de um mesmo campo discursivo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006).

Dada a abertura dessa noção, Maingueneau (2008b)²⁸ defende sua tripartição em *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, o que possibilita uma operacionalização mais apurada da noção de interdiscurso. O “universo discursivo” se refere a um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que se relacionam em um determinado momento histórico. Este universo discursivo representa necessariamente um conjunto finito e, apesar de não ser possível compreendê-lo em sua globalidade, forma o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de estudo, os campos discursivos. Segundo Sírio Possenti (2003), a noção de universo discursivo é aproximadamente equivalente à noção de interdiscurso de Pêcheux.

Entende-se por “campo discursivo” um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, na qual os discursos cumprem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser desempenhada. Podemos, assim, falar do campo político, filosófico, literário etc. Apesar de essa delimitação abstrata parecer como indicar, deve-se considerar zonas de troca não nitidamente demarcadas. Um discurso se constitui no interior do campo discursivo, e a hipótese do autor é que tal constituição pode ser descrita em termos de regularidades sobre formações discursivas já existentes.

²⁸ A diferenciação da tripartição que se segue é, em grande medida, uma apropriação de trechos de Maingueneau (2008b, p. 33-35).

Por último, Maingueneau (2008b) propõe isolar o “espaço discursivo”, subconjunto de formações discursivas que o analista julga importantes para a sua pesquisa. Tais restrições devem resultar apenas de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão confirmadas ou refutadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

O interdiscurso, portanto, é a relação constitutiva do discurso, ou seja, todo discurso possui a propriedade de manter relações com variados discursos. Essa propriedade se mantém por meio de unidades discursivas de dimensões muito distintas, como um romance ou uma definição de dicionário. Ao propor a divisão do conceito, Maingueneau contribui para sua operacionalização, já que ele passa a ser considerado uma unidade de análise. A análise, considerando o interesse da AD em apreender o discurso enquanto “intricação” entre texto e lugares sociais, desenvolve-se na articulação entre organização textual e situação comunicativa que ocorre em um gênero de discurso.

Na próxima seção, direcionaremos nossa atenção para as *cenas de enunciação*. Trata-se, ao mesmo tempo, de um enquadramento e um processo que, em níveis complementares, sustentam a enunciação, legitimando-a.

3.4 As cenas da enunciação

Examinar de que forma as *cenas de enunciação* operam levam a uma compreensão mais apurada dos gêneros de discurso. Maingueneau (2015) recorre às metáforas teatrais, que já são comumente associadas aos gêneros, e elege o termo “cena” com o propósito de evitar concepções estritamente linguísticas, como “situação de enunciação”, ou sociológicas, como “situação de comunicação”. Esse termo se refere tanto a um enquadramento quanto a um processo, evidenciando uma dinamicidade que faz interagir três níveis complementares da cena de enunciação. São eles: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*.

Embora alguns autores não diferenciem “tipos de discurso” e “gêneros”, na AD de linha francesa, emprega-se “tipo de discurso” para designar práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade. Um dado gênero se agrupa a outros gêneros

estabilizados por uma mesma finalidade social em um tipo de discurso. Por exemplo, um artigo de opinião é um gênero de discurso que se une a outros gêneros, como a notícia e o editorial, no interior de um tipo de discurso; nesse caso, o tipo de discurso jornalístico. Nesses casos, referimo-nos a uma cena englobante. Ao passo que um texto, compreendido como o “[...] rastro de um discurso no qual a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 205), pode participar de duas ou mais cenas englobantes ao mesmo tempo, cabe ao pesquisador, em função de seus objetivos, decidir qual será a cena englobante pertinente.

Ainda assim, há espaço para entendimentos diversos, na medida em que a noção de tipo é heterogênea (MAINGUENEAU, 2008a), podendo corresponder a duas lógicas diferentes. Ambas seguem pela via aberta pela Pragmática e tendem a levar menos em consideração aspectos formais, adotando uma orientação mais contextual, segundo a qual é possível distinguir um “discurso escolar” e um “discurso liberal”.

Por um lado, o copertencimento de diversos gêneros a um mesmo *aparelho institucional* pode constituir uma forma de agrupamento válida. Nessa lógica, interagem diversos gêneros de discurso em um mesmo aparelho, por exemplo, a escola. Nesse ambiente, os participantes estão a todo momento produzindo gêneros que caracterizam aquele aparelho e são caracterizados por ele, como as aulas expositivas, as avaliações escritas, os diários de classe etc.

Por outro lado, os gêneros podem ser divididos em tipos conforme sua dependência de um mesmo *posicionamento* no interior de um campo discursivo. A partir de uma lógica de delimitação de um território simbólico e constituição de identidades, esses gêneros disputam espaço em um mesmo campo. No campo político, por exemplo, os panfletos e programas eleitorais do “discurso liberal” rivaliza com os gêneros produzidos por um “discurso comunista”.

É claro, como lembra Maingueneau (2008a), os tipos e os gêneros de discurso estão sempre postos em uma relação de reciprocidade, tanto que os gêneros só adquirem sentido quando agrupados em unidades de classe superior, os tipos.

A cena englobante, como mencionado acima, pode ser identificada com o tipo de discurso proferido, sendo primordial ao analista considerá-la para estabelecer de que forma o coenunciador é interpelado. Em uma cena englobante literária, espera-se que

os enunciados tenham determinadas propriedades: o que se diz é uma construção ficcional, o enunciador pode assumir uma posição de intimidade, mesmo ao se direcionar a desconhecidos, e lançar mão de opções estilísticas singulares.

Por se associar estreitamente a lugares sociais que aparentam ser intemporais, é habitual tomar a cena englobante em uma ilusão de imutabilidade. Contudo, a cena englobante define a situação dos interactantes e configura um certo quadro espaçotemporal. Nessa lógica, Maingueneau (2013) assinala que, ainda que trabalhe em termos de uma cena englobante literária ou uma cena englobante religiosa, indicando a sociedade e o período a que se refere, o resultado é claramente insuficiente, se considerarmos que qualquer interação se dá por meio de gêneros de discurso.

A cena genérica, por sua vez, é definida pelos gêneros de discurso. Por considerar a intricação entre texto e lugar social, eles são um dos pontos centrais de investigação do analista do discurso. Evitam-se, por conseguinte, uma redução social, que resulta de uma reflexão sobre lugares sociais sem levar em conta os textos que tais lugares produzem, e uma redução linguística, advinda de uma investigação sobre textos que desconsidera os lugares sociais que os garantem. Esta categoria de discurso é, ao mesmo tempo, sociológica e linguística e é usada para “[...] dispositivos sócio-históricos de comunicação, como instituições de palavras socialmente reconhecidas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 17). A diversidade desses dispositivos dificulta qualquer classificação e análise mais rigorosa, na medida em que gêneros que parecem apresentar fórmulas altamente estabilizadas, como uma bula de remédio ou uma receita culinária, estão ao lado de gêneros bastante instáveis, como os dos campos literário e publicitário. Podemos dizer que um discurso circula por meio de um gênero de discurso que possibilita que se antecipem certas expectativas e não outras; cada gênero define suas próprias condições de êxito e os papéis legítimos para os participantes.

Embora a noção tradicional de gênero tenha sido elaborada pelos antigos poetas e retóricos gregos, dentro de uma reflexão sobre a literatura (MAINGUENEAU, 2013), a concepção de gênero como dispositivo de comunicação sócio-historicamente definido

é influenciada pela etnografia da comunicação²⁹ e pelas ideias do Círculo de Bakhtin³⁰. O Círculo defende que em uma investigação baseada em enunciados concretos, únicos, que se relacionam com diferentes esferas da atividade humana, “[...] faz-se necessária uma noção precisa do enunciado em geral e das particularidades [...] dos diversos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2011a, p. 264, grifos nossos). Nos estudos desenvolvidos por Maingueneau (1997, 2013, 2015), esse entendimento permanece, e as particularidades dos diversos gêneros são focalizadas nas análises empreendidas a partir desse aparato teórico-metodológico.

Segundo Maingueneau (2013), a fim de caracterizar os gêneros de discurso, recorre-se a metáforas de contrato, de papel e de jogo³¹, que, ainda que insuficientes, realçam aspectos importantes do conceito. Em diferentes medidas, essas metáforas tratam do caráter restritivo e controlado sócio-historicamente dos gêneros de discurso.

Quando se recorre à metáfora do *contrato*, afirma-se que um gênero de discurso é essencialmente cooperativo e regido por normas. Num acordo implícito, os participantes devem aceitar determinadas regras mutuamente conhecidas, além de subscreverem às sanções impostas aos que as transgridam.

Seguindo uma longa tradição que relaciona as interações sociais a uma grande representação cujos participantes devem assumir papéis variados, refletir sobre os gêneros a partir da ideia de *papel* implica compreender os parceiros sob uma ótica de condição determinada. No entanto, ao contrário do teatro, os participantes não podem

²⁹ De acordo com Sonia Branca-Rosoff (2006, p. 222-223), a etnografia da comunicação é uma das correntes interacionistas norte-americanas e foi concebida nos anos 1960 por John J. Gumperz e Dell H. Hymes. Além de ser um domínio de pesquisa amplo e interdisciplinar, associando a Etnologia, a Linguística e a Sociologia, compreende a comunicação como um sistema cultural e se caracteriza por uma metodologia de campo, fundada na observação de práticas comunicativas.

³⁰ Atribuiu-se a denominação “Círculo de Bakhtin” ao grupo de intelectuais russos que se reunia regularmente no período de 1919 a 1974, dentre os quais fizeram parte Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev. Consensualmente, os textos do Círculo de Bakhtin são referências destacadas nessa discussão, em especial no texto “Os gêneros do discurso”, manuscrito inacabado dos anos 1950, e surgem em um momento de revisão e de problematização dos estudos do discurso. Até então restrita às áreas da retórica e literatura, esse ensaio subsume a concepção de gênero, na medida em que esses “*tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2011a, p. 262, grifos do autor) estão presentes em todas as esferas de atividade humana. É por meio deles que se utiliza a língua.

³¹ A discussão que se segue sobre as metáforas associadas aos gêneros de discurso é uma apropriação de trechos de Maingueneau (2013, p. 78-80).

facilmente se desvincular de seus papéis, que, em alguma medida, compõem suas personalidades.

Já a metáfora do *jogo* salienta as regras envolvidas na participação em um gênero de discurso e seu aspecto teatral, relacionando as metáforas do contrato e do teatro. Ao colocar o gênero como um jogo cujas regras preestabelecidas são conhecidas pelos participantes envolvidos, sua transgressão implica uma “eliminação” do jogo. Porém as regras do discurso não são inflexíveis como as de um jogo, há sempre a possibilidade de variação, posto que os gêneros se transformam ininterruptamente. A metáfora do jogo também obscurece as finalidades específicas dos gêneros, já que os jogos geralmente excluem finalidades práticas.

Dada a profusão de gêneros de discurso e a dificuldade de elencar características comuns a todos eles, as formas de organizá-los e compreendê-los são as mais variadas. A princípio, as categorias que objetivam uma classificação desses dispositivos resultam de necessidades cotidianas de comunicação. Todavia, em um estudo que se pretende rigoroso, não se pode basear somente nessas categorias cujos critérios de formação são heterogêneos e reúnem tipologias de diversas espécies; é imprescindível conhecer as diferentes tipologias que circulam pelas ciências da linguagem.

Dessa maneira, Maingueneau (2013) indica as tipologias mais comumente usadas nas investigações que envolvem gêneros de discurso. Segundo as tipologias comunicacionais, atenta-se para a orientação comunicacional de determinado enunciado, o que se faz com o enunciado, examinando-os ora por funções da linguagem, ora por funções sociais. Surgem, assim, os discursos “didático”, “prescritivo”, “político” etc.

Entretanto, é nas tipologias de situação de comunicação que se acrescenta à concepção de gênero de discurso um caráter historicamente variável, o que possibilita caracterizar uma sociedade a partir dos gêneros de discurso que ela privilegia e que a sustentam. O acréscimo do caráter histórico dos gêneros contribui para definição mais criteriosa, forçando que as análises abram espaço para os aspectos sócio-históricos. Torna-se imprescindível resgatar a historicidade dos dispositivos

analisados, isto é, atentar-se para as condições sócio-históricas de produção desses discursos.

Existem, ainda, as tipologias enunciativas as quais derivam da oposição estabelecida pelo linguista Émile Benveniste (1991) entre dois planos de enunciação diferentes, o do “discurso” e o da “história”. No plano do “discurso”, emergem formas linguísticas carregadas de subjetividade, enquanto, no da “história”, fatos são apresentados “[...] sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa (BENVENISTE, 1991). Isto é, “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o *discurso* provoca a emergência da subjetividade [...]” (BENVENISTE, 1991, p. 289, grifo nosso). Então, diferenciam-se, por exemplo, pelo seu caráter distanciado dos participantes, as produções discursivas do campo científico das produções mais cotidianas, como uma conversa informal, na qual a dupla “eu-você” e o momento da enunciação se mostram indispensáveis para sua organização.

Julgamos ser necessário transpor tais tipologias, nas quais se desconsidera ora a inscrição social dos enunciados, ora os funcionamentos linguísticos, e optar por uma tipologia discursiva, que cruza ambas dimensões. Uma perspectiva discursiva ajuda a salientar que os gêneros não são formas vazias e não se dividem em duas partes, sendo uma superficial e a outra profunda. Com o objetivo de articular teórica e metodologicamente essas dimensões, Maingueneau (2008b) propõe uma “semântica global”. Em razão de todos os planos da discursividade estarem integrados e obedecerem a um sistema de restrições semânticas associadas a um determinado posicionamento, rejeitam-se quaisquer hierarquizações.

Longe de formas que estão à disposição dos participantes, os gêneros de discurso constituem instituições discursivas submetidas a condições de êxito, que envolvem elementos de ordens diversas. Dentre esses elementos, a finalidade é um dos mais facilmente reconhecíveis. Todo gênero tem por objetivo uma modificação, por mais sutil que seja, da situação à qual se associa. Cabe aos coenunciadores identificar tal finalidade para que possam se comportar adequadamente durante a interação.

Cada gênero determina papéis para quem inicia e/ou lidera a interação e para quem se destina o enunciado. Os estatutos desses parceiros correspondem a direitos e

deveres, dependendo da formalidade e estando, às vezes, relacionado a acessórios e indumentárias, como é o caso de enunciadores que representam uma instituição. A questão da legitimidade dos parceiros traz à tona, no momento da análise dos mais variados gêneros, uma rede de naturalizações que são promovidas ao longo da história.

Os gêneros requerem, ainda, lugares e momentos legítimos. As dimensões espaciais e temporais estão, de forma constitutiva, ligadas à enunciação. Se tomarmos um gênero que comumente se desenvolve em um espaço determinado e se desloca para outro, haverá consequências discursivas. Se uma aula for transferida para um parque público ou um bar, o desenvolvimento da interação visará legitimar o espaço escolhido, justificando que, para os propósitos específicos daquela realização, o espaço escolhido é o único possível.

A dimensão midiológica, embora pouco debatida em suas nuances, é outra condição de êxito para os gêneros de discurso. Os gêneros necessitam de um suporte material e um modo de difusão que concretize a troca entre os interactantes. Dentre os gêneros, alguns se estabilizam em uma relação próxima com ondas sonoras, quer propagadas diretamente em um ambiente físico, quer reconstruídas por um decodificador; outros dependem da escrita, ora manual, ora digital. Todas essas variações possíveis implicam modificações radicais de um gênero (MAINGUENEAU, 2013). À vista disso, deve-se combater a compreensão de que o suporte de formulação textual é um aparato superficial e insignificante. Com efeito, “[...] não se pode separar o que é dito das condições materiais e institucionais do dizer” (MAINGUENEAU, 1998, p. 96, grifos do autor).

Cada gênero, do mesmo modo, vincula-se a certa organização textual e, quase sempre, a recursos linguísticos específicos. Ao mesmo tempo que existem gêneros de organização textual enraizada e presos a usos delimitados da língua, como é usual em gêneros acadêmicos e governamentais, outros apenas seguem roteiros pouco regulares e variam no emprego de recursos linguísticos, em conformidade com o processo de legitimação instituído durante a enunciação.

A relação entre as duas cenas descritas, a englobante e a genérica, é de constitutividade e complementariedade, de modo que ambas definem o que

Maingueneau (2013) chama de “quadro cênico”, o espaço estável, do tipo e do gênero de discurso, no qual o enunciado adquire sentido. Ao contrário das cenas que compõem o quadro cênico, a cenografia não é imposta pelo tipo ou pelo gênero, mas instituída no e pelo próprio discurso, e é com ela que o interlocutor, enredado em uma determinada enunciação, lida diretamente. A cenografia legitima e é legitimada pelo discurso, confundindo-se com o enunciado que sustenta, e o enunciado, por sua vez, também sustenta a cenografia.

No entanto, a cenografia não se trata de um simples suporte; ela é, antes, um dispositivo capaz de articular a obra e as condições que propiciam sua criação. Maingueneau (1997) esclarece esse dispositivo, constituído por elementos da dêixis discursiva³², a partir de coordenadas espaçotemporais implicadas na cena de enunciação, que consistem em um primeiro acesso à cenografia; ela implica uma figura de enunciador e coenunciador, uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), marcas das quais o discurso pretende emergir. Se existe dêixis discursiva é porque a formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço evidentemente determináveis, mas a partir da cena que sua enunciação produz.

Dessa maneira, “quanto mais o coenunciador avança no texto, mais ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso” (MAINGUENEAU, 2008a, p.118). A escolha da cenografia é essencial para mostrar que o enunciador negociou um código linguageiro adequado àquele universo e para constituir e legitimar o *ethos* discursivo. Na próxima seção, discutiremos sobre esta noção.

3.5 A noção de *ethos* discursivo

Outra categoria fundamental para o nosso trabalho é a de *ethos* discursivo. A princípio vinculado à retórica antiga, o termo “*ethos*”, “personagem” em grego, remete a uma

³² A dêixis e a dêixis discursiva possuem a mesma função, mas esta se manifesta “num nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. Em geral, as três instâncias da dêixis discursiva não correspondem a um número idêntico de designação nos textos, mas cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição. Distinguir-se-á nesta dêixis o **locutor** e o **destinatário discursivos**, a **cronografia** e a **topografia**” (MAINGUENEAU, 1997, p. 41).

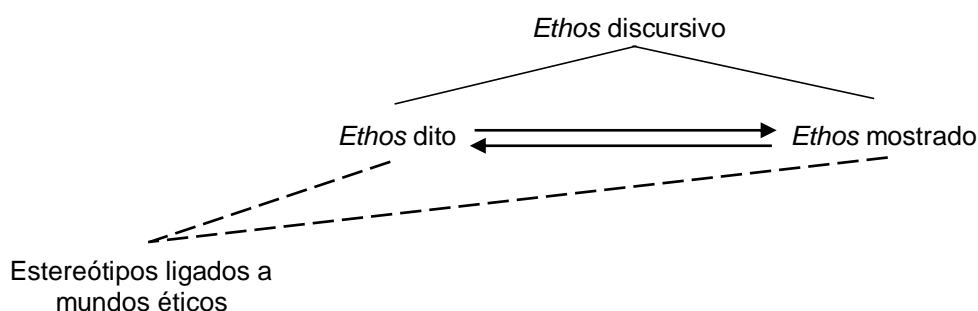
imagem que o locutor constrói de si em seu discurso a fim de influenciar, persuadir seu público (AMOSSY, 2006). Ao comentar a noção vinculada à retórica clássica, Maingueneau (2016b) esclarece que a eficácia da imagem depende do modo como ela atravessa a enunciação sem estar explicitada no enunciado. Em outras palavras,

O que o orador pretender ser, dá a entender e mostra: não *diz* que é simples e honesto, *mostra-o* através de sua maneira de se exprimir. O *etos* [sic] está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de seu empenho oratório: é portanto o sujeito de enunciação enquanto está enunciando que está em jogo aqui (MAINGUENEAU, 1995, p. 138).

Maingueneau (2016b) retoma o conceito aristotélico e, ao considerar que todo discurso é indissociável de uma “voz”, mesmo no caso de um enunciado escrito, desloca-o para reflexões teóricas da AD. Trata-se de uma noção sociodiscursiva que se constrói por meio do discurso em um processo interativo de influência sobre o coenunciador. Isto é, trata-se de um comportamento socialmente avaliado, que é compreendido dentro de uma situação específica de comunicação e de uma conjuntura sócio-histórica determinada.

O *ethos* discursivo (Esquema 2) refere-se a um fenômeno enunciativo do qual emerge um tom específico e engloba o *ethos* dito, criado a partir de referências diretas, e o *ethos* mostrado, que não está explicitamente representado no texto, mas é construído pelas pistas que o enunciador oferece. Dessa forma, o leitor constrói um conjunto de traços físicos e psíquicos, que se sustentam em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, em estereótipos culturais, que são reforçados ou transformados (MAINGUENEAU, 2016b).

Esquema 2 – O *ethos* discursivo resultante da interação entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado



Fonte: Adaptação de Maingueneau (2016a, p. 270).

A noção de *ethos* reaparece na década de 1980 a partir de questões propostas em termos pragmáticos e discursivos (MAINGUENEAU, 2008b). Destacam-se, nesse empreendimento, Maingueneau (2011, 2016b, 2016c) e Ruth Amossy (2016). Maingueneau retoma o conceito aristotélico e, ao considerar que todo discurso é indissociável de uma “voz”, mesmo no caso de um enunciado escrito, desloca-o para reflexões teóricas da AD, dentro da qual essa noção sociodiscursiva constrói-se por meio do discurso em um processo interativo. Isto é, trata-se de um comportamento socialmente avaliado que é compreendido dentro de uma situação específica de comunicação e de uma conjuntura sócio-histórica determinada. Não se confunde com o estilo, uma vez que não diz respeito a uma individualidade, mas ao que o autor denomina de “mundo ético”, um mundo específico ativado pela leitura.

O *ethos* discursivo se relaciona a um fenômeno enunciativo do qual emerge um tom específico e engloba o *ethos* dito, criado a partir de referências diretas, e o *ethos* mostrado, que não está explicitamente representado no texto, mas é construído pelas pistas que o enunciador oferece. Além disso,

[...] o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica... (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18)

A ideia de que cada discurso possui um tom específico que aponta para seu enunciador implica também a determinação de uma instância subjetiva encarnada que desempenha a função de fiador. Por meio de indícios textuais, o leitor constrói um conjunto de traços físicos e psíquicos que se sustentam em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, em estereótipos culturais, que são reforçados ou transformados (MAINGUENEAU, 2016b).

O coenunciador se relaciona com o *ethos* discursivo construído pelo enunciador por meio do processo de incorporação que atua em três registros indissociáveis. A enunciação, através do corpo textual, confere uma “corporalidade” ao fiador, dá-lhe corpo. O coenunciador assimila, incorpora esquemas que definem uma forma socialmente caracterizável de habitar o mundo, de entrar em relação com os outros. Essa dupla “incorporação” permite, então, a constituição do *corpo* da comunidade imaginária daqueles que são adeptos do mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2008b,

2016a). Contudo, a incorporação vai além da identificação de um fiador; constata-se o *mundo ético* do qual aquele fiador faz parte. Esse mundo ético é ativado por um conjunto de situações estereotípicas vinculadas a comportamentos.

A entrada no universo configurado pelo enunciador é gradual e negociada. O coenunciador não simplesmente decodifica os enunciados, mas se engaja a uma identidade, um *ethos* singular, que é construído a partir das marcas linguísticas e de uma gama de estereótipos. Na produção dessa singularidade, os discursos podem fortalecer determinados estereótipos ou transformá-los em uma apresentação da diferença.

Anos após a formulação do conceito de *ethos* discursivo no âmbito da AD, Maingueneau (2016c) propõe sua reavaliação para responder a críticas em relação à sua operacionalização, resultando em trabalhos poucos especificados e heterogêneos. Para tanto, atribui a ele três dimensões, a saber: categórica, experiencial e ideológica.

As dimensões indicadas seguem um *continuum* que abrange desde unidades tópicas, socialmente reconhecíveis, até unidades atópicas, dependentes dos julgamentos dos analistas do discurso em relação a um campo discursivo. Numa dimensão categórica, conjugam-se papéis discursivos ou estatutos extradiscursivos. Se, por um lado, aqueles se relacionam à atividade de fala, como o animador e o pregador, estes, por outro, são de natureza variada, podendo se referir a um estatuto pertencente ora a um aparelho institucional, o médico ou o professor, ora a uma região geográfica, o nordestino, o caipira, os franceses, ora a uma configuração culturalmente garantida, o pai de família, o solteiro, a sogra etc. A dimensão experiencial se associa ao processo de incorporação e constituição de um mundo ético a partir de um cruzamento do discurso e de caracterizações sócio-psicológicas estereotipadas. É possível indicar, então, a prudência dos mais velhos, a indiferença do morador das grandes metrópoles, a hospitalidade dos brasileiros, etc. Por fim, a dimensão ideológica se refere a posicionamentos distintos dentro de um mesmo campo discursivo. No campo político, os analistas podem indicar um *ethos* liberal, de centro, comunista; e, no campo literário, um *ethos* barroco, classicista, romântico, etc.

Do ponto de vista da análise, trata-se, portanto, de uma noção ampla, que requer cuidado do analista. Da mesma forma, é improvável que uma análise discursiva precisa consiga abrir mão dessa categoria, já que ela se apresenta como uma estratégia de validação da própria enunciação. Haja vista que o tom assumido pelo sujeito enunciador que deve estar associado ao tipo de discurso empregado, procederemos no próximo capítulo a uma revisão a respeito do tipo de discurso analisado: o discurso literário.

Apresentamos neste capítulo os pressupostos da perspectiva teórico-metodológica proposta por Maingueneau que são assumidos ao longo deste trabalho. No próximo capítulo, discutiremos de que forma nossa perspectiva teórico-metodológica observa o fenômeno literário, caracterizando-o como discurso, e reflete sobre sua condição e seu modo de funcionamento.

4 O DISCURSO LITERÁRIO COMO DISCURSO CONSTITUINTE

Neste capítulo, elencamos as características que diferenciam o discurso literário dos outros tipos de discurso. A princípio, situamos as características dos discursos constituintes para, então, discutirmos a perspectiva discursiva do fato literário. Em seguida, abordamos o pertencimento impossível desses discursos por meio da noção de paratopia. Por fim, apresentamos a categoria código linguageiro, fundamental para a análise empreendida no próximo capítulo.

Considerando que os discursos analisados serão tomados enquanto literários, examinaremos neste capítulo as particularidades desse tipo de discurso, visto que participa, como defende Maingueneau (2016a), junto com os discursos religioso, científico e filosófico, de um plano determinado da produção verbal, o dos discursos constituintes. Estamos de acordo com o autor na medida em que “[...] levar em conta as relações entre os vários ‘discursos constituintes’ [...] pode parecer uma custosa digressão, mas esse agir aumenta de maneira ponderável a inteligibilidade do fato literário” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 60).

Torna-se, dessa forma, essencial identificar as condições de emergência, de funcionamento e de circulação dos discursos constituintes. Por terem acesso privilegiado a uma fonte extrassocial, uma Origem, esses discursos localizam-se na fronteira entre o mundo comum e um mundo superior, que excede o mundo humano. Essa característica faz com que eles sejam validados por uma cena de enunciação que os autoriza. À primeira vista, esses discursos parecem muito distintos, porém é possível agrupá-los em uma mesma categoria devido à sua “[...] função (fundar e não ser fundado por outro discurso), [a] certo recorte das situações de comunicação de uma sociedade (há lugares e gêneros vinculados a esses discursos constituintes) e [a] certo número de invariantes enunciativas” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 61).

A fim de caracterizar a posição privilegiada desses discursos, Maingueneau (2016a) recorre à noção de *archeion* de uma coletividade.

Esse termo grego, étimo do termo latino *archivum*, apresenta uma interessante polissemia para a nossa perspectiva: ligado a *arché*, “fonte”, “princípio”, e, a partir disso, “mandamento”, “poder”, o *archeion* é a sede da autoridade, de um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas igualmente os arquivos públicos. Ele associa, dessa maneira, intimamente, o trabalho de *fundação* no e pelo discurso, a determinação de um lugar

vinculado com um *corpo de locutores consagrados* e uma elaboração da *memória*. Os discursos constituintes são discursos que conferem sentido aos atos da coletividade [...] (MAINGUENEAU, 2016a, p. 61, grifos do autor).

Por estarem vinculados ao *archeion*, os discursos constituintes dão significado aos atos da coletividade e servem de fonte para os outros tipos de discurso. Isto é, esse estatuto único torna-os a um só tempo autoconstituintes e heteroconstituintes: somente um discurso que se constitui gerindo em termos textual-discursivos sua própria emergência pode servir de fonte para outros discursos.

Maingueneau (2016a) aponta que, nesse modo de constituição, há duas dimensões indissociáveis. Sua constituição se refere tanto a uma ação de se estabelecer legalmente, regrando sua emergência no interdiscurso, quanto aos modos de organização, em um sentido de estruturação de elementos que compõem uma totalidade textual. Nessa perspectiva, uma análise da “constituência”³³ desse tipo de discurso

[...] deve concentrar-se em mostrar o vínculo inextricável entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, a imbricação entre uma organização textual e uma atividade enunciativa. Sua enunciação se instaura como dispositivo de legitimação de seu próprio espaço, incluindo seu aspecto institucional; ela articula o engendramento de um texto e uma maneira de inscrever-se num universo social (MAINGUENEAU, 2016, p. 62).

A inscrição dos discursos constituintes no universo social leva o autor a tratar da produção, do consumo e das relações que esses discursos mantêm com as mais diversas instituições sociais. Sem se filiarem a elas por completo, esses discursos guardam uma condição paradoxal. Isto é, o discurso literário, enquanto discurso constituinte, apesar de surgir em diferentes âmbitos sociais, não se fixa em nenhum deles; conserva-se em um pertencimento impossível.

Esse pertencimento paradoxal alimenta o próprio ato de enunciação, que acaba se revestindo da impossibilidade de inscrição tanto no interior quanto no exterior da sociedade. Quem produz um discurso constituinte “[...] não pode situar-se no exterior nem no interior da sociedade: está fadado a dotar sua obra do caráter radicalmente

³³ O termo “constituência” é específico da AD, especialmente vinculado a diversos textos de Dominique Maingueneau que tratam de discursos constituintes. Serve para enfatizar o caráter de autoinstauração desses discursos.

problemático de seu próprio pertencimento a essa sociedade” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 68). Resta uma difícil negociação entre lugar e não lugar.

Esse caráter paradoxal, que se manifesta discursivamente, é denominado paratopia. Para que uma obra literária releve de um lugar de paratopia, ela precisa irromper, quando há tensões no campo literário, quando ela “só pode dizer alguma coisa sobre o mundo pondo em jogo em sua enunciação os problemas advindos da impossível inscrição social (na sociedade e no espaço literário) dessa mesma enunciação” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 95).

Antes de nos aprofundarmos no conceito de paratopia – que será especificado na seção 4.2 –, assinalamos o que significa tomar o fato literário como discurso. Para tanto, na próxima seção, percorremos de forma sucinta a trajetória que Maingueneau (2016a) traça em *Discurso literário*, livro publicado pela primeira vez no Brasil em 2006. Nesse livro, o autor retoma discussões que havia realizado em trabalhos anteriores³⁴ e reflete sobre as particularidades e a constituição do campo literário, sem deixar de indicar percursos analíticos para esse tipo de discurso.

4.1 Do fato literário ao discurso literário

Nesta seção, retomamos, de forma sucinta, o percurso traçado por Maingueneau (2016a) no livro *Discurso literário*, a fim de resgatar as diversas abordagens do fato literário e de que maneira se instituíram no século XX as abordagens discursivas.

No início desse percurso, o analista do discurso destaca o papel central da Filologia na moldagem de questões que hoje ocupam a AD. Maingueneau (2016a) defende duas definições para ela, uma mais estrita e outra mais ampla. Naquela, a Filologia preocupa-se com a decifração e o estudo de textos da Antiguidade, voltada, *grosso modo*, para uma tarefa técnica de datação, verificação de autenticidade e classificação. Nesta, promove-se, apoiando-se na hermenêutica, à ciência da cultura

³⁴ Dentre esses trabalhos, destacamos os publicados no Brasil a partir da metade da década de 1990. Ver Maingueneau (1995, 1996a, 1996b).

cujo objetivo é recompor os contextos culturais nos quais textos verbais do passado haviam sido produzidos.

No sentido mais estrito, a Filologia pode ser denominada “história literária”. Aparece no final do século XIX e prospera na universidade francesa, após o final da Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, a busca das Ciências Sociais e da Linguística pela cientificidade e por um objeto bem delimitado e ideia romântica de uma divisão inconciliável entre a produção discursiva do cotidiano e da produção discursivo-literária favorecem que a Filologia concentre-se nesta.

Enquanto na França a história literária apartada dos estudos linguísticos predominava, no âmbito germânico, destacava-se a estilística proposta por Leo Spitzer, que propunha que todos os aspectos de uma obra deviam ser apreendidos como a expressão do “espírito do autor”. Ou seja, as conexões entre a obra e a sociedade são apreendidas por intermédio da “visão de mundo” singular do autor. A despeito de estudar a coesão da obra, a proposta spitzeriana continua a estética romântica segundo a qual as obras de arte são entendidas como peças autárquicas, fechadas em si mesmas.

Não obstante, a história literária e estilística spitzeriana concernem a um projeto comum: revelar que a obra exprime tanto a sua época quanto a personalidade do seu autor. De acordo com Maingueneau (2016a), visto que privilegiam uma abordagem exterior à obra, falta a ambas uma teoria do texto.

Dentro dessa perspectiva exterior à obra, há também a posição marxista, prolongamento do projeto filológico e marcada pelo hegelianismo: “as obras devem ser lidas como um ‘reflexo’ ideológico e, portanto, deformado de uma instância exterior [...]: a luta de classes” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 21).

Em resposta às abordagens exteriores à obra, principalmente à história literária, várias correntes literárias³⁵ unem-se sob o nome de nova crítica. A crítica temática, a mais

³⁵ “[...] no âmbito da nova crítica era grande a diversidade. A dialética da consciência de Serge Doubrovski, os estudos fenomenológicos de Georges Poulet, as análises temáticas de Jean-Pierre Richard ou de Jean Starobinski, a busca das ‘formas’ de Jean Rousset eram aliadas da psicocrítica de Charles Mauron, do ‘estruturalismo genético’ marxista de Lucien Goldmann, da análise estrutural da narrativa ou das elaborações filosóficas da ‘escritura’, que se desenvolviam em torno da revista *Tel Quel*. [...] as relações entre as diversas correntes eram complexas” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 25).

forte delas, deriva sua força da concepção romântica do estilo, “visão de mundo” de uma consciência criadora, ignorando tanto a instituição literária como a enunciação. Acaba por restringir sua pertinência a um conjunto limitado de obras e escritores dos séculos XIX e XX que possuem características adequadas a esse tipo de análise.

A abordagem estruturalista, por sua vez, recusa a subordinação do texto a uma consciência. Contudo, o estruturalismo literário, que se proclamava um processo desvinculado de qualquer sujeito, não chega a romper com estética romântica, na medida em que se apoia na

[...] afirmação do autotelismo da obra de arte, relegando por isso ao segundo plano a inscrição das obras literárias nos processos enunciativos e nas práticas discursivas de uma sociedade. Nesse aspecto, o estruturalismo prolongou seu inspirador maior, o formalismo russo (MAINGUENEAU, 2016a, p. 29).

Em ambos os casos, não se refletiu sobre a divisão interior-exterior, texto-contexto que dá força ao projeto da história literária e constituirá uma questão fundamental para a Linguística da Enunciação, a Pragmática e a AD. De qualquer forma, o estruturalismo abre espaço para uma renovação por indagar a natureza e a forma de organização dos textos. Se, até aquele momento, as regras linguísticas e semióticas que tornavam possíveis os discursos não eram evidentes, esta abordagem torna obrigatória a passagem pela textualidade para se refletir sobre a relação entre a obra de arte e o mundo.

Dentro da tendência estruturalista de análise do texto literário, distinguem-se a narratologia, a poética, no sentido de uma teoria que analisa poesia, e o estudo do vocabulário, recortes que se sustentam em uma Linguística estrutural defasada em relação às tendências das ciências da linguagem defendidas naquele momento: *Quando dizer é fazer*: palavras e ação, como já mencionado, de Austin (1990 [1962]) já havia sido publicado, o gerativismo já tinha força com a publicação de *Aspectos da teoria da sintaxe* de Noam Chomsky (1975 [1965]) e a produção de Benveniste (1991 [1966]) sobre a enunciação já era conhecida pelo grande público.

Ao passo que o gerativismo voltava-se para fenômenos estritamente gramaticais, essas correntes pragmáticas e enunciativas, representadas pelos trabalhos citados acima, preocupavam-se com a inseparabilidade entre texto e contexto e tomavam o

discurso como uma atividade interativa realizada em gêneros do discurso; orientação que garante um afastamento da abordagem estruturalista associada aos textos literários. Por consequência, “esse duplo movimento tornou aos poucos impossível a busca de ‘homologias’ entre sociedade e textos literários” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 34).

Independentemente da Linguística, em uma época que o estruturalismo e a nova crítica dominavam os estudos dos textos literários, desenvolveram-se discussões cujo ponto de união era a atenção nas condições da comunicação literária e na inscrição sócio-histórica dessas produções.

Bakhtin (2011b) é um dos primeiros que trata o fato literário enquanto discurso. Seu projeto busca responder às correntes teóricas de sua época, que tinham uma compreensão “monológica” dos fenômenos linguísticos. Em “Observações sobre a epistemologia das ciências humanas”, Bakhtin afirma que

Os estudiosos da literatura contemporâneos (em sua maioria os estruturalistas) costumam definir o ouvinte imanente à obra como ouvinte ideal que tudo compreende; [...] Está claro que não se trata do ouvinte *empírico*, [...] Trata-se de uma formação abstrata, ideal. A ela se contrapõe um autor ideal igualmente abstrato. Em semelhante concepção, o ouvinte ideal é, no fundo, um reflexo especular, uma dublagem do autor. Ele não pode introduzir nada de seu, nada de novo na obra interpretada em termos ideais nem no plano idealmente completo do autor, [...] Entre o autor e tal ouvinte não pode haver nenhuma interação, nenhuma relação dramática ativa, porquanto eles não são vozes mas conceitos abstratos iguais a si mesmos e entre si. Aí só são possíveis abstrações tautológicas vazias, mecanicistas ou matematizadas. Aí não há um grão de personificação (BAKHTIN, 2011b, p. 405).

O filósofo russo criou como resposta uma teoria, cujo objetivo é trazer o diálogo para o centro da discussão sobre a linguagem. Suas definições de signo e de consciência rivalizam de forma direta com os postulados saussureanos. A importância da linguagem está no diálogo, está no espaço criado pela relação entre os interlocutores.

Além dos estudos do Círculo de Bakhtin, outras abordagens do texto literário exercem influência para a uma lenta reconfiguração da análise do fenômeno literário. A teoria da recepção, que se dedica à relação entre obra e leitor, os trabalhos de Umberto Eco e do historiador Roger Chartier podem ser indicados como representantes de uma valorização do papel do leitor, que está presente na própria constituição da obra.

Desponta, a essa altura do percurso, a posição defendida pelo autor, que descarta a expressão “fato literário” e opta por “discurso literário”. O posicionamento assumido implica deslocar as discussões que oscilavam entre o externalismo e o internalismo na abordagem do fenômeno literário para a questão do entrelaçamento da constitutividade entre discurso e condições de produção. Mas o que significa realmente tratar o fato literário como discurso?

Com efeito, significa contrariar duas perspectivas prevalecentes entre os especialistas em literatura: a análise de textos literários não se faz mais eficaz com a separação entre textos considerados “profanos” e textos considerados “sagrados”, deve-se explorar todas as dimensões do universo discursivo; e o recurso aos pressupostos da Linguística não pode ser superficial, é necessário constituir uma rede investigativa que produz interpretações que escapam à mera intuição.

O caminho percorrido demonstra que, para assumir o fato literário como discurso, é imprescindível “renunciar ao fantasma da obra *em si*” (MAINGUENEAU, 2016, p. 43, grifo do autor). Essa renúncia implica a desconstrução da autonomia da obra em relação ao seu contexto de produção e da figura de uma consciência criadora que isolada dá corpo à sua genialidade; significa “[...] restituir as obras aos espaços que as tornam possíveis, onde elas são produzidas, avaliadas, administradas” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 43). O autor pondera ainda que a instituição literária não está desligada das configurações enunciativas. Em vez de expressar uma interioridade, uma intenção, o discurso é a construção progressiva de uma identidade enunciativa e de uma legitimação do seu lugar enunciativo, por meio dos quais se pode vislumbrar um posicionamento. Nesse esforço, seria contraditório, portanto,

[...] dissociar as operações enunciativas por meio das quais se institui o discurso – que constrói dessa maneira a legitimidade de seu posicionamento – do modo de organização institucional que esse discurso a um só tempo pressupõe e estrutura (MAINGUENEAU, 2016a, p. 62).

A produção discursivo-literária ganha uma dimensão na qual o movimento de legitimação efetuado pelo discurso vincula-se à imagem do enunciador e à forma segundo a qual ele defende seu direito à enunciação.

Ainda assim, é preciso reconhecer a instabilidade que recobre o objeto “discurso literário” é grande. Ao passo que diz respeito a um tipo de discurso socialmente

reconhecível e com estatuto pragmático definido, torna possível o agrupamento de discursos produzidos em configurações sociais e períodos históricos muito distintos entre si.

Além do que já foi exposto, outra vantagem da compreensão discursiva da arte literária é seu questionamento da própria concepção tradicional dessa arte, cuja comunidade é instituída por ritos excludentes de linguagem definidos por uma minoria. A literatura não pode ser simplesmente “[...] um suplemento, um ‘ornamento’ que se soma a uma língua, que está por natureza voltada a tarefas de comunicação mais elementares” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 197). A comodidade desta concepção mascara sua insuficiência. Os discursos literários participam da própria constituição da língua, conferindo-lhe qualidade de língua.

Em última instância, considerar o discurso literário enquanto “[...] força de consolidação, vetor de um posicionamento, construção progressiva, através do intertexto, de certa identidade enunciativa e de um movimento de legitimação do espaço próprio de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 2016, p. 43) implica compreender a instituição literária em seu “[...] poder de desestabilização, que exige dos teóricos soluções sofisticadas, mas constantemente insuficientes” (MAINGUENEAU, 1996, p. 30).

O poder de desestabilização dos discursos literários pode ser entendido nos termos de Deleuze e Guattari (2017), por intermédio da conceito de “literatura menor”. Segundo os autores, ela possui três características, a saber,

[...] a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo de enunciação. É o mesmo que dizer que “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida) (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 39).

Em primeiro lugar, a literatura menor promove uma desterritorialização da língua, ou seja, está vinculada a uma língua que uma “minoría” constrói no interior do sistema da língua maior. Não se trata de uma questão necessariamente geográfica, mas de uma criação ancorada em condições minoritárias. Mesmo uma língua maior, como o português, “[...] é suscetível de um uso intensivo que a faz escoar seguindo linhas de fuga criadoras” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 52).

Se considerarmos, como faz Maingueneau (2016a), que o discurso literário participa da própria constituição de uma língua, contribuindo para lhe conferir estatuto de língua, à medida que cria um arquivo composto por esses discursos, percebemos que se estabelece por meio desse arquivo literário uma hierarquização. Dado seu teor político, a literatura menor consegue propor uma reavaliação dessa memória. É nesse sentido que defendemos esses discursos literários como contradiscursos: um grupo em uma posição vulnerável toma posse da língua politicamente, buscando visibilidade.

Em segundo lugar, tudo na literatura menor é político; o pessoal se ramifica no político³⁶. Segundo os filósofos, “[...] seu espaço exíguo faz que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual torna-se, então, tanto mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, quanto toda uma outra história se agite nela” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 36). A menoridade assume-se política em todas as suas dimensões e, logo, contrasta com as tendências resignadas de aparência “apolítica” da maioridade.

A última característica dessa literatura decorre da anterior. Sua dimensão política só é viável, uma vez que nela “tudo toma um valor coletivo” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 37); o que acontece é um agenciamento coletivo da enunciação. Essa característica enseja uma crítica à figura de uma consciência criadora genial, propagada pela estética romântica, que se situa em um patamar superior, o da literatura de grandes mestres. De fato, essas questões mantêm-se ligadas ao posicionamento crítico e ao poder de desestabilização da arte.

Julgamos os discursos literários que compõem o nosso *corpus* como associados a essa concepção de menoridade, que tanto no projeto dos autores como no nosso mostra-se revolucionário: “não há tão grande, nem revolucionário, quanto o menor. Odiar toda literatura de mestres” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 52). Desterritorializando a literatura maior, aquela produzida por autores consagrados inseridos em uma lógica comercial e hierárquica, a menor abandona qualquer adoração a figuras autorais e reconhece a potência das produções discursivas que se

³⁶ Como na expressão “o pessoal é político” popularizada pelo feminismo radical. A principal divulgadora da expressão foi a jornalista Carol Hanish em um ensaio escrito em 1969 e publicado no ano seguinte. Ver Hanish (2006).

declaram coletivas. Esse deslocamento é um ato político revolucionário que desafia a configuração social instituída como um todo e introduz a diferença no campo literário. Os discursos literários analisados, na condição de escritas de si, introduzem a diferença não só pela opção por um controle editorial sem interferências externas à comunidade trans e pela hodiernidade da sua circulação, efetuada por meio digital, mas também pela tematização de experiências de identidades abjetas, sem valorização social.

4.2 A paratopia dos discursos constituintes

Retomamos nesta seção a discussão sobre a paratopia, que, conforme apresentado no início deste capítulo, refere-se ao pertencimento paradoxal dos discursos constituintes, dos quais o discurso literário faz parte. A paratopia, como aponta Maingueneau (2010b), manifesta-se em dois níveis complementares: no nível do conjunto do discurso constituinte, em razão destes pertencerem e não pertencerem ao universo social, e no nível de cada criador de discursos constituintes, que, para estarem em conformidade com sua enunciação, devem construir uma impossível identidade em uma posição paradoxal de pertencimento e de não pertencimento à sociedade.

Trata-se, portanto, de uma noção que somente é interessante para a AD, quando tomada como condição e produto de um processo criador. Em se tratando de discurso literário, a paratopia relacionada aos escritores, na verdade, só é paratopia se incorporada a um processo criador. É necessário que os criadores organizem seus discursos em torno das tensões paradoxais, que se mostram paratópicas mediante as cenas de enunciação que compõem.

Com a finalidade esclarecer essa posição paradoxal dos discursos constituintes, situamos de que forma Maingueneau (2010b) compreende a separação entre os discursos constituintes e outros tipos de discurso. Se aqueles podem se autolegitimar por meio de sua própria enunciação, deve haver os que não o fazem. Esses são os denominados tópicos, quer dizer, o restante da produção discursiva que possui um lugar social estabelecido no âmago social. Na prática, é fácil identificar que essa distinção simplória mostra-se insuficiente, “sendo necessário complexificar essa

oposição para integrar vastas zonas de produção discursiva” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 161).

O discurso político, por exemplo, parece, sob alguns aspectos, pertencer ao universo dos discursos constituintes e, sob outros, negar essa condição. Conquanto apresente embates insistentes entre posicionamentos defendidos por comunidades restritas e pretenda mobilizar uma coletividade, como o fazem a literatura, a ciência, a filosofia e a religião, não pode se autolegitimar; deve fazer referência aos diferentes tipos de discursos constituintes, dependendo da configuração social da qual participam. Devemos, ao tratar dessa divisão do universo discursivo, ater-nos às nuances dessas posições e não nos preocuparmos em classificá-las de imediato.

A reflexão sobre a relação sobre discurso e sociedade, leva-nos ainda a outras duas categorias: a dos discursos atópicos e a dos discursos mimotópicos. A *atopia* pode ser discutida através do discurso pornográfico, como o fez Maingueneau (2010a). Refere-se àqueles discursos que estão à margem da sociedade, em espaço de sociabilidade muito restritos, sendo tolerados na clandestinidade. Embora seja uma produção abundante, “os produtores ou os consumidores são sempre os outros” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 166).

Além dos discursos tópicos, paratópicos e atópicos, Maingueneau (2010b) sugere outro tipo de estatuto no universo discursivo, como o do discurso publicitário. Nesse esforço, fala-se em termos de uma *mimotopia*. Esta posição reporta-se a discursos que se infiltram em outros e que estão, por isso, em constante transformação, “duplicando, em simulacro, o conjunto de todos os outros” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 170). Assemelham-se ao discurso literário, por não possuírem uma cenografia característica, e difundem-se, como formatação, a outras zonas discursivas, como a científica, na qual apresentações ganham contornos mais envolventes para ganharem a adesão de coenunciadores.

A paratopia, cujo estatuto no universo discursivo expressa a impossibilidade de inscrição em uma “topia”, modifica-se conforme a época e a sociedade das quais faz parte. Em outras palavras, as modalidades da paratopia são históricas. As novas formas de produção, de gerenciamento e de circulação dos discursos literários não se adequam mais ao regime de pertencimentos fixos do século XIX. No século XIX, os

pertencimentos são instáveis e múltiplos; há “[...] uma ‘mobilidade’ fundamental que condena cada vez mais pessoas a um nomadismo crônico” (MAINGUENEAU, 2016, p. 106).

O autor comenta que, com a evolução recente da sociedade, o escritor já não rompe, como antes, com um mundo estabilizado e, dessa forma, a paratopia inventa para si novos horizontes:

No antigo regime da literatura, o acesso à produção de enunciados oferecidos a um público era drasticamente limitado; com a web, consideráveis populações podem participar de dois espaços, passar todos os dias algumas horas comunicando-se no âmbito de modalidades que não recorrem à interação comum, oral ou escrita, aquele em que indivíduos socialmente identificáveis se comunicavam em espaços sujeitos a restrições temporais e espaciais. Tal como na literatura, em que o próprio enunciado impõe seu contexto, aquele enviado pela web define a identidade de seu locutor, o lugar e o momento de sua emissão (MAINGUENEAU, 2016a, p. 106).

A transformação do acesso e da circulação viabiliza que um público criador muito maior insira-se nessas práticas de sociabilidade. Não estamos mais diante da produção de uma mentalidade criadora genial que vive isolada. Acontece, ao contrário, como elucida Maingueneau (2016a), uma laicização da criação, na qual a escrita de si e a integração a um grupo combinam-se. Esse fenômeno atual está presente no *corpus* analisado, em virtude de serem discursos literários que tratam de experiências individuais do enunciadador sem prescindir de uma visão grupal que celebra suas diferenças e reivindica mudanças sociais e direitos negados.

4.2.1 As representações da paratopia: a paratopia de identidade

Ao serem explorados por um produtor de discurso constituinte, diferenciam-se tipos possíveis de representação da paratopia, que interferem uns nos outros e sobrepõem seus efeitos (MAINGUENEAU, 2016a). Há um tipo de paratopia que se relaciona àqueles que se encontram em lugares que não são seus ou não encontram seus lugares (*paratopia espacial*). Outro tipo fundamenta-se no anacronismo, em um tempo passado ou futuro, afastando alguém do momento presente (*paratopia temporal*). Há também um tipo que é fundamental em matéria de criação literária, caracterizando aquele que enuncia em uma língua que, de certo modo, não é sua língua (*paratopia*

linguística). Por último, há aquele tipo que diz respeito a todas as figuras de dissidência e de marginalidade, em outras palavras, que afasta alguém de um grupo (*paratopia de identidade*).

A paratopia de identidade é essencial ao nosso trabalho, visto que a produção discursivo-literária que compõe nosso *corpus* lida com questões identitárias de sujeitos que não se conformam às regras sociais correntes, que negociam em suas enunciações esse lugar problemático de pertencimento e não pertencimento. De forma literal ou metafórica, esse tipo de paratopia congrega as figuras da dissidência e da marginalidade, expressa pela máxima “meu grupo não é o meu grupo”.

A paratopia de identidade desdobra-se em pelo menos sete instâncias: paratopia familiar, paratopia máxima, paratopia social, paratopia física, paratopia moral, paratopia psíquica e paratopia sexual. Na familiar, temos as figuras controversas ou afastadas de um núcleo familiar, como os bastardos, os órfãos e os menores abandonados. Esta pode, inclusive, ser compreendida como um das condições da identidade criadora, em especial a masculina, visto que o criador de um discurso literário “[...] é, com efeito, aquele que renuncia a fazer frutificar o patrimônio (o capital e a genealogia), a ser filho de seu pai, a fim de dedicar-se às palavras” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 111).

Os contos maravilhosos, nos quais o herói masculino, excluído da árvore genealógica, acaba reconhecido como príncipe legítimo, exploram a paratopia familiar e a levam a um máximo. Na paratopia máxima, alternam-se uma condição máxima, a de príncipe legítimo, e uma condição mínima, a de rechaçado pela família, colocando em questão seu pertencimento pleno à humanidade.

A paratopia social, por sua vez, integra os boêmios e todos os excluídos da alguma comunidade, como os rejeitados por uma religião, por uma cidade ou um clã. Há também a paratopia física, que podemos chamar corporal, cujas marcas de um pertencimento incerto à sociedade estão no próprio corpo, como na exclusão pela raça, pela deficiência ou pela transgeneridade perceptível; a paratopia moral, a do criminoso, e a paratopia psíquica, a do louco.

Na paratopia sexual, são manifestadas, como componentes identitários, as orientações sexuais, como a homossexualidade, a bissexualidade e a assexualidade.

Em relação a esse tipo, especificamos uma *paratopia de gênero*, com o propósito de realçar a independência de dois âmbitos identitários, o da identidade de gênero e o da orientação sexual. Nesta, são ressaltadas as identidades femininas, as trans e as intersexuais.

No cenário brasileiro, pesquisas recentes³⁷ sobre a paratopia defendem a criação de outras representações, como o fez Carreira (2015), ao propor a paratopia testemunho-documental em uma análise do discurso literário *Vencidos e degenerados* de José do Nascimento Moraes, e Chaves (2018), ao delinear a paratopia do estigma mediante uma análise do discurso literário *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, de Lima Barreto.

4.2.2 A embreagem paratópica

Em seus primeiros trabalhos sobre o discurso literário, Mainueneau (1995), referindo-se à embreagem linguística, na qual alguns signos linguísticos, os embreantes, indicam a situação de enunciação, cunha a noção de *embreagem paratópica*, um conjunto de relações que participam simultaneamente do potencial paratópico dos produtores desses discursos e do mundo delineado por eles.

A embreagem paratópica pode ser particularizada em alguns eixos principais. Em primeiro lugar, opõem-se espaços paratópicos, locais subjacentes à sociedade cotidiana, como ilhas, fortalezas, prisões ou sanatórios, a personagens paratópicos, indivíduos ou grupos cujo pertencimento à sociedade é incerto. Em segundo lugar, não devem ser confundidas paratopias sociais, que envolvem elementos que estão no mesmo espaço que a sociedade dita oficial, e paratopias geográficas, cujas marcas discursivas concernem a lugares remotos ou periféricos. No caso dos espaços paratópicos, estes são designados a personagens paratópicos, que, ao contrário, podem não estar associados a nenhum território, como os errantes.

³⁷ Durante os anos de 2014 a 2018, encontramos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes 20 trabalhos, 11 dissertações e nove teses, que abordam de alguma forma o conceito de paratopia. Ver Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2016). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Em terceiro lugar, pela própria localização limítrofe e ambivalente dos elementos paratópicos, pode haver uma sobreposição de duas condições, uma máxima e uma mínima, como no caso de personagens que são ao mesmo tempo herdeiros de tronos e errantes estigmatizados. Essa problemática mínimo-máximo é uma forma do produtor do discurso constituinte de legitimar discursivamente seu potencial paratópico.

Em quarto lugar, podemos analisar a embreagem paratópica em termos de categorias que já explorados no capítulo anterior, como a cenografia e o *ethos* discursivo. Logo, para possibilitar o tratamento do discurso literário nessa perspectiva, assumimos que a paratopia articula-se em um investimento de uma cenografia que faz do discurso um lugar de representação de sua própria enunciação e de um *ethos* discursivo que faz emergir do discurso uma voz que ativa o imaginário estereotípico de um corpo enunciante socialmente avaliado. Abordaremos ainda a categoria *código linguageiro*, cuja configuração específica opera sobre a diversidade de zonas e registros de língua com um efeito prescritivo que liga o ato de enunciação que dá origem ao discurso ao universo de sentido que ele realça.

Por último, podemos ainda caracterizar a relação entre os embreantes paratópicos e a sociedade de três formas: uma relação de *marginalidade tolerada*, na qual se vinculam aceitação e rejeição, como no caso de prostitutas e trabalhadores clandestinos; de *antagonismo*, na qual o contrato social é rompido, como na figura de salteadores e de piratas; ou de *alteridade*, categorizada como a relação com o “exótico”, o “louco”, o completamente diferente.

Na próxima seção deste capítulo, pormenorizamos a categoria código linguageiro, um dos embreantes paratópicos que será retomado no capítulo “A paratopia nos discursos literários de sujeitos transgêneros”, quando procedemos à análise do *corpus* selecionado.

4.3 O código linguageiro

No caso especial dos discursos literários, cada agenciamento coletivo negocia em sua enunciação um código que lhe é específico, que o diferencia da produção discursiva

de outros grupos. Apesar de não ser possível identificar o léxico específico de cada discurso, pode-se explorar os sentidos diferentes atribuídos a um mesmo item lexical por discursos de posicionamentos distintos. Destarte, “entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81). Há, dentre as várias possibilidades lexicais, itens que se vinculam a determinados posicionamentos e marcam um distanciamento em relação a posicionamentos concorrentes.

O código languageiro diz respeito a uma configuração específica que determinada formação discursiva emprega no momento da enunciação, posto que ela não enuncia por meio de uma língua, mas através de um código específico (MAINGUENEAU, 1998). O uso que se faz da língua é constitutivo de uma formação discursiva e este código participa da autolegitimação do enunciador. Em se tratando de campo literário, o criador negocia um código languageiro que lhe é característico, isto é, realiza a interação da obra com outros códigos.

Nesse sentido, concorrem duas concepções distintas sobre o termo “código”. Uma seria a ideia do “código” como um sistema de regras e signos que permitem uma comunicação e outra como um conjunto de prescrições: “[...] por definição, o uso da língua que a obra implica se apresenta como a maneira pela qual se tem de enunciar, por ser esta a única maneira compatível com o universo que ela instaura (MAINGUENEAU, 2016a, p. 182). O código que o autor desenvolve diz respeito à posição do escritor que, em uma relação singular com os códigos languageiros, legitima o posicionamento de seu próprio discurso. Logo, o criador não se vale meramente de uma língua, mas realiza a interação da enunciação com possíveis códigos a fim de construir um posicionamento.

Em alguns casos, quando se tem acesso a várias línguas, é possível criar uma configuração que as confronta. Da mesma forma, pode-se escrever em uma língua que não a materna. Maingueneau (2016a) traz o caso de Samuel Beckett, escritor irlandês que escreveu em inglês e francês. A escolha por este idioma é correlata de um afastamento geográfico da Irlanda. Mesmo quando reconhece o destaque de uma determinada língua, pode haver no discurso parênteses de alteridade linguística que o impedem de se fechar.

Além dessa diversidade exterior, quem produz discursos literários deve lidar com a variedade própria de cada língua, que pode ser de ordem geográfica, estar ligada a zonas de comunicação e a registros. O uso de gírias, que permite que um grupo indique seu conflito com a sociedade oficial, também marcam essa variedade. Mesmo assim, na emergência de um discurso literário, não se trata exatamente do código linguageiro de uma comunidade existente, mas o de uma comunidade possível, em construção.

Com esta seção, encerramos a porção teórico-metodológica do nosso trabalho. No próximo capítulo, procedemos à análise do *corpus* selecionado para esta pesquisa com base nas categorias apresentadas até aqui.

5 A PARATOPIA NOS DISCURSOS LITERÁRIOS DE SUJEITOS TRANSGÊNEROS

Como desistir de quem você é?
Isso não significa a própria morte?
Grupo Transcritas Coletivas (2017)³⁸

Com base nos apontamentos e nas categorias apresentadas nos capítulos teórico-metodológicos desta pesquisa, realizamos neste capítulo as análises dos discursos literários que compõem nosso *corpus*. Sem nos limitarmos às marcas linguísticas, observamos o interdiscurso, a cenografia, o *ethos* discursivo e o código languageiro, a fim de examinarmos o funcionamento da paratopia nesses discursos. Uma vez que a paratopia se manifesta em dois níveis, o de discurso constituinte e o de cada produtor/a de um discurso constituinte (MAINGUENEAU, 2016a), nossa análise considera a cenografia como produto central do nível do discurso constituinte e o *ethos* discursivo como projeção da/o produtora/o desses discursos.

Segundo Maingueneau (2000), as análises dos discursos constituintes devem mostrar a articulação entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, “a intricação entre uma representação do mundo e uma atividade enunciativa” (MAINGUENEAU, 2000, p. 7). A maneira pela qual a enunciação desses discursos gere sua emergência não pode ser compreendida fora de uma relação com o seu próprio ato de enunciação. Por meio de variadas escolhas enunciativas, cada instituição desse tipo de discurso pressupõe e estrutura, ao mesmo tempo, uma organização textual e uma organização institucional.

O *corpus* do nossa Dissertação é composto por nove discursos literários de sujeitos trans que compõem a coletânea *Nós, trans: escrevivências de resistência* do Grupo Transcritas Coletivas (2017), publicada no formato de livro eletrônico pela editora LiteraTRANS, primeira voltada exclusivamente para a produção de transgêneros e cujo objetivo é apoiar a comunidade trans por intermédio da paixão pelos livros

³⁸ Parte da epígrafe da obra *Nós, trans: escrevivências de resistências*, assinada pela ativista trans Kayla Lucas França. Kayla suicidou-se em 3 de fevereiro de 2016, após uma série de episódios transfóbicos. A escolha da epígrafe elucida o caráter de resgate e de criação de uma memória coletiva da comunidade trans.

(LITERATRANS, 2016). O/a autor/a trans apresenta sua história e uma parte da sua produção à editora, que analisa o material e sugere, se for o caso, ajustes para a versão final. Após a aprovação do texto, cria-se a identidade visual da obra. Em seguida, acontecem a revisão do/a autor/a e o envio à gráfica. O livro estará, então, pronto para a venda tanto em formato físico quanto em formato digital. Os valores angariados são divididos entre o/a autor/a, a gráfica, a editora e outros profissionais, como ilustradores, revisores e diagramadores. Exceto a parte de impressão e de montagem, que é assumida por uma empresa terceirizada, o restante do processo de produção é liderado por pessoas trans, não binárias ou travestis.

O *corpus* constituído, aliás, contribui para a compreensão do discurso literário produzido dentro de problemáticas atuais. Os discursos analisados foram propagados de forma digital. Esse modo de difusão é validado pela natureza das fontes enunciativas que, embora preservem características idiossincráticas, pretendem fazer parte de uma enunciação coletiva cujo posicionamento não se concilia com espaços altamente hierarquizados e canônicos, que seria o caso de uma publicação impressa editada por uma empresa respeitada no campo literário.

A forma de produção da obra da qual foram retirados os discursos analisados designa outra vantagem sobre outros tipos de *corpus*. A editora LiteraTRANS, responsável pela publicação da coletânea no formato de livro eletrônico, é voltada exclusivamente à produção discursivo-literária de sujeitos trans e mantém envolvida na parte criativa da produção dos livros somente sujeitos transgêneros. Essa política de valorização garante uma interferência mínima de sujeitos cisgêneros e, por consequência, uma produção discursivo-literária lídima dos sujeitos transgêneros.

Dividimos o *corpus* selecionado em três grupos que representam cenografias diferentes. No grupo A, temos três discursos que se inscrevem a uma cenografia de manifesto em prosa. No grupo B, predomina nos três discursos selecionados uma cenografia intimista em poesia, que se distancia dos discursos autobiográficos canônicos. Já no grupo C, os três discursos selecionados optam por uma cenografia de diário, mesclando prosa e poesia, dois regimes distintos de enunciação.

Antes de analisarmos os discursos selecionados, examinamos, na próxima seção, a ilustração da capa e a apresentação, elementos paratextuais da coletânea. Outro

elemento paratextual são as minibiografias³⁹ apresentadas ao final do livro eletrônico, na seção intitulada “Participantes”. Ao longo deste capítulo, não as indicamos como uma alternativa à imagem de si mostrada no e pelo discurso, mas como uma extensão dela, aproximando, como é usual em escritas de si, identidade empírica e identidade discursiva.

5.1 A produção discursivo-literária de sujeitos transgêneros: a coletânea *Nós, trans: escrevivências de resistência do Grupo Transcritas Coletivas*

Os discursos literários de *Nós, trans: escrevivências de resistência do Grupo Transcritas Coletivas* almejam dar conta da situação histórica de estigma, de marginalização e de violência com a qual lidam os sujeitos trans. Essa situação é alimentada pela crença na sua anormalidade, que, por sua vez, decorre do estereótipo de que o natural é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, dessa forma, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga adequado para esse ou aquele gênero (JESUS, 2012).

O título escolhido, *Nós, trans*, atesta o viés de afirmação da coletividade dessa produção. Os discursos são atribuídos a sujeitos específicos, mas forma-se um grupo de sujeitos que tematiza e reverencia o acolhimento das diferenças. A valorização das diferenças parece o único caminho para uma comunidade que agrega sujeitos que não se identificam com as identidades de gênero que lhes foi designada em graus e formas diferentes. No caso desses grupos, o agenciamento coletivo da enunciação ganha um caráter específico; o apagamento completo do individual cede lugar a uma imagem coletiva que consegue interligar os casos individuais baseada no reconhecimento das diferenças.

No subtítulo, destacamos o emprego do termo “escrevivência”, cunhado pela escritora e pesquisadora Conceição Evaristo para designar “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2007, p. 20). O conceito é transferido para a experiência transgênera, já que se trata da “[...] escrita como um lugar de autoafirmação de [...] particularidades, de [...] especificidades” (EVARISTO,

³⁹ As minibiografias ocupam da página 161 à 166. Ver Grupo Transcritas Coletivas (2017).

2007, p. 20). Em ambas as partes, o Grupo Transcritas Coletivas afirma sua posse da linguagem.

No iconotexto⁴⁰ da capa da coletânea (Figura 2), concentramo-nos na figura do duplo. Bravo (1998) afirma que o mito do duplo, ora referenciado como “*alter ego*”, ora como “*sócia*”, ora como “*doppelgänger*”, circula desde a Antiguidade, do Oriente ao Ocidente. A disseminação da figura do duplo, segundo Rank (2013 [1914]), acontece no período do Romantismo alemão, que prolonga uma tradição presente nos folclores, nas crenças e na literatura da Antiguidade.

Figura 2 – Reprodução da capa da obra *Nós, trans: escrevivências de resistência*



Fonte: Grupos Transcritas Coletivas (2017)⁴¹.

⁴⁰ Refletir teoricamente sobre o conceito de iconotexto foge ao objetivo deste trabalho. Adotamo-lo como a associação entre imagem e texto, nos moldes da análise efetuada por Maingueneau (2016c).

⁴¹ De acordo com a folha de rosto do livro eletrônico, a capa é assinada por Carvalho.

No entanto, sua simbologia não permaneceu a mesma (BRAVO, 1998); se, dos períodos antigos até o século XVI, o duplo, representado pela semelhança física dos gêmeos ou dos sósias, simbolizava o idêntico, a unidade, após esse período, dimana do pensamento da subjetividade, proposto no século XVII na relação binária sujeito-objeto, a tendência do duplo enquanto uma figura que representa o heterogêneo. Desde esse século, em consequência,

[...] o duplo é ao mesmo tempo idêntico ao original e diferente – até mesmo o oposto – dele. É sempre uma figura fascinante para aquele que ele duplica, em virtude do paradoxo que representa (ele é ao mesmo tempo interior e exterior, está aqui e lá, é oposto e complementar), e provoca no original reações emocionais extremas (atração/repulsa). De um e outro lado do desdobramento a relação existe numa tensão dinâmica (BRAVO, 1998, p. 263).

Nessa dinamicidade, o duplo permanece vivo em diversas formas nos séculos XX e XXI. Seja a representação de uma dupla personalidade, em um esquema no qual a segunda ameaça a primeira, como nos estudos de Rank (2013), seja o resultado da ilusão, que se recusa a admitir o real, cindindo-o em duas partes, conforme o ensaio de Rosset (2008), a simbologia do duplo importa para o nosso trabalho quando apreendida em pelo menos três direções.

As histórias de duplo podem revestir-se da busca por uma identidade verdadeira. A personagem, lenta ou repentinamente, perde sua identidade original e metamorfoseia-se em um novo “eu”. Essas transformações, que algumas vezes são reversíveis, acontecem dentro de narrativas preocupadas com o percurso de uma identidade falsa a uma verdadeira ou com o caminho para o melhor “eu”. Como indica Bravo (1998), o há, nessa lógica, uma conscientização do que é importante para o sujeito e do seu papel em seu espaço social: o sujeito busca a autoaceitação e de que forma pode agir na sociedade sendo ele mesmo.

Para os discursos literários produzidos por sujeitos trans, o imaginário do duplo, no iconotexto em questão aqui, sugere uma “[...] liberação de medos e angustias reprimidos, dá vazão a sonhos de habitar espaços e tempos fantásticos, escapando à rotina sufocante do cotidiano” (MELLO, 2000, p. 123). No confronto entre essas duas possibilidades, o sujeito descobre um conjunto de particularidades que dizem respeito a si. O duplo ilustrado na capa traz, enfim, a possibilidade da ambivalência, da

ambiguidade; converte-se em epítome do projeto de uma comunidade discursiva baseada na diferença, na compreensão do outro.

O duplo ostenta também a problemática de pertencimento e não pertencimento do discurso literário, e dos outros discursos constituintes, aos espaços sociais. Tendo em conta que “a literatura tem a vocação de pôr em cena o duplo, invalidando o princípio de identidade: o que é uno é também múltiplo, como o escritor sabe por excelência” (BRAVO, 1998, p. 282), esse mito adequa-se à paratopia e à enunciação dos produtores dos discursos literários que coloca em cena a posição de todos os artistas.

Não menos importante é enxergá-lo em referência à percepção, direção detalhada sobretudo por Rosset (2008). O duplo pode simbolizar uma parte de si não apreendida ou rejeitada pelo sujeito, o que nutre uma negociação entre essas faces de uma mesma identidade, sobrepondo-se proximidade e antagonismo. A percepção dos sujeitos trans da não conformação à lógica cisgênera representa uma cisão entre identidade de gênero e expressão corporal. Se pensarmos na oposição cisgênero-transgênero, o primeiro tipo de identidade é tido como não marcado, como adequado, e o segundo, como patologia, como desajuste. Estas identidades, em geral, convivem com a sombra do gênero designado e com a rejeição social baseada, em grande medida, em suas expressões corporais, quando não se conformam aos padrões valorizados. No momento da análise, voltamos a abordar de que forma os discursos aproximam-se desse mito literário.

Em comparação à posição social dos sujeitos cisgêneros, é reservado aos sujeitos trans um lugar de inferioridade, ancorado em uma realidade sócio-histórica – e muitas vezes corporal – que fomenta uma produção literária que se preocupa em perturba as hierarquias.

Problemas das minorias. Problema de uma literatura menor, mas também para nós todos: como arrancar de sua própria língua uma literatura menor, capaz de escavar a linguagem, e de fazê-la escoar seguindo uma linha revolucionária sóbria? Como devir o nômade e o imigrante e o cigano de sua própria língua? Kafka diz: roubar a criança no berço, dançar sobre a corda bamba (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 40-41).

A linha de fuga revolucionária dessa produção está em suprimir as divisões entre o “eu” e suas múltiplas vozes e entre produção e recepção artísticas. Os discursos

literários, na condição de escritas de si, optam muitas vezes pela primeira pessoa do singular, em uma forma de traição própria: “aquele que diz ‘eu’ trai-se forçosamente, sem controle sobre todas as vozes que o habitam e falam a torto e a direita dentro dele” (BRAVO, 1998, p. 283). Empregar o “eu” aqui, longe da ambição romântica de sintonia com o mundo, remete a uma dúvida sobre o real, a um cruzamento de vozes, próprio da desestabilização característica da literatura menor.

Após a discussão da capa, refletimos sobre a rede interdiscursiva constatada na apresentação da coletânea:

O que é este livro?⁴²

- 1 O livro que você está prestes a ler é um compilado de relatos de pessoas trans. São narrativas diversas – entre poemas, reflexões e histórias de vida – que possuem o intuito de gritar sonhos, angústias, temores e afetos. Aqui, você vai se deparar com produções de corpos plurais que, por meio da linguagem, tecem uma denúncia às violências que rasgam nossa carne e que machucam nossa sanidade. Este livro é um presente de mulheres trans, homens trans, pessoas não binárias e travestis para todas aquelas pessoas que são comprometidas com a revolta. Nossas palavras e ruídos, transmitidos por estas páginas, são resistências aos regimes da Cisgeneridade, da Heteronormatividade, e da Branquitude. Somos um amontoado de textos que acreditam na potência dos encontros entre as/os marginais e na luta destas/es por transformações político-sociais.
- 2 A construção deste livro é movida por duas principais sensações: ansiedade e fúria. Pois, temos a pressa e o ímpeto de romper com as concepções feitas sobre nós a partir de um olhar cisgênero que coloniza nossas subjetividades. O que estamos apostando, aqui, é em uma guerra das palavras, uma disputa pelo conhecimento. Buscamos silenciar a voz da cisgeneridade que é teimosa em explicar quem somos nós. E, temos como objetivo fazer parte de uma trajetória que visa a autonomia dos corpos e a libertação do nosso imaginário sobre nós mesmas/os!
- 3 Este livro possui muita força, pois ele é totalmente feito e pensado por pessoas trans. Tudo que é visto aqui é nosso. A ilustração da capa, a gerência da editora, todos os textos; tudo foi tocado e desenvolvido por nós: dissidentes do gênero e da sexualidade. O livro que você lê é uma forma de nos comunicarmos com o exterior e de nos rebelarmos, mas é, também, um agrado, uma carícia a nós mesmas/os que, aqui, nos esbarramos, ficamos e nos reinventamos ao ler as histórias umas/uns das outras/s. E, o título, “Nós, Trans”, expressa bem esse processo.
- 4 Neste livro, de forma proposital, não foram feitas notas explicativas e informativas sobre determinadas categorias e dados – há duas explicações para isso. A primeira é uma proposta: fazer com que os possíveis conteúdos e dúvidas absorvidos possam levar você, leitor/a, a pesquisar e conhecer mais sobre quem somos nós e não deixar que o entendimento sobre a nossa comunidade se esgote nestas páginas. A segunda é simplesmente promover

⁴² Apresentação por Maria Léo Araruna. Em sua minibiografia, é descrita como uma travesti de 21 anos, brasiliense-araxaense, bissexual, estudante de Direito na Universidade de Brasília (UnB). É também escritora do blog *Os Entendidos*, que faz parte da revista Fórum e militante da Coletiva LGBT e do Projeto de Extensão Corpolítica.

a compreensão de que nem tudo pode ser entendido, traduzido e controlado, e o que importa é se permitir... Experimentar e sentir a leitura.

- 5 Sendo assim, é preciso, ainda, expor algumas coisas que estão por trás dos textos que você irá encontrar, mas que, mesmo assim, constroem este livro. Refiro-me à aproximação de determinadas/os autoras/es com a escrita. Embora algumas/alguns delas/es já possuam um cotidiano de publicações e são até conhecidas/os por isso, há outras/os que estão usando este espaço para ultrapassar seu medo de escrever e para adquirir confiança em si mesmas/os. Assim, é importante que, enquanto você aprecia cada palavra posta neste compilado, você se lembre que, além de todos esses testemunhos, há um mundo não visto e não explorado. Estamos, sim, celebrando nossa transgeneridade, mas somos muito mais que ela; somos várias/os, de todas as cores, de todos os jeitos, donas/os das mais diversas sensações e experiências. Aqui, estão apenas pequenos fragmentos de nós: textos soltos, palavras livres, devaneios; alívio.
- 6 Estas/es autoras/es, que você conhecerá neste livro, integram um grupo chamado “Transcritas Coletivas”. Somos uma comunidade que está disposta a tomar a gramática e a criar uma Trans-língua, um conhecimento sobre nós com base em nossas próprias vivências. E, acreditando que somos apenas mais algumas/alguns participantes dessa trajetória pela igualdade e pela liberdade corporal e subjetiva que nos antecede, uma de nossas autoras Jaqueline Gomes de Jesus nos apresentou o termo “escrevivências” (escrita de sobrevivência) da escritora negra Conceição Evaristo. O termo, então utilizado para o subtítulo, correspondeu muito bem ao trabalho que fizemos neste livro: mostramos partes de nós, por intermédio da escrita, que possuem grande intuito político transformador (transforma-dor).
- 7 Por fim, só temos a agradecer. Primeiramente, ao Bruno Gabriel, nosso editor e colega nas escritas por ter criado a LiteraTRANS, lugar que produz sonhos. E, também, queremos agradecer a todas as pessoas estranhas, loucas, esquisitas, desviantes, dissidentes das normas; a todas que estão longe, a todas que estão perto, as que já se foram pela luta contra o CISTema racista, misógino e elitista, e as que constroem com a gente novas possibilidades de existência.
- 8 Somos feitas/os de batalhas, cicatrizes, expulsões, disforias
Somos consumidas/os pela
vontade,
criatividade,
persistência,
emancipação
Somos uma multidão
Resistimos

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 10-12).

Nesta apresentação, vemos características compartilhadas pelos discursos analisados. Encontramos neles uma enunciação que emerge de uma coletividade que resiste e celebra suas diferenças, seus corpos plurais. Esse agenciamento coletivo coloca o político em primeiro plano para denunciar as violências, sejam físicas, sejam psicológicas, sofridas pelos sujeitos trans.

A dimensão midiológica virtual desses discursos influencia e é influenciada por essa produção em coletivo. Esse suporte novo torna possível uma produção discursiva controlada inteiramente por esses sujeitos. O contexto de mobilidade e de pertencimentos instáveis não deixa de ter efeitos sobre a criação literária. Podemos nos ater à abertura do campo literário a criadores distantes do espaço literário tradicional e, ao mesmo tempo, ponderar sobre a sacralização das formas literárias anteriores decorrente dessa abertura (MAINGUENEAU, 2016a).

É possível indicar, ainda, que a coletânea de discursos que compõem a obra *Nós, trans*: escrituras de resistência se mostra, desde esse início, destinada a uma circulação literária. Pretende-se que os coenunciadores experimentem a leitura e que, nesse contato, haja uma subversão da hierarquia estabilizada no próprio campo literário. Os discursos apresentam traços revolucionários que só são assegurados na produção de uma literatura menor, conforme descrita por Deleuze e Guattari (2017).

No nível do código linguageiro, essa coletividade “[...] está disposta a tomar a gramática e a criar uma Trans-língua” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 11). Para tanto, são empregados termos próprios da comunidade LGBTI+ e são criados outros em um jogo contradiscursivo. Uma dessas criações é o item “cis-tema”, que aglutina cisgeneridade e sistema.

Ao passo que se trava uma defesa ao direito de expressão, os corpos compõem outro interdiscurso e são apresentados em duas perspectivas: como objeto de discurso do campo médico-científico e como base para a subversão das regras rígidas de gênero. Vinculados ao campo médico-científico, os corpos são referenciados por termos que discutem sobre o processo transexualizador e, em especial, são retomados para atestar a construção patologizante que esse campo promove dos objetos de discurso “transgênero”, “transexual” e “travesti”.

Esses sujeitos respondem, por intermédio de seus corpos rebeldes, ao posicionamento conformista da matriz cisgênera e heterossexual, cujo fundamento básico é uma pré-definição binária de gênero. A teoria da performatividade de gênero de Butler (2016) serve de referência para essas subversões. As identidades de gênero possuem um caráter performativo, isto é, são fixadas por meio de reiterações pragmáticas de convenções sociais. Não há nas identidades de gênero uma essência

que é exteriorizada em atos, mas antes um processo de reiteração de normas sociais que ganham o efeito de estabilidade. Assim, pode-se conformar ao processo de reiteração ou subvertê-lo.

Diante disso, o conceito de gênero social está constantemente presente. Às vezes, aparece caracterizado nos termos de grupo adversário, cujo posicionamento não admite a diferença e acredita na relação causal entre fatores biológicos e a expressão do gênero. Os discursos, vinculados à teoria e à política *queer*, opõem-se ao determinismo biológico e respondem a limitações impostas por categorias sexuais estanques e hegemônicas.

A seleção realizada dos discursos que integram nosso *corpus* levou em consideração as experiências variadas – mulheres trans, travestis, homens trans, pessoas não binárias – que são representadas na coletânea *Nós, trans: escrevivências de resistência*. Decidimos abarcar um espectro bastante amplo de expressões de gênero com o intuito de ratificar uma valorização da diferença. Na apresentação de cada grupo, exploramos os interdiscursos admitidos para, na sequência, dedicarmo-nos aos embrentes paratópicos de cada um dos três discursos de cada grupo.

5.2 Grupo A: a cenografia de manifesto político em prosa

Nos discursos do grupo A, temos a cenografia de manifesto político, construída por meio da apresentação da situação de vulnerabilidade na qual se encontram os sujeitos trans e de proposições de mudança. Nesses discursos, os sujeitos enunciadoreis apresentam, mesmo que ironicamente, sugestões de ação que almejam reivindicar direitos e respeito às identidades dissidentes, além de encorajá-las a um pertencimento identitário coletivo.

Predominam, nos discursos selecionados, interdiscursos que tornam possíveis a apresentação de uma conjuntura sócio-histórica de produção de narrativas sobre os sujeitos trans. Trata-se de uma conjuntura sustentada por um olhar heteronormativo e cisgênero sobre esses sujeitos. À primeira vista, temos interdiscursos do campo político. Mesmo que seja conduzida uma cena na qual se apresenta um sujeito enunciador particular, a ideia de uma coletividade trans percorre esses discursos.

Reconhecemos a cenografia de manifesto político como uma configuração que se desenrola em duas partes de orientação pragmático-discursiva distinta: uma inicial e maior que efetua uma exposição da situação dos sujeitos trans no contexto sócio-histórico brasileiro, tecendo-lhe uma série de críticas; e outra que apresenta um projeto que reivindica mudança social e respeito a essas identidades. Nessa cenografia, está presente uma busca pela adesão do coenunciador, muitas vezes, através da insistência de um paralelismo frasal, cujo efeito que se acumula é argumentativo. Também notamos enunciados que solicitam ao coenunciador uma ação, que acompanhe na necessária transformação social. Para tanto, faz-se referência a dois tempos, um atual, de não pertencimento, de exclusão e de violência, e um futuro, de possibilidade, de reconhecimento, de respeito.

Por estarem alicerçados em um posicionamento *queer*, segundo o qual o gênero é performado discursivamente e, por isso, pode apresentar-se em inúmeras expressões, esses discursos gerem em suas cenas uma dissensão com um posicionamento conversador e biologizante do gênero. O conflito entre esses dois posicionamentos insere, pois, nesses discursos uma caracterização pejorativa para os associados a um posicionamento heterocisconformista e uma apreciativa para os vinculados ao posicionamento *queer*, no qual todos os enunciadores dos discursos analisados localizam-se.

Apontamos ainda que há, nos termos de Deleuze e Guattari (2017), um agenciamento coletivo da enunciação, no e por meio do qual cada característica individual citada é índice para uma história maior, coletiva. Nesses discursos, um sujeito, que representa um grupo, coloca-se em uma posição de confronto em relação ao pertencimento social reservado às identidades do seu grupo.

[A1] Meu corpo e o não lugar que ocupo⁴³

- [1] Nosso gênero é pré-definido desde o momento em que estamos na barriga de quem nos pariu, quando, no exame de ultrassom, encontram vestígios de pedaços de corpo que servem para nos enquadrar em um dos signos binários de identidade: ou se é menino ou se é menina. A partir daí, começa-se a saga de customização do feto, atribuem-nos nome, compram-nos as cores e os enxovais, criam para nós os planos de nossa vida em um momento em que

⁴³ Discurso assinado por Jef Cardoso Oliveira. No livro, há divergência na indicação do sobrenome. Na página do discurso, aparece Cardoso, enquanto da página da minibiografia consta Oliveira. Optamos, então, por designar ambos.

ainda nós não podemos contestar. Assim que nascemos nos registram, com aquele pedaço de corpo já visível burocratizam nosso ser, certificam o nosso gênero/sexo e nome. E até percebermos e contrariarmos o que fora estabelecido, continuarão a deslegitimar nossas afirmações sobre nós mesmos. É nesse momento que começamos a nossa própria saga de desconstrução do sujeito que nos foi estabelecido.

- [2] E quando a forma que você se compreende e se identifica não é reconhecida pela sociedade e pelo Estado? E quando a sua identidade é uma grande negação à estrutura cis-heteronormativa e binária de gênero?
- [3] Existe uma grande batalha a ser travada contra todo um cis-tema heteronormativo e binário-excludente que cotidianamente violenta corpos destoantes da normatividade. Violenta-nos no sentido de nos empurrar para o lugar da marginalidade social, nos tornar vulneráveis e nos enfraquecer, de uma forma que consiga alcançar o seu objetivo que é de nos eliminar. Pois, esse mesmo cis-tema compreende que nossos corpos são perigosos e ameaçam toda a cadeia de privilégios que eles criaram. E essa violência se torna mais aguda quando o seu corpo é negro. O ser negro e não normativo aumenta o nível de periculosidade em face desse mesmo cis-tema que também é racista.
- [4] O corpo que habito não se conforma e nega todas as estruturas sistemáticas de fácil inteligibilidade. Este corpo não se reconhece enquanto homem, tampouco enquanto mulher. É um corpo que flui, que vivencia experiências próprias de gênero. Um corpo rebelde, desobediente ao comportamento de gênero que outrora lhe foi designado. Um corpo não binário negro que resiste.
- [5] Meu corpo também faz ocupações; meu corpo ocupa-se de um não lugar no mundo, um não lugar na sociedade, ocupa os limbos identitários, que servem para caber os corpos esquecidos, os corpos subalternos, corpos abjetos, fora do espectro imaginário do desejo e da afetividade, corpos que estão em constante dissidência à normatividade compulsória, aqueles corpos que não representam nada além deles mesmos. Corpos repletos de autopertencimento e autorrepresentação em que a consequência dessa desconhecida liberdade e autonomia de ser é a constante solidão. Porém, nunca é alto o preço a se pagar pelo privilégio de pertencer a si mesmo.

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 21-22).

O discurso A1 é atribuído a Jef Cardoso Oliveira, 23 anos, brasileiro e estudante de Direito. Define-se como não binária e militante da Coletiva LGBT e do Projeto de Extensão Corpólitica. Nesse exemplar, os interdiscursos acessados respeitam ao que foi pontuado na discussão da apresentação da obra. Há, no entanto, uma ênfase na figura do corpo trans em contraste com os espaços ocupados e autorizados para a cisgeneridade.

Em relação à cenografia de manifesto político, temos logo em [A1§1^o]⁴⁴ uma afirmação generalizante sobre o gênero: “Nosso gênero é pré-definido desde o momento em que estamos na barriga de quem nos pariu [...]” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS,

⁴⁴ Repetiremos essa configuração para facilitar a indicação de uma estrofe ou um parágrafo específico do discurso analisado.

2017, p. 21). O caráter prescritivo do gênero cria uma associação necessária entre algumas características físicas e uma identidade de gênero bem delineada. Essa asserção inicial começa a traçar uma cena que ameaça e exclui as identidades trans.

No final desse mesmo parágrafo, o enunciador faz referência, pela primeira vez, àqueles sujeitos que não se conformam à cisgenderidade por intermédio da criação de uma cena cujo tempo (cronografia) é de reivindicação e de mudança. Salientar que há um momento em que se começa uma “saga de desconstrução do sujeito que nos foi estabelecido” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 21) amarra a enunciação a um tempo que requer a participação dos sujeitos trans na transformação desse cenário prejudicial.

A argumentação em defesa das identidades trans, iniciada com a asserção generalizante em A1§1º, continua em A1§2º com a utilização de perguntas retóricas. Essas perguntas constroem um de maior proximidade com o coenunciador, dado que se mostram como um convite à sua reflexão sobre exclusão dos sujeitos trans e, assim, evidenciam a necessidade de mudança desse cenário.

Em A1§3º, a rede argumentativa traça um diagnóstico da situação dos sujeitos trans a começar pela afirmação de que “existe uma grande batalha a ser travada contra todo um cis-tema heteronormativo e binário-excludente” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 21). Essa cena, a princípio traçada em [A1§1º] com “é nesse momento” e ratificada aqui pela seleção de “existe”, marca a necessidade da ação para uma mudança futura. Esse quadro de exclusão e de violência é disposto nesse parágrafo a fim de atestar a urgência da transformação.

Com A1§4º, dá-se início a uma cena de autoafirmação da posição do sujeito enunciador. Confirma-se aqui outra instância da dêixis discursiva: a cenografia desdobra-se em um lugar (topografia) de ocupação, de luta, de resistência.

Essa cenografia é sustentada “[...] por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto” (MAINGUENEAU, 2013, p. 104) – comprometida com a luta pela resistência e pela visibilidade de diversas possibilidades identitárias. Essa voz diz respeito a um “corpo rebelde”, que insiste em ocupar, em estar presente, malgrado o efeito de solidão com o qual convive esse enunciador. Esse corpo objetiva sair dos “limbos identitários” criados e mantidos pelos campos médico-científico e midiático. Como

exemplar de uma cenografia de manifesto político, o projeto de mudança social do enunciador dar-se-á pela autoafirmação das identidades trans – na conclusão, declara-se que “nunca é alto o preço a se pagar pelo privilégio de pertencer a si mesmo” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 22) – e pela ocupação promovida por seus corpos.

A parte final do discurso, A1§4º e A1§5º, dedica-se à autoafirmação desse/s corpo/s, construída por um paralelismo estrutural que surge no início de uma sequência de períodos. Principia com a sucessão de “o corpo”, “este corpo”, “um corpo”, “meu corpo”, que concernem o corpo do próprio enunciador, até mencionar, ao final, os “corpos” da sua comunidade, uma coletividade esquecida.

O gerenciamento desse *ethos* discursivo rebelde e combativo faz-se em oposição a outra corporalidade, aquela que é cisgênera, heterossexual e branca. Contemplamos, desse modo, um embate entre o corpo da diferença, “[...] corpo não binário negro que resiste” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 22), e o corpo reconhecido pela heterossexualidade compulsória. Como já pontuamos, o posicionamento *queer*, reivindicado aqui, relaciona a identidade de gênero, parte constituinte dos sujeitos, com outros traços sociais, como classe social e raça/etnia. Sem menosprezar essas interseccionalidades, o enunciador trata dos sujeitos em suas concretudes. Logo, a ênfase na realidade corporal.

O código linguageiro, aquele negociado pelo enunciador para legitimar seu lugar e sua escolha de cenografia, coloca em uma posição de destaque o corpo trans através da repetição de certas construção, como já assinalado. O “cis-tema”, aglutinação que funde cisgeneridade e sistema e aparece na coletânea desde a sua apresentação, especifica um posicionamento conflitante que vai, ao longo do discurso, ganhando corpo. As escolhas lexicais efetuadas para a constituição desse código linguageiro contribuem para a persuasão do coenunciador; associa-se aos corpos trans um conjunto de itens que os caracterizam como perseguidos e oprimidos pela cisgeneridade, um sistema que ganha um valor negativo, em oposição: é aquele que oprime e violenta os corpos não conformados.

Outra escolha que se repete ao longo do discurso está apontada no título “Meu corpo e não lugar que ocupo”. O “não lugar” referenciado revela uma condição de paratopia

espacial, na qual o lugar ocupado pelo enunciador não é seu por completo. Ancorado na sociedade vigente, evoca um lugar fronteiro, de resistência no e pelo discurso.

Defendemos, porém, que essa representação espacial cumula efeito com a paratopia de identidade. Como gerenciar uma identidade “[...] quando a forma que você se compreende e se identifica não é reconhecida pela sociedade e pelo Estado?” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 21). Esse questionamento manifesta uma paratopia de identidade do tipo social, segundo a qual se negocia discursivamente uma identidade que, além de não ser legitimada, é violentado pelos espaços sociais correntes.

[A2] Trans.piração⁴⁵

- [1]

Dia 29 de janeiro,
dia que grita, para além dos 364,
a invisibilidade, a exclusão e o extermínio
da população trans/travesti.

- [2] Por que será que logo se constroem diagnósticos de doenças mentais para as pessoas antiautoritárias, aquelas que tensionam as regras, que não se submetem às normas?

- [3] Pessoas negras escravizadas tentando fugir: drapetomania
Mulheres gritando a misoginia: histeria
Corpos inquietos na escola que silencia: TDAH (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade)
Não aceitação das imposições: TOD (transtorno opositor desafiador)
Pessoas que reivindicam a liberdade de serem como se identificam, como desejam, como se sentem bem: transexualismo/transtorno de identidade de gênero
O que tem produzido as normas?
Aonde têm nos levado as regras?
O que querem [sic] o controle dos corpos?

- [4] Fascismo
Racismo
Machismo
Classismo
Misoginia
LGBTfobia

- [5] Pessoas sofrendo a exclusão
A agonia de um viver não permitido
O silenciamento

⁴⁵ Discurso assinado por Tito Carvalhal.

Preterimento
 Apagamento
 Extermínio físico e subjetivo
 Segregação
 Modelo único de ser homem, de ser mulher
 Categorização
 A disforia chega, irmão
 Depressão, transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, bipolaridade, suicídio

- [6] Problemas de origens multideterminadas (políticas, históricas, culturais, econômicas, sociais) são transformados em individuais

Medicalização
 Sua face mais perversa
 Patologização

- [7] Pessoas trans não nasceram no corpo errado, mas numa sociedade perversa, que tenta, a todo tempo, nos enquadrar, nos rotular, nos encaixar em papéis previamente definidos, sem levar em consideração as nossas singularidades. Uma vida pensada pra Nós

Sem nós
 Mas os corpos escapam
 E os desejos transbordam
 Transmutação

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 116-117).

O discurso A2 é assinado por Tito Carvalhal, “transpirado, nascido no ser-tão e radicado na babilônia soteropolitana”, que se constrói em um “[...] movimento de estar sendo humano errante” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 166). Sua idade é de 31 anos e é um trans solitário e coletivo ao mesmo tempo, uma vez que participa de diversos projetos, como o De Transs pra Frente e o Transviando o Enem, do Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT/BA).

Lembramos, antes, que o registro utilizado nesse exemplar é o da prosa. Não equiparamos o emprego do verso, uma configuração formal, ao emprego da poesia, forma de enunciação específica, na qual se centra o “eu” enunciador sobre si mesmo, em um movimento constante de retorno a si mesmo. Voltaremos à diferenciação entre prosa e poesia durante a introdução do grupo B.

Aqui, é agregada à cenografia de manifesto político algumas características singulares. O discurso principia em A2§1º com o que podemos chamar de um

preâmbulo, que discute a invisibilidade e a exclusão dos sujeitos trans e a data 29 de janeiro que marca o Dia da Visibilidade Trans. Essa porção inicial dialoga com A2§7º, onde se recupera o tema particular das vivências trans e indica-se um futuro possível no qual as vidas e as singularidades trans serão respeitadas.

Já em A2§2º, discute-se a patologização em um contexto mais amplo, de todas as “[...] pessoas antiautoritárias, aquelas que tensionam as regras, que não se submetem às normas?” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 116). A pergunta retórica desse segmento funda a argumentação que será desenvolvida sobre a situação de vulnerabilidade das identidades trans e começa a ser respondida em A2§3º por uma série de patologias promovidas pelo campo médico-científico. No primeiro capítulo desta dissertação, esclaremos de que forma o controle médico-científico manteve-se absoluto sobre as identidades que desviaram da matriz cisgênera e heterossexual.

As três perguntas retóricas que surgem na sequência somam-se àquela anterior, criando um efeito argumentativo que sustenta a primeira seção dessa cenografia. Como indicamos na introdução desse grupo de discursos, o objetivo da primeira parte na cenografia de manifesto político é expor uma situação de controle e opressão no contexto sócio-histórico brasileiro, atingindo também uma apresentação negativa daqueles cujo posicionamento mantém-se conservador e normativo.

Outra característica particular desse exemplar verifica-se de A2§3º a A2§6º. A cenografia de manifesto político é, então, tencionada a uma fronteira entre textualidade e aforização. Maingueneau (2010b) distingue enunciação textualizante de enunciação aforizante. Naquela, não há uma relação com sujeitos, mas com facetas adequadas àquela cena e que partilham a responsabilidade pelo ato enunciativo. Nesta, diferentemente, “o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, alguém de qualquer jogo de linguagem” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 14), no qual se centra a enunciação. Para tanto, tende-se a uma homogeneidade enunciativa, não havendo uma dinamicidade entre planos polifônicos, como citações ou paráfrases.

Ao estudar o gênero manifesto artístico, Mussalim (2013) mostra que esse modo de paragrafação e a estruturação sintática dos enunciados, que justapõe sintagmas nominais independentes e períodos simples, abalam o encadeamento dos enunciados

e resultam em uma fragmentação que dificulta o desenvolvimento de tópicos discursivos, rompendo com o funcionamento textualizante e instituindo um regime enunciativo que “[...] mina a compacidade da textualização” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 23).

Quanto ao código linguageiro concebido, existe uma negociação de efeitos a partir de uma oposição de sintagmas nominais que designam patologias, como em grande parte de A2§3º a uma série de outros sintagmas nominais, no segmento seguinte, que indicam situações de exclusão em um macronível. As patologias associadas aos sujeitos que “não se submetem às normas” são substituídas por uma sequência de itens de sufixo “-ismo”, como se o enunciador proclamasse as patologias que contaminam a sociedade. Nesse espelhamento, vai construindo-se a defesa de uma análise coletiva das situações de controle e exclusão.

Enquanto tratamos desse embreante, não podemos deixar de relacioná-lo à desterritorialização da língua presente na literatura menor. Na menoridade, o enunciador deve “servir-se da sintaxe para gritar, dar ao grito uma sintaxe” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 52). Ponderamos que esse grito é instituído, usufruindo-se da função infralíngua, a qual “[...] está voltada para uma origem que seria uma ambivalente proximidade do corpo, pura emoção: era inocência perdida ou paraíso das infâncias, ora confusão primitiva, caos de que é necessário se desprender” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 191). O título “Trans.piração” é indicativo da organização fragmentária e da posição soberana desempenhada pelo enunciador, cuja proposição desenvolvida ao longo do discurso faz-se em uma forma de protesto.

Ao nosso ver, a interferência de uma enunciação com características aforizantes nessa textualização faz emergir um *ethos* discursivo que está destacado do seu coenunciador, prescindindo de uma negociação mais direta. Percebemos que ocorre, nesse gerenciamento, um desaparecimento do *ethos* dito, que legitima e é legitimado por uma relação íntima com uma fonte transcendente, que funda um sujeito independente cujo pensamento, ou tese, advém de um lugar limítrofe.

Em A2§7º, observamos a segunda seção dessa cenografia, na qual um projeto que reivindica mudança social e respeito a essas identidades é anunciado. Seu efeito depende de A2§6º, trecho que discute de que maneira “problemas de origens

multideterminadas (políticas, históricas, culturais, econômicas, sociais) são transformados em individuais” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 117). Essa individualização de uma realidade mais abrangente mina a força da coletividade, que é justamente a proposição final nessa cenografia. Do conflito entre o posicionamento *queer* do enunciador e o posicionamento conservador e opressivo do outro descrito, dimana o projeto de uma “Uma vida pensada pra Nós/ Sem nós” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 117).

À medida que se entrevê um lugar (topografia) de crueldade, de perversidade contra as identidades trans, vai revelando-se um tempo (cronografia) de reivindicação e de mudança, semelhante ao que se desenrola em A1. Conclui-se o discurso convocando um transbordamento, uma “transmutação” dos corpos trans. O oferecimento dessa linha de fuga expressa uma reversão da lógica que, em primeiro lugar, patologiza a transgeneridade e, em seguida, liga-a em uma relação de origem e causa a transtornos mentais – “depressão, transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, bipolaridade, suicídio” (GRUPOS TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 117) – que podem levar ao suicídio. No projeto defendido pelo enunciador, somente um entendimento coletivo das situações de exclusão pode reverter a vulnerabilidade com a qual convivem as experiências trans.

[A3] Um pouco sobre interseccionalidade e invisibilidade trans⁴⁶

- [1] Ser uma mulher negra, transexual e pesquisadora me traz uma perspectiva social que me ajuda a compreender o modo como diversas estruturas de opressão da nossa cultura se interagem e agem sobre meu corpo, e, conseqüentemente, quais são minhas estratégias de resistência diante das violências que enfrento. Assim, é resgatando minha história e meus diversos processos de transformação que vou tecendo um melhor entendimento sobre quem eu sou, e, também, sobre as atuações do racismo, da transfobia e do machismo na minha vida.
- [2] Constituir minha mulheridade e feminilidade foi uma trajetória regada de processos conscientes e inconscientes. Na nossa cultura, parece que falar de transição de gênero requer que sempre haja um estopim, um início, mas, na verdade, pode acontecer sem que a gente tenha estipulado esse momento. Desde pequena, eu sei que já me reconhecia como uma pessoa feminina; a feminilidade já estava ali estabelecendo minha identidade. E, só com o passar dos anos que eu comecei a me identificar enquanto Mulher. A partir de uma certa idade, então, resolvi adequar meu corpo, e comecei a construir minha imagem de mulher trans. Todo esse caminho que fiz foi muito fascinante, mas, também, de muita dor. Foi bom, porque eu pude me ver um pouco mais parecida com a idealização de corpo que criei para mim; pude trocar experiências com outras mulheres trans; e senti que tinha me tornado

⁴⁶ Discurso assinado por Jaqueline Gomes de Jesus.

uma pessoa mais feliz, mais alegre. Até da minha família eu me aproximei mais! Minhas tias sempre me acompanharam desde a infância, elas sabiam como eu era, já me conheciam, e não foi nenhuma surpresa para elas. Porém, como disse, há o lado triste e doloroso de ser esse tipo de mulher em uma sociedade transfóbica.

- [3] As violências que são direcionadas para mim estão relacionadas com as especificidades que possuo, enquanto a mulher que sou dentro do universo da “mulheridade”. Todas as mulheres carregam semelhanças entre si, mas, principalmente, diferenças. Pensando especificamente na dimensão da transgeneridade, há algumas questões políticas e sociais que dizem respeito só às mulheres que são como eu, como, por exemplo, certos cuidados com o corpo, determinadas relações interpessoais, adversidades no quesito da saúde e segurança pública, entre outras coisas. E, quando se analisa a transgeneridade junto com raça/etnia, pode-se perceber outras produções de violência. Eu costumo a pensar que as violências direcionadas às mulheres trans negras não são somadas, mas, sim, multiplicadas. Nós sofremos muito mais opressões que as mulheres trans não negras, principalmente, as brancas. Tanto a transfobia, quanto o racismo e o machismo vão nos atingir de forma muito mais perversa e violenta. Como exemplo disso, posso citar a própria construção de nossa mulheridade negra. É sempre imposto para nós, na constituição de nossos corpos, os moldes de feminilidade da mulher branca. E, isso é bastante violento!
- [4] Além dessas violações que recaem sobre nós fisicamente e psicologicamente, é preciso afirmar que há, também, um epistemicídio de nossos conhecimentos, isto é, uma violência que nega ou não reconhece o que construímos intelectualmente sobre nós mesmas, enquanto pessoas negras e trans. É muito comum minha produção intelectual e a das/os minhas/meus colegas serem invisibilizadas na academia; é comum as pessoas não se interessarem, não lerem; ou quando leem, repetem nossos pensamentos e contribuições, mas nem ao menos citam nossos nomes. Minhas investigações não são só sobre a temática das identidades de gênero, mas, também, sobre movimentos sociais e psicologias das massas, e tudo isso é invisibilizado. A academia tem uma responsabilidade muito grande na perpetuação do racismo e da transfobia.
- [5] Nós, pessoas trans, em geral, temos muito o que falar para as pessoas cis. Já temos toda uma oralitura – uma literatura oral – sobre nós mesmas e sobre dissidências corporais, e a linguagem escrita é mais um campo de divulgação e produção que deve ser disputado por nós. E, nos últimos tempos, nós temos criado muita coisa. Eu vejo muitas/os jovens trans no meio virtual que escrevem, em redes sociais e em blogs, sobre as nossas realidades e especificidades, e isso é muito rico, é resistência! Algumas/alguns de nós têm essa escrita mais acadêmica, voltada para a pesquisa, para a investigação, e eu espero que esse número cresça. Se a transfobia é uma estrutura de opressão que impede o acesso de nossa população à permanência no sistema educacional, ao trabalho, e à renda, ela também afeta nossa produção intelectual.
- [6] Diante disso, é possível afirmar que a transfobia, no Brasil, é um novo paradigma para a luta pelos Direitos Humanos. Pois, o nosso país é o que mais mata nossa população no mundo todo; as travestis negras, por exemplo, são alvos constantes de uma das violências de gênero que é o transfeminicídio. Por isso, nossos direitos civis só poderão ser assegurados se, antes de tudo, formos reconhecidas/os como humanas/os, seres possíveis e existentes.

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 131-133).

Em A3, o enunciador encontra-se na mesma rede interdiscursiva da apresentação da coletânea e dos discursos anteriores. Além de sua produção acadêmica amparar a fundamentação do nosso primeiro capítulo, Jesus (2012), pesquisadora e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), é responsável por essa amostra. Tem 38 anos, nasceu em Brasília, mas considera-se carioca. É descrita como “mulher trans orgulhosa e apaixonada pela vida” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 163).

A cenografia de manifesto político apoia-se, nesta amostra, em trechos de narração que rememoram experiências do enunciador. Essa escolha discursiva inaugura e auxilia na sustentação da argumentação típica dessa cenografia. Logo em A3§1º, justifica-se de que forma o discurso progredirá: “[...] é resgatando minha história e meus diversos processos de transformação que vou tecendo um melhor entendimento sobre quem eu sou, e, também, sobre as atuações do racismo, da transfobia e do machismo na minha vida” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 131). Em A3§2º, opera-se essa narração de cunho pessoal que coloca o enunciador em uma posição autorizada de enunciação.

Tanto o título “Um pouco sobre interseccionalidade e invisibilidade trans” como esses dois primeiros parágrafos sinalizam e desenvolvem uma voz distinta das analisadas até este momento. Aparece aqui um *ethos* discursivo que, em uma dimensão ideológica, nos termos de Maingueneau (2016c), aproxima-se dos *ethé* negociados em A1 e A2, mas, em uma dimensão experiencial, mostra-se reflexivo e judicioso.

Ao final de A3§2º, temos “porém, como disse, há o lado triste e doloroso de ser esse tipo de mulher em uma sociedade transfóbica” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 131-132), período que introduz uma cena mais coletiva e negativa da situação com a qual convivem os sujeitos trans. Discutem-se as violências a que estão submetidos, a maneira pela qual a transfobia alia-se a outras formas de discriminação, como o machismo e o racismo, e apagamento da produção discursiva desses sujeitos. O posicionamento *queer* traz para o discurso esse entrecruzamento de experiências e de lugares. Essa cena estende-se até A3§4º.

Observado no nível do código linguageiro, há, nesse segmento, um paralelismo estrutural que expressam uma necessidade de ação que culminará no fecho do

discurso em A3§5º e A2§6º. Os enunciados “é preciso afirmar que há, também, um epistemicídio [...]”, “é muito comum [...]” e “é comum as pessoas não se interessarem [...]” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 132), o enunciador reforça um cenário que necessita da participação do coenunciador para que uma mudança social efetive-se.

Ainda no nível do código linguageiro, se compararmos este discurso ao anterior, A2, verificamos o predomínio da função supralíngua, que, ao contrário da infralíngua, “[...] acena com a perfeição luminosa de uma representação idealmente transparente ao pensamento. Um e outra, por caminhos opostos, sonham com um sentido que seria imediato, que se daria sem qualquer reserva” (MAINGUENEAU, 2016a, p. 191). Esse uso legitima e é legitimado pela voz arrazoada que se impõe nessa cenografia para defender o combate à transfobia e o seu direito à uma existência social plena.

Conforme preconiza essa configuração cenográfica, constrói-se em A3§5º uma apresentação apreciativa da comunidade trans: “nós, pessoas trans, em geral, temos muito o que falar para as pessoas cis” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 132). Contemplamos que a cenografia sustenta-se em um tempo (cronografia) de aprendizado, de reflexão, que se dá em lugar (topografia) do diálogo, de troca de experiências que possam propiciar uma mudança social.

A começar em A3§5º, o enunciador explicita seu projeto, que, em consonância com seu posicionamento, aprecia a convivência entre diferentes. Como afirmado antes, em A3§3º: “todas as mulheres carregam semelhanças entre si, mas, principalmente, diferenças” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 132). Essa proposição de transformação da situação atual das/os trans passa de uma perspectiva do “eu” para uma mais coletiva, do “nós”. Essa alteração de um enunciador que fala sobre si para propor uma pauta social, em um contexto coletivo, de combate à transfobia e a outras formas de opressão justifica as particularidades discursivas conciliadas à configuração cenográfica.

No último parágrafo, A3§6º, a fim de certificar o propósito coletivo e a urgência da transformação social, conclui-se com a informação de que o Brasil é o país que mais mata a população trans no mundo. Ao fim, a visão subjetiva cede espaço a uma contextualização do cenário brasileiro que não garante direitos civis a essa população.

A menção direta à luta por direitos civis expõe que, na situação atual, esses sujeitos não são respeitados de forma plena e a eles é reservado um pertencimento social vacilante.

A paratopia de identidade do tipo social é realçada nos discursos desse grupo, cuja cenografia mimetiza um manifesto político. Mesmo que se passe em alguns pontos por outras representações da paratopia, como a espacial e a corporal, o efeito final instituído nessa sobreposição de representações indica um pertencimento social contingente.

O conflito entre dois posicionamentos, a saber, um *queer*, que valoriza as diferenças e é defendido pelos enunciadores dos discursos, e outro conservador e heterocisconformista, demonstra que “um discurso constituinte pode apoiar um discurso político para atacar outro discurso constituinte” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 163-164). Os discursos constituintes da ciência e da religião são, direta ou indiretamente, citados para, em seguida, serem contrapostos.

Neste grupo, os projetos de mudança admitidos pelos enunciadores envolvem, em última instância, o autopertencimento dos sujeitos trans pertencer a si mesmo, isto é, uma posse de suas próprias histórias e a afirmação de suas diferenças. Diante desse cenário, haja vista sua dimensão experiencial, emerge um *ethos* discursivo coletivo do descontentamento social, portanto.

5.3 Grupo B: a cenografia intimista em poesia

Os discursos que constituem o grupo B elegem uma cenografia intimista, mediante a qual são negociados conflitos idiossincráticos do enunciador. Se observarmos essa configuração cenográfica em relação à coletânea como um todo, o viés de exploração do íntimo desses enunciadores criam um efeito catártico para a coletividade à qual se integram.

Nessa configuração, o enunciador interroga as próprias emoções, resultantes de seu pertencimento e não pertencimento aos espaços sociais correntes. Esse fluxo, como um solilóquio, que parte do próprio enunciador é, ao final, quebrado por uma abertura

para o mundo, deslocando as características estereotipadas que se associam à estética romântica e a um sujeito lastimoso e alheio ao mundo ao seu redor.

Em um primeiro movimento, volta-se para o sofrimento psicológico e físico do enunciador que é excluído por sua identidade de gênero. A não correspondência entre identidade de gênero e corpo é outra fonte para essas elucubrações. No momento de abertura para o mundo, investe-se em asserções de identidade e em enunciados diretivos, que requisitam a participação aos coenunciadores.

Em comparação ao grupo A, o embate entre o posicionamento heterocisconformista e o posicionamento *queer* do enunciador converte-se em uma oposição menos declarado. O corpo do outro, que exclui, discrimina e violenta, aparece como um contorno indefinido, sombra que persegue e causa sofrimento.

Para estabelecermos a maneira segundo a qual distinguimos prosa de poesia, evocamos a produção de Massaud Moisés (1984). Não se trata de uma diferenciação entre dimensões formais visivelmente marcadas, haja vista que a poesia pode ser composta de um modo descontínuo, em versos, ou de um modo contínuo, preenchendo “linhas inteiras”. Ao passo que se convencionou chamar de verso a forma do modo descontínuo, a forma do modo contínuo recebeu “o dúbio rótulo de *prosa*” (MOISÉS, 1984, p. 93, grifo do autor).

Embora a produção discursivo-literária, assim como qualquer produção artística, dependa de uma visão subjetiva e polivalente, na prosa, como acontece nos discursos do grupo A,

[...] o sujeito que pensa e sente está [...] dirigido para fora de si próprio, buscando seus núcleos de interesse na realidade exterior, que assim passa a gozar de autonomia em relação ao sujeito. [...] o espetáculo passa a ser o que está fora do “eu”, no plano físico, e os motivos de interesse deslocam-se do “eu” para o “não eu” (MOISÉS, 1984, p. 94).

Logo, a prosa é um regime de enunciação cujo interesse localiza-se fora do “eu” enunciador e a poesia direciona o discurso sobre o próprio enunciador. Em uma visão discursiva da produção artística que investe na poesia, a separação entre esses regimes não pode ser precisa, uma vez que não há separação igual entre sujeito e mundo, restando-nos realizá-la tendo por base sua predominância.

A diferença é que importa marcar, e esta deve estribar-se na essência de cada uma, ou melhor, no objeto sobre o qual se debruçam, e, ao mesmo tempo, na visão que revelam nesse debruçamento. Assim, a poesia tem por objeto o “eu” (enquanto a prosa, o “não eu”), de modo que o “eu”, que confere o ângulo do qual o artista “vê” o mundo, se volta para si mesmo. [...] o “eu” descreve uma curva e regressa ao ponto de partida, o próprio “eu”. E o mundo exterior? [...] os elementos que compõem o mundo exterior, o plano do “não eu”, somente interessam e aparecem no poema quando interiorizados, ou como áreas específicas em que o “eu” do poeta se projeta, dum modo que significa, afinal de contas, estar o “eu” à procura da própria imagem refletida na superfície do mundo físico (MOISES, 1984, p. 84).

Na poesia, forma-se uma entidade única que adere “eu” e “não eu”, com a predominância do primeiro. Nesse sentido, os seres e as coisas que compõem o mundo exterior só aparecem filtrados pela consciência do enunciador, em uma procura pela própria imagem nesses elementos. É claro que o ritmo ou a repetição de sons semelhantes, entre outros recursos, podem ser considerados nessa distinção. Todavia, essa breve discussão não pretende esgotar as diferenças entre os dois regimes que ocupam estudiosos de diversas áreas há séculos.

[B1] Nome⁴⁷

- [1] Com os olhos súbitos
E o coração caindo
Em mil bocados,
Em margens,
Em meio fio

- [2] Não houve um dia
Antes do fim do mundo,
Prantos espraiaando
Em rios
De solidões,
Que não gritasse em
Silêncio
O nome que passou a
Me fazer jus

- [3] Mania de significar a vida
Pondo tampas em potes entre cheios,
Para evitar sacolejo,
Os arrependimentos
Que ousam transbordar

- [4] Mas as águas de cisterna
Não correm,
E as precipitações por
Mais cálidas
Não retornam às nuvens

⁴⁷ Discurso assinado por Bento Chastinet.

- [5] Me nomeio filho da tempestade acalentado pelas águas,
Garimpado de um livro,
Envolto de incertezas
- [6] Personagem dúbio
Oriundo das profundezas da traição não vista que a literatura me apresentou
- [7] Mas Capitu não me tornas
Meu nome é Bento

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 53-54).

O discurso B1 é assinado por Bento Chastinet, 24 anos, professor e estudante do curso de bacharelado em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Define-se como homem e trans e é militante do coletivo De Transs Pra Frente. Aqui, aborda-se, de um ponto de vista bastante pessoal, o direito grupal à retificação do nome. O enunciador vale-se da cenografia intimista para refletir sobre as consequências subjetivas do desrespeito ao nome social e sobre a natureza e o comportamento humanos, que categorizam e que controlam, “[...] pondo tampas em potes [...]” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 53).

O título “Nome” explicita o tópico sobre o qual se dará o desdobramento dessa cenografia. A retificação do nome dos sujeitos trans é uma problemática decisiva para a garantia do respeito a essas identidades em diversas situações e em inúmeros espaços públicos. O acesso à retificação do nome mostra-se importante, porque pode ajudar a combater as discriminações cotidianas, como aquelas reproduzidas pela mídia ao divulgar outro nome que não seja o reconhecido pelo sujeito trans, e, sobretudo, pode facilitar sua entrada no mercado de trabalho formal.

Nos últimos anos, no âmbito nacional, algumas iniciativas destacam-se nessa frente. Uma das primeiras que tratam dessa questão foi, em 2009, a promulgação da Portaria nº 1.820 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), que dispõe sobre os direitos e os deveres dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). No artigo 4º dessa portaria, asseguram-se o direito a um atendimento humanizado, acolhedor e livre de discriminação, inclusive em virtude de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero, e a identificação pelo nome de preferência, que pode estar registrado no campo específico para o nome social, aquele que é usado para identificar transgêneros em seu grupo; geralmente, em um momento anterior à retificação legal.

No ano de 2018, duas ações parecem começar a mudar efetivamente o cenário de desrespeito ao nome. A primeira, trata-se da Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018 do Ministério da Educação (BRASIL, 2018a), que garante o uso do nome social nos registros escolares da educação básica; e a segunda, do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.275 com objetivo de dar interpretação ao artigo 58 da Lei 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos. Com essa decisão, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece o direito à alteração de prenome e gênero sem a necessidade de autorização judicial ou de cirurgia de transgenitalização⁴⁸.

Essa luta, porém, ainda está longe de ser vencida. Como relatado por Antunes (2019)⁴⁹, os cartórios podem não obedecer à decisão do STF e encaminhar a solicitação ao Ministério Público, além de haver resistência aos nomes escolhidos pelos transgêneros. Já o andamento do Projeto de Lei nº 5002/2013 (BRASIL, 2013), denominado Lei João W. Nery ou Lei de Identidade de Gênero, que dispõe sobre o direito à identidade de gênero, foi interrompido e o projeto arquivado no dia 31 de janeiro de 2019.

Ainda em tramitação, o Projeto de Lei do Senado nº 134/2018 (BRASIL, 2018b)⁵⁰ institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero e aborda o direito ao nome da seguinte forma:

Art. 38. É garantido aos transgêneros e intersexuais o direito ao uso do nome social, pelo qual são reconhecidos e identificados, independente da retificação no assento do Registro Civil:

I – em todos os órgãos públicos da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

II – em fichas cadastrais, formulários, prontuários, entre outros documentos do serviço público em geral;

III – nos registros acadêmicos das instituições de ensino fundamental, médio e superior, tanto na rede pública como na rede privada.

[...]

§ 3º O tratamento pelo nome civil em desrespeito ao nome social, configura ilícito civil e enseja do reconhecimento da existência de dano moral.

(BRASIL, 2018b).

⁴⁸ Ver Supremo Tribunal Federal (2018). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em: 4 dez. 2018.

⁴⁹ Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/nome-social-dificuldades-cartorio_br_5c51a6b4e4b00906b26f67da. Acesso em: 2 fev. 2019.

⁵⁰ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7651096&ts=1549375047214&disposition=inline>. Acesso em: 6 fev. 2019.

Sua aprovação ajudaria a promover a inclusão e criminalizaria a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Na data de 5 de fevereiro de 2019, sua situação era de “aguardando designação do relator”.

Detivemo-nos nessa breve retomada da legislação sobre a retificação do nome, com o intuito de demarcar que, no dia a dia, essa parece ser uma questão ainda pendente para a cidadania plena dos transgêneros. Além de o discurso B1 dialogar com esse panorama e seguir a inclinação interdiscursiva dos outros, conforme assinalado na seção 5.1, adiciona um interdiscurso do campo literário canônico. Uma referência clara à obra *Dom Casmurro* de Machado de Assis e sua personagem Capitu aparece em: “Personagem dúbio/ Oriundo das profundezas da traição não vista que a literatura me apresentou/ Mas Capitu não me tornas” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 54). Esse trecho traz a figura de um duplo que, nessa configuração cenográfica, que não deixa de vincular-se à estética romântica, conturba o duplo romântico doloroso e confinado. Mesmo nessa cenografia, o enunciador afirma seu nome a si mesmo para o mundo. É “a alteridade dentro do eu é o que vai permitir um diálogo, um reencontro, até mesmo uma solidariedade com o outro” (BRAVO, 1998, p. 287).

Dessa amostra, irrompe um *ethos* discursivo que é mediado por meio de um solilóquio. Prevalece o desaparecimento do *ethos* dito, porém o caráter resistente do enunciador, que perambula às “margens”, sempre em um lugar (topografia) de interstício, é alcançado nesse processo. Esse lugar prende-se a um tempo (cronografia) de revolta, de tempestade, que o faz permanecer em movimento.

Essa característica do enunciador é ratificada pelo código languageiro selecionado, que reitera o diálogo com o discurso literário canônico. Selecionam-se termos associados à natureza, comuns nos discursos literários canônicos, em especial os que designam a água, seus estados e seus lugares: “águas”, “rios”, “margens”, “cisterna”, “nuvens” etc., uma rede de imagens que nos ajudam a perceber a dinamicidade de quem enuncia, o lugar por onde transita e o tempo no qual existe.

De B1§5º a B1§7º, a cena move-se para um rompimento do solilóquio, quando o enunciador afirma-se em um batismo autocelebrado: “Me nomeio filho da tempestade

acalentado pelas águas,/ Garimpado de um livro” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 54). Completa-se, em seguida, a subversão da cenografia tipicamente romântica por intermédio de sua tenacidade em defender seu próprio nome.

O gerenciamento desses embreantes paratópicos autenticam uma cena de enunciação que coloca em destaque a paratopia de identidade do tipo social. Em todos esses níveis discursivos, delibera-se o pertencimento paratópico de identidades excluídas do exercício pleno da cidadania, impedidas devido ao desrespeito ao seu nome retificado.

[B2] Transversador⁵¹

- [1] Transversador
Transversa dor
Trans versa dor
- [2] A dor, transversal, versando a vida transviada
A dor, mas acima dela, a luta e o enfrentamento, a resistência
- [3] Nos papéis, já não cabem mais os gritos
- [4] Gritos que se guardam não são gritos, são martírios
Meros reflexos da dor que
Por algum momento
Silencia dentro da cabeça e grita nas gavetas, nas pastas
Sangra nos papéis onde são escritos, pois estão em silêncio
- [5] Grito é pedido de socorro
Pedir ajuda pelo fim do suplício
- [6] Gritos que se guardam não são gritos, são morte
- [7] Gritos meus
Que outras
Pessoas
Também
Gritam
- [8] Também ouvem
- [9] Gritos pela liberdade
- [10] Gritemos juntas
Para que não nos silenciem
Gritemos juntas
Para que não gritem conosco
Gritemos juntas
Para sermos donas de nossos - ocasionais – silêncios
- [11] Gritemos e assim

⁵¹ Discurso assinado por Anna Túlie Araújo.

Quem sabe
Nos libertaremos

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 25-26).

O discurso B2 é de autoria de Anna Túlie Araújo, travesti de 22 anos, militante da Coletiva LGBT e do Projeto de Extensão Corpólitica e estudante de Comunicação Organizacional na Universidade de Brasília (UnB). O título “Transversador” confirma uma cena na qual o potencial paratópico do enunciador presta-se a uma prática discursiva, transformando-se “dor” em “grito”, em discurso literário.

Essa cena instituída desdobra-se em dois movimentos. O primeiro, que vai até [B2§6º], tematiza a experiência de produção de um discurso constituinte apoiado em um potencial paratópico. Nessa etapa, o enunciador contempla seu lugar incerto enquanto trans e artista. Já a partir de B2§7º, enfatiza-se, em uma mudança de foco, a união da voz enunciativa a outras que partilham um lugar potencialmente paratópico.

O “eu” que sustenta esse discurso contempla sua própria prática discursiva e necessidade de uma inserção definitiva nos espaços sociais correntes. No trecho “Meros reflexos da dor que/ Por algum momento/ Silencia dentro da cabeça e grita nas gavetas, nas pastas/ Sangra nos papéis onde são escritos, pois estão em silêncio” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 25), marca-se uma voz destoante que decorre da figura do artista estereotipicamente romântico. A imagem desse enunciador que contempla uma parte de si, característica nessa cenografia, vai sendo concebida em contraposição à do artista romântico, *ethos* discursivo do escritor lastimoso que vive afastado da sociedade.

O *ethos* discursivo a ser incorporado desse discurso, em oposição, descobre-se na sociedade, constituindo uma identidade coletiva. Nesse processo, mantém-se, em relação à outra corporalidade que ajuda a divisar esta, a dimensão categórica do artista inadequado à sociedade, mas abandona-se qualquer dimensão ideológica do romântico.

Como já expomos, a ênfase, a partir de B2§7º, de uma união da voz enunciativa a outras que partilham um lugar potencialmente paratópico amplia-se com a interrupção do solilóquio, na primeira ocorrência de “Gritemos juntas” (GRUPO TRANSCRITAS

COLETIVAS, 2017, p. 26). Baseado em um lugar (topografia) de união de vozes, de resistência, o enunciador convoca a formação de um coro que reivindica seu pertencimento pleno à sociedade.

Quanto ao embreante paratópico código languageiro, dois itens lexicais são realçados, “dor” e “grito”, também em sua forma plural e transposto para a ação em “gritemos”. Esses núcleos semânticos autenticam os movimentos cênicos negociados. O potencial paratópico do sujeito trans coloca-o como enunciador de um discurso constituinte. A substituição de “grito” por “gritos” e, finalmente, por “gritemos” marca uma abertura para a coletividade. O uso do imperativo remete para um mundo potencial que pode tornar-se real mediante os “gritos”, a união das identidade marginalizadas. Da mesma forma que nos discursos do grupo A, o direito à fala, à escrita, à enunciação depende de um tempo (cronografia) de reivindicação e de mudança.

Ao compararmos este código com o do discurso do grupo A, podemos perceber a diferença de ênfase em funções supralíngua e infralíngua. Se, nos exemplares A1 e A3 do grupo anterior, é coordenado um uso supralinguístico, que opera com elementos e relações organizados de forma mais gradual e coerente, aqui, a enunciação é conduzida por um sujeito afetado pela situação na qual vive e que, em razão disso, só pode expressar-se com descontinuidades em um uso infralinguístico.

De B2§3º a B2§6º, produz-se uma cena na qual a figura do escritor que transforma seu potencial paratópico em “meros reflexos” discursivos toma o centro. Nela, podemos observar que a prática da escrita pressupõe um efeito catártico característico dessa configuração cenográfica. Após explorar a problemática da produção, o enunciador atribui grande importância à circulação dos discursos produzidos pelos sujeitos trans: “Nos papéis, já não cabem mais os gritos” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 25). Somente serão possíveis a ocupação dos espaços públicos e a conquista da cidade plena por intermédio de um “grito” coletivo, como aparece em B2§11º: “Gritemos e assim/ Quem sabe/ Nos libertaremos” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 26).

O gerenciamento da paratopia de identidade em B2 implica, de maneira ainda mais notória, a posse da linguagem. O pertencimento paradoxal dessas identidades ganha

uma representação mais coletiva aqui. Não se concentra sobre uma identidade que diz respeito unicamente ao fiador, mas a um grupo que compartilha vivências semelhantes de discriminação e exclusão.

[B3] Ensaio sobre o *binder*⁵²

- [1] Apertam minha alma
Apertam minha vida
Apertam meu ar
Apertam minha postura
Apertam minhas esperanças
Apertam meus pelos
Apertam minhas costelas
Apertam meus pulmões
Apertam minha ansiedade
Apertam minha depressão
Apertam os remédios
Apertam a disforia
Apertam minhas lágrimas
Apertam os toques
Apertam o meu prazer
Apertam meu desespero
Apertam a minha insônia
Apertam meu amor
Apertam minha vida...
- [2] Suas marcas deixam evidente o clamor: TIRA-ME! SALVA-ME!
[DEIXEM-ME SAIR! APENAS...
- [3] Deixem-me ir
- [4] Com teus esforços, protetor és
Porém, com os mesmos, torturador faz-se
Ao libertar-me de ti, torno-me prisioneiro
A sensação de liberdade percorre meu corpo, porém, agora, de ti
[sou dependente
O custo da libertação é alto e eu não posso pagar
Serei aquele preso no devaneio dessa suposta liberdade?
- [5] LIBERTEM-ME

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 140-141).

Marcos Rafael Serafim, homens trans, é o autor responsável por B3. Tem 18 anos, é afro-indígena, pansexual, anarquista e militante LGBTI+. Essa amostra lida discursivamente com o descompasso entre corpo e imagem de si e a busca de uma libertação. O título “Ensaio sobre o *binder*” já indica, no item “ensaio” o viés de solilóquio, típico dessa cenografia.

⁵² Discurso assinado por Marcos Rafael Serafim.

O *binder*, faixa usada por alguns homens trans para esconder os seios, auxiliando na redução do volume, aparece sobretudo como uma presença opressora que causa sofrimento. Já no início do discurso, há uma enumeração insistente do item “apertam”. Esse recurso é o primeiro índice da função infralíngua, no nível do embreante código linguageiro. Ao enumerar seus infortúnios em um pedido de ajuda, o enunciador faz-se pura emoção e corporalidade.

O emprego dessa função é ainda mais ostensivo em B3§2º, quando o enunciador opta, em seu “clamor, por letras maiúsculas, pontos de exclamação, uma sucessão de imperativos e uma finalização com as reticências: “TIRA-ME! SALVA-ME! DEIXEM-ME SAIR! APENAS...” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 140). Somadas ao fecho do discurso em B3§5º, todas essas escolhas criam um efeito de expressividade que só pode evocar uma corporalidade aflita, como a do condenado injustamente.

Esse fiador ocupa um lugar (topografia) de intimidade doméstica, daquele que se olha no espelho e percebe suas “marcas” e o descompasso entre seu corpo e sua identidade. Essa cena de isolamento reforça a cenografia intimista, que se mostra aqui, por isso, mais prototípica, se a compararmos com B1 e B2. Do mesmo modo, em uma dimensão experiencial, esse *ethos* discursivo do isolamento é certificado pela falta de um diálogo explícito com outras identidades trans. Em outros termos, a diferença que contamina a identidade do enunciador não é transferida para outras corporalidades, pelo menos não de forma dita.

Explicitamente, é mencionada a “disforia” de gênero. Essa condição que não pode ser confundida com a própria transgeneridade, se assumirmos que a associação direta entre disforia e transgeneridade é patologizante; fazê-lo implica um quadro no qual a cisgeneridade é colocada como norma saudável e a transgeneridade, como patologia, doença mental (BAGAGLI, 2016). Esse quadro não permite subversão, deslocamento nem abandono do sistema binário de gênero. Julgamos lícito defender, por conseguinte, que a disforia de gênero pode fazer parte da experiência de alguns transgêneros, como uma condição de ansiedade duradoura que se origina do descompasso entre identidade de gênero e corpo.

O sofrimento o qual enfrenta o enunciador deve-se também à questão financeira e de acesso ao processo transexualizador. Na parte final de B3§4º, o enunciador reflete sobre a sua condição e a falta de acesso à mastectomia, cirurgia de remoção dos seios. Nesse ponto, o custo da cirurgia e a insuficiência de políticas públicas efetivas para os sujeitos trans liga o discurso a um tempo coletivo de reivindicação, ao qual os discursos analisados até aqui muito se reportaram.

A presença do posicionamento heterocisconformista nesse discurso pode ser percebida pelo sistema do duplo que incide a figura do *binder*. O segmento B3§1º mostra o controle e a relevância que essa figura tem para esse corpo trans. Em “Com teus esforços, protetor és/ Porém, com os mesmos, torturador faz-se” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 141), ao mesmo tempo protetor e salvador, que ajuda a adequar a expressão à identidade gênero, e algoz, que oprime, que se faz dominante, superior.

A emergência discursiva da paratopia de identidade de gênero ancora-se na figura do *binder*, como um embreante personagem, que marca o corpo do fiador. Essa escolha pela personificação permite um movimento cenográfico no qual, em um tempo (cronografia) de lamento, a corporalidade aflita do enunciador trans, ao clamar por libertação, contrapõe-se à outra corporalidade, aquela que se assenta em um posicionamento conservador e heterocisconformista.

Nos discursos do grupo B, que optam por uma cenografia intimista em poesia, aparecem as representações de dois tipos de paratopia de identidade: a de gênero, mais explícita, e a social. Em B1, acesso ao nome social é o mote para uma discursivização que incorpora ao enunciador trans a opção pela autoafirmação. Em B2, a paratopia social é transferida para uma identidade coletiva, que incita a um grito coletivo pela mudança social. Já em B3, o corpo e sua inadequação à identidade de gênero designada é catapultada a um lugar de destaque.

Nos três exemplares, surge uma visão intimista da paratopia social, ou seja, como a administração de uma posição social inconstante que ecoa pelo espaço privado. A emergência de um *ethos* discursivo coletivo do descontentamento social, em sua dimensão experiencial. Essa cenografia, portanto, propicia um viés de exploração de

espaços cotidianos e reservados desses enunciadores, criando um efeito catártico para a coletividade à qual se integram.

5.4 Grupo C: a cenografia de diário em prosa e em poesia

No grupo C, verificamos a administração de uma cenografia de diário em prosa, com traços narrativos dominantes, que cedem espaço, em algum ponto, à poesia. Existe uma fluidez maior no processo de negociação dessa cenografia, na medida em que uma de suas partes desenvolve-se em prosa e outra, em poesia. Trata-se de uma escolha que agrega à cenografia a valorização da diferença em mais um nível discursivo.

A narração de experiências cotidianas e íntimas funciona, em primeiro lugar, como afirmação de sua presença e de suas angústias enquanto sujeito trans e, em segundo, uma maneira velada de criar a adesão do coenunciador; talvez contando com a sua disponibilidade devido ao apelo público que as narrativas trans conservam há tempos (MOIRA, 2018), talvez, o que é mais possível, por optar selecioná-lo levando em conta um posicionamento que concorde com o seu próprio.

Embora não igualemos a função infralíngua ao regime de enunciação da poesia, para os objetivos deste trabalho, defendemos que há entre eles uma relação especial⁵³, dado que, nesse *corpus*, o retorno enunciativo ao “eu”, seja ele individual, seja ele coletivo, é mediado em uma relação de pura emoção, que é comprovada pelo emprego infralinguístico. Diferentemente da prosa, que narra, descreve, explana, nesse recorte, a poesia serve, desse modo, para mostrar a visão específica do “eu” e evocar uma gama indistinta de efeitos que abarcam essa identidade.

Neste grupo, há uma transformação, não necessariamente nesta ordem, da função coerente e gradual da língua, a supralíngua, em um grito de resistência consoante com a emotividade da infralíngua. No momento em que predomina o regime da poesia, o enunciador reflete sobre sua identidade, considerando a diferença que a constitui, e

⁵³ Ao novo ver, eis um estudo instigante que pode ser melhor tratado em um possível desdobramento desta pesquisa.

sobre os consequências para a imagem de si que resultam do tipo de pertencimento dos sujeitos trans à sociedade.

[C1] O corpo como armadura de resistência⁵⁴

- [1] Era mais ou menos 8 da manhã de um dia qualquer, quando fui no mercado do bairro com minha renda no rosto, óculos escuros e peruca chanel vermelha comprar ração para os meus gatos. Notar a expressão indignada das pessoas ao me ver causa em mim um prazer indescritível, é tanto que fico rindo sozinha.
- [2] No caminho de volta pra casa, lembrei da minha época de escola, quando passei a transbordar minha transgeneridade e, consequentemente, meu estilo “extravagante” aos olhos da sociedade. A partir daí, as opressões diárias que eu sofria naquele lugar deram espaço a olhares curiosos, espantados e quase sempre silenciosos. Foi aí que percebi que minha expressão funcionava como uma afronta a todos aqueles que me oprimiam e me violentavam; minha aparência se tornou meu escudo, minha armadura, e é assim até hoje.
- [3] O armário nunca foi uma opção, então fiz e faço do meu ser a minha maior arma. Mesmo com as consequências, empoderar-me da minha identidade foi um dos maiores atos que pude fazer por mim mesma, contrariando quem achou que iria me reprimir, me acuar, me fazer ter vergonha de mim mesma, pois é isso o que eles querem.
- [4] Mas a gente não dá o que eles querem
A gente dá o troco
A gente vive
A gente resiste
Falando, gritando, lutando, tentando ser feliz
Até que nos matem

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 19-20).

O discurso C1 é de Ana Giselle, recifense de 21 anos, artista e DJ, que se apresenta como “transalien” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 161). Os interdiscursos acessados são semelhantes aos indicados na seção 5.1, com destaque especial para a figura do corpo trans em contraste com os espaços dominados e autorizados à cisgeneridade.

O coenunciador engaja-se em uma identidade subversiva, que resiste em um lugar (topografia) de vivências rotineiras, o mercado do bairro e a escola. Essa escolha topográfica é significativa, visto que nesses ambientes os sujeitos trans são confrontados pelo posicionamento regulador da matriz cisgênera e heterossexual. À

⁵⁴ Discurso assinado por Ana Giselle.

medida que se ostenta um “escudo”, uma “armadura”, uma “arma”, esse *ethos* singular consegue produzir um deslocamento dos estereótipos sobre os sujeitos trans.

Nesse discurso, além de as identidades serem consideradas em seus contextos locais e históricos, como examinamos apoiados em Hall (2000), ao corpo é reservado um lugar específico no conjunto de práticas discursivas que as produzem. Seu processo de constituição e de afirmação passa a admitir o papel medular da diferença. Diante disso, concebemos que “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” (WOODWARD, 2014, p. 14).

Nesse sentido, o corpo do fiador sobressai como um discurso que se insurge contra a cisgeneridade compulsória dos espaços públicos, intervindo neles. Observamos, em C1§1º: “notar a expressão indignada das pessoas ao me ver causa em mim um prazer indescritível, é tanto que fico rindo sozinha” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 19). O enunciador explicita sua posição consciente e percebe seu corpo como um dispositivo discursivo cujo poder é desestabilizador, como uma “arma” que engendra “[...] uma cadeia de identificações e de negações sucessivas” (PRECIADO, 2014, p. 87) e ameaça uma série de binarismo basilar para o sistema da cisgeneridade compulsória.

Em sua posição de enfrentamento da cisgeneridade, o enunciador afirma-se como trans não passável, quer dizer, define-se como uma identidade que não se conforma aos aspectos culturais que caracterizam as identidades cisgêneras e não sente “vergonha” por isso: “o armário nunca foi uma opção, então fiz e faço do meu ser a minha maior arma” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 19). O conceito de passabilidade é visto pela primeira no âmbito do gênero social com o estudo de Garfinkel (2006 [1967]), apesar de o autor não empregar, de maneira explícita, essa terminologia. A passabilidade, como indicam Butler (2016) e Bento (2008), pode ser compreendida como a construção de uma expressão de gênero inteligível, que se adequa à cisgeneridade compulsória.

Se considerarmos o embreante código linguageiro, a narração dominante nessa cenografia demanda a utilização de um de seus princípios mais básicos, o tempo pretérito perfeito. Nesse exemplar, a narração que rememora experiências passadas

do enunciador decompõe o tempo em dois momentos diferentes, um mais remoto, da “época de escola”, da fragilidade, e outro mais recente, de resistência, de ocupação dos espaços públicos. A dinâmica entre um momento mais remoto e um mais recente reforça outra instância que ratifica essa cenografia: um tempo (cronografia) de mudança, confirmando uma tendência que aparece nos discursos anteriores.

Por sua opção narrativa, a escrita de si depende da presença constante da primeira pessoa do singular. Dentro do movimento de deslocamento do regime enunciativo da prosa para o da poesia, em C1§4º, o “eu” cede seu lugar para “a gente”. A identidade do enunciador, agora em uma perspectiva mais coletiva, afirma a luta e a resistência dos sujeitos trans e protesta, no último verso, a violência da matriz cisgênera contra esses sujeitos.

Como em B2, o segmento desse discurso que usa o regime da poesia manifesta uma identidade alargada. O “eu” que retorna sobre si mesmo, que caracteriza a poesia, faz-se aqui “eu” coletivo. Junto com os outros embreantes, essa identidade estabelece representações da paratopia de gênero, que são gerenciadas com base na marcação simbólica que recebem socialmente certas identidades de gênero, certas expressões de gênero e certos corpos.

[C2] 22 de agosto⁵⁵

- [1] Um corpo em disforia. Dor
Um corpo trans. Um soco, dor
Raiva, sangue... dor
Gozo, bocejo. Ódio, ócio
Dor
Odiar-se, reparar-se, remendar-se
Transmutar-se, transformar-se
- [2] Hoje eu me olhei no espelho, nu. E detestei. Eu cuspi no reflexo, ameacei cravar uma faca no meu peito e nunca mais respirar. Segurei minhas coxas com raiva, enfiei minhas unhas nelas num movimento animalesco e gritei. Fiz o mesmo com a cintura, belisquei minhas cicatrizes (como se pudesse me livrar delas). Bem, eu não consegui. E eu me odeio. Eu me odeio por não conseguir e me odeio ainda mais por persistir.
- [3] Vocês nunca vão saber como é não se sentir bom o bastante para nada.
- [4] Eu escrevo por sobrevivência. Parece que as palavras saem da minha boca com o peso de toda essa existência, pouco a pouco. Parece que consigo me livrar de mim assim. Eu só queria dizer que estou aqui.

⁵⁵ Discurso assinado por Kaique Theodoro.

[5] E dói.

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 40).

Kaique Theodoro, homens trans de 22 anos, carioca, modelo, músico autodidata e ator do grupo Transarte, assina o discurso C2 cuja cenografia inverte o movimento prosa-poesia sistematizado no discurso anterior. Aqui, a poesia do trecho inicial vai deslocando-se para a prosa. Novamente, imagem de si e corpo confrontam-se na fala do enunciador, reiterando os interdiscursos já examinados. Podemos, assim, propor semelhanças entre esse discurso e B3.

Em primeiro lugar, tanto aqui como lá, o enunciador move-se por um lugar (topografia) de intimidade doméstica, para em frente ao espelho e observa seu corpo: há uma divergência entre sua identidade de gênero e sua materialidade corporal. Esse *ethos* discursivo do isolamento, em uma dimensão experiencial, é sancionado pela falta de um diálogo explícito com outras corporalidades. Essa cena de fechamento em si, porém, cria um efeito intimista, cujo objetivo é ganhar a adesão do coenunciador. A busca pela adesão do coenunciador pode ser demonstrada, em uma visada patemizante reforçada (CHARAUDEAU, 2007)⁵⁶, no trecho “vocês nunca vão saber como é não se sentir bom o bastante para nada” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 40).

Menciona-se, em segundo lugar, a “disforia” de gênero desde o princípio e seus efeitos sobre o enunciador são desenvolvidos ao longo da cenografia de diário. Como defendido antes, apesar de nem todo transgênero ser disfórico, essa condição de ansiedade duradoura que se origina do descompasso entre identidade e expressão corporal pode marcar a experiência de alguns sujeitos trans. A enunciação fica, assim, respaldada por um tempo (cronografia) de lamento, de dor, que remete à instância temporal da reivindicação coletiva de acesso ao processo transexualizador e à cidadania plena, como evocam os outros discursos analisados.

A paratopia de gênero, como está expressa em “hoje eu me olhei no espelho, nu. E detestei” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 40) estabelece, na figura do

⁵⁶ Extrapola nosso objetivo discutir o conceito de visada patemizante de Charaudeau (20,07). Em suma, quando o sujeito enunciador reforça a visada patemizante de seu discurso, quer dizer que intenciona emocionar seu público, para conseguir sua adesão.

espelho, um embreante que dialoga com o mito do duplo. Por intermédio desse objeto, o enunciador lida com uma percepção de sua materialidade física que não condiz com a imagem que tem de si. As escolhas discursivas nos diferentes níveis desse discurso criam um efeito de expressividade que evocam uma corporalidade aflita. Como em B3, esse fiador revela a necessidade de adequar seu corpo, de “transmutar-se, transformar-se” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 40), o que aponta para uma superação do duplo da estética romântica, segundo o qual se costumava aludir à inversão, no íntimo das personagens, de princípios morais.

A paratopia, nesse discurso, também está na posição do enunciador como pertencente à classe artística, literária. Devido ao seu lugar social incongruente, a/o artista precisa discursivizar, em suas obras, sua errância, fazendo emergir nelas as mais variadas representações da paratopia.

A paratopia do escritor, na qualidade de condição da enunciação, também é seu produto; é por meio da paratopia que a obra pode vir à existência, mas é também essa paratopia que a obra deve construir em seu próprio desenvolvimento. Na qualidade de enunciação profundamente ameaçada, a literatura não pode dissociar seus conteúdos da legitimação do gesto que os propõe; a obra só pode configurar um mundo se este for dilacerado pela remissão ao espaço que torna possível sua própria enunciação (MAINGUENEAU, 2016a, p. 119).

Em C3§4º, a paratopia atravessa a figura da/o artista que se expressa pela palavra escrita: “eu escrevo por sobrevivência” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 40). O potencial paratópico de uma vivência ameaçada transforma-se em ato ameaçado, o da literatura. A pressuposta reincidência desse ato, já que dele depende a sobrevivência do enunciador, é afiançada pelo título “22 de agosto”, que, ao que tudo indica, trata-se de um dia como qualquer outro.

Ademais, em relação ao código linguageiro, notamos que o percurso da função infralíngua, no trecho dominado pela poesia, para a supralíngua, configura uma tentativa do enunciador de racionalizar e controlar sua dor. Essa atitude resulta em uma repetição do “eu”, em um movimento cenográfico de afirmação de sua identidade e, por conseguinte, de consciência da interferência discursiva do discurso constituinte no espaço social.

Em C2§5º, reitera-se a função supralinguística e conclui-se o discurso, reafirmando a dor do enunciador, agora de forma sucinta e estoica, se a compararmos com o primeiro trecho dessa configuração cenográfica, no qual prevalece a função infralíngua.

[C3] Florescer no feminino⁵⁷

- [1] É difícil se amar. É difícil se querer bem.
- [2] Coluna reta! Boca fechada! Pernas cruzadas! Senta igual homem! Essa maquiagem tá muito forte! Quer ser mulher? Mulheres não falam isso. Mulheres não escrevem isso. Mulheres não postam isso. E o silicone, tá juntando dinheiro? Mas não pode ser muito grande, vai parecer uma puta. E a buceta? Ah não! Mulher de pau não pode! Mulher tem que ter buceta, mulher é buceta! E os namorados? Mas como vocês se relacionam? Ah tá, ele é gay. Ué, mas você não é gay? Trans não é gay? Vamos falar a verdade, é tudo igual né. Pouca vergonha. Falta de respeito. Isso é falta de Deus. Falta de amor próprio. Doença. Eu não entendo direito como funciona esse negócio de nascer de um sexo, mas se perceber de outro. Me explica? Ah não, explica não. Agora tô sem tempo. Eu não entendo, mas respeito, isso que importa. Drama! E daí que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans? Morre gente todo dia. Todo tipo de gente. É muita vitimização. E quem garante que essas travestis não estavam fazendo algo errado? Prostituição? Quem quer trabalha. Você mesma trabalha, por que as outras não fazem igual? Transfobia?! Ah não, é muita palavra nova. Muito esquerdismo. Mimimi.
- [3] É preciso tentar. É preciso seguir.
- [4] Não me curvo, além do que já sou curvada normalmente. Não desvio meu olhar. Não boto galho dentro. Ok, às vezes olho pro chão. Mas esse é um hábito que tenho desde pequena. Andar olhando pro chão. O que será que estava procurando? Eu tava me procurando pelo caminho? Me encontrei, mas a mania ficou. “O chão é duro demais”, minha terapeuta disse. Aí, quando lembro dela falando isso, eu levanto o olhar. Vejo alguns rostos, alguns olhares, vejo o sol, as flores, os carros e as paredes. Quando me dou conta, já estou olhando pro chão de novo. Não sofro por isso, nem fico remoendo. Só me preocupo com a postura mesmo. Com os eventuais problemas de coluna.
- [5] Mas, nessa vida escrota, eu aprendi muita coisa. Aprendi a dizer “ela” quando dizem “ele”. Aprendi a falar “Lana” quando dizem o outro nome. Aprendi a apenas revirar os olhos e respirar fundo com quem não vale a pena bater de frente. Aprendi a ser política. Aprendi a sorrir e ver beleza no meio de tanta exigência e de tanta imposição. Aprendi a ver isso, porque realmente existe muita beleza e muitos motivos pra sorrir. Nem tudo são flores, mas nem tudo são dores. Não, não. “Você é forte”, eles dizem. Eu me pergunto se realmente sou, ou se é só a máscara que decidi usar. Sou sim, sou forte. Não alguém do planeta Krypton, mas forte. Apenas o suficiente. Forças e fraquezas, sorrisos e choros, sinceridade e deboche, curiosidade e preguiça. Muita preguiça. Paixões, amor pelo Amor, tesão e sono. Gargalhadas incontroláveis. Essas coisas fazem eu ser a mulher que sou. A mulher que muitos duvidam. A mulher que eu vivo. A mulher que resiste. A mulher que brota e floresce diariamente. A mulher de pau. A mulher humana. A mulher eu. Lana.

(GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 112-113).

⁵⁷ Discurso assinado por Lana de Holanda.

O discurso C3 é de autoria de Lana de Holanda, mulher trans de 26 anos. Nascida em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, é estudante de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criou a página Transgressiva e foi assessora parlamentar da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ). Nessa amostra, o enunciador particulariza a voz do Outro, de posicionamento inconciliável, mostrando um *antiethos* bem delimitado que orienta sua paratopia criadora.

Por todo o parágrafo C3§2º, introduzem-se vozes resultantes de um posicionamento heteroconformista opressor que ordena o cumprimento de normas de gênero baseadas em marcas biológicas, como a genitália. A construção dessas vozes retoma um contexto sócio-histórico de controle sobre os corpos e de patologização de identidades dissidentes, o qual foi objeto debatido no primeiro capítulo dessa dissertação.

O caráter e, conseqüentemente, o corpo do Outro exibem-se como uma personagem múltipla que acopla discurso e potencial paratópico dos sujeitos trans. O *ethos* discursivo associado ao posicionamento *queer* do enunciador é de autopertencimento, de uma corporalidade que se revela em um lugar (topografia) de resistência rotineira e pública. O enfrentamento entre esses dois modos de existir fazem funcionar a paratopia de gênero que é condição e produto dessa enunciação.

Essa instabilidade entre autopertencimento e opressão, no nível do embeante código linguageiro, é abordada na seleção de itens lexicais e expressões que ajudam a construir um caráter controlador e transfóbico para o *antiethos*. Aparecem, ao longo de C3§2º, por exemplo, “doença”, “vitimização”, “pouca vergonha”, “muito esquerdismo” para indicar a condição transgênera. Nesse mesmo parágrafo, há uma série de enunciados diretivos, “Coluna reta! Boca fechada! Pernas cruzadas! Senta igual homem!” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 112).

Em resposta, o enunciador dirige-se, em C3§3º, a si e ao seu grupo com as seguintes diretivas: “É preciso tentar. É preciso seguir” (GRUPOS TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 112). A dinâmica desses três primeiros parágrafos é similar ao movimento argumentativo presente nos discursos de cenografia de manifesto político que formam o grupo A. O efeito intimista criado, nesse exemplar, pela cenografia de diário trata-se

de uma forma de maquiar a persuasão pretendida. De acordo com Amossy (2007), todo ato enunciativo, mesmo quando não se mostra argumentativo em um senso mais específico do termo, acaba orientando a forma de ver e refletir do coenunciador. Podemos defender que essa dinâmica é destinada a coenunciadores que compartilham um posicionamento aproximado ao do enunciador.

O enunciador aborda sua corporalidade como um dispositivo discursivo que se insurge contra a cisgeneridade compulsória, ocupando os espaços públicos, como acontece em C1. A consciência do poder de seu próprio corpo é conquistada por meio de um tempo (cronografia) de aprendizagem gradual, descrito no começo de C3§5º, que é, igualmente, tempo de mudança, de reivindicação. Então, à interpelação controladora do Outro – “E a buceta? Ah não! Mulher de pau não pode! Mulher tem que ter buceta, mulher é buceta!” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 112) –, que equivale genitália à identidade de gênero, o corpo da “mulher de pau” responde com a asserção de sua presença desestabilizadora.

O título “Florescer no feminino” insere-se nesse tempo de aprendizagem gradual e descreve um processo reiterado “diariamente”. Essa cena de metamorfose reproduz o mito literário do duplo, conforme descrito previamente. O duplo aqui comporta-se um modo de gerenciamento discursivo que emerge da dificuldade do processo encarado pelo enunciador de substituição irreversível de uma identidade ilusória por uma identidade legítima.

A poesia, em C3§5º, é elaborada pelo retorno do enunciador a si mesmo em um movimento circular, que vai certificando, em uma enumeração, diversas características dessa identidade discursiva legítima. Nesse trecho, o ritmo deve ser marcado pela repetição do item “mulher”, que funciona, nesse retorno sobre si, como uma afirmação da identidade de gênero.

Termina-se o discurso em: “A mulher humana. A mulher eu. Lana.” (GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS, 2017, p. 113). O extravasamento do “eu” que se sobressai no segmento em poesia é, em última instância, encerrado com a afirmação do nome, cujo peso simbólico também pôde ser constatado nos discursos antecedentes.

Nos discursos do grupo C, cumulam-se vários efeitos da paratopia de identidade. A paratopia de gênero encontra-se em primeiro plano e combina-se com a paratopia do tipo social e a do tipo corporal. À essa combinação de efeitos, soma-se o gerenciamento de dois regimes de enunciação diferentes, a prosa e a poesia, resultando em uma atualização da paratopia nesse contexto específico de produção discursivo-literária.

Quando entendemos que “a política de identidade não é uma luta entre sujeitos naturais; é uma luta em favor da própria expressão da identidade” (WOODWARD, 2014, p. 37), podemos alcançar a produtividade da noção de paratopia de gênero para o campo de pesquisa do discurso literário na AD. A luta travada pela liberdade de expressão da identidade de gênero viabiliza produções discursivo-literárias bastante heterogêneas que requerem investigações comprometidas.

Nessa perspectiva, afirmamos, em conclusão, que a análise do *corpus* selecionado torna possível uma expansão do estudo sobre a representação da paratopia de gênero. Na produção analisada, gerencia-se discursivamente a imbricação de componentes individuais e sociais do gênero (LORBER, 1994)⁵⁸, o que nos leva a sinalizar três questões:

- i. De forma mais perceptível, o discurso literário, por ser fonte para outros discursos, pode ser apreendido em uma dimensão pedagógica, configurando-se como uma prática discursiva que indaga os comportamentos e/ou papéis de gênero estabilizados para determinada identidade;
- ii. Do mesmo modo, pode fazer surgir, por meio do processo de incorporação do *ethos* discursivo, corpos que sancionem a condição de dispositivo discursivo dos corpos humanos. Como já discutido, sancionar essa condição é fundamental, porque a discursividade corporal é uma das instâncias mais básicas da diferença que marca a gestão de uma identidade (WOODWARD, 2014);
- iii. Por último, em sua posição constituinte, este tipo de discurso auxilia no chancela ou na desestabilização do imaginário de gênero corrente, ou seja, as identidades discursivas podem ser agenciadas como embreantes paratópicos resistentes à

⁵⁸ Ver Quadro 1, p. 26-27.

ideologia de gênero, isto é, a justificativa para a estratificação das identidades de gênero baseada em argumentos que a fazem parecer natural, imutável (LORBER, 1994).

Encerrado este capítulo analítico, traçamos, em seguida, considerações sobre o percurso teórico-metodológico desenvolvido e sobre possíveis caminhos futuros para a ampliação da investigação. Abordamos também o desafio de tratar do discurso literário como *corpus* na área da Linguística, em especial discursos constituídos em um regime de menoridade. Ao final, concluimos que novas pesquisas merecem ser dedicadas ao gerenciamento discursivo da paratopia de identidade que congrega a escrita de si e o contexto atual de edição e de circulação do discurso literário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, propusemo-nos a analisar discursos literários produzidos por sujeitos transgêneros com o objetivo de verificar o modo de constituição da paratopia e de que forma ela é gerida em diferentes níveis discursivos. Considerando esse objetivo geral e os interdiscursos presentes no nosso *corpus*, focalizamos a embreagem paratópica desenvolvida nos níveis da cenografia, do *ethos* discursivo e do código linguageiro.

No primeiro capítulo, “As condições sócio-históricas de produção das narrativas de sujeitos transgêneros”, discutimos um cenário sócio-histórico perpetuado durante séculos que patologiza os sujeitos trans e de forma criou-se um posicionamento combativo que responde com a noção de identidade de gênero. A resposta inclui também a posse da linguagem pelos transgêneros cujas escritas de si apresentam-se como contradiscurso, como subversão da patologização.

Nos capítulos seguintes, “A Análise do Discurso em sua perspectiva enunciativo-discursiva” e “O discurso literário como discurso constituinte”, respectivamente, ocupamo-nos da fundação e do objeto de estudo da disciplina AD e dialogamos com a perspectiva enunciativo-discursiva, desenvolvida por Maingueneau. Adentramos, então, no modo de funcionamento do discurso literário, tipo constituinte de discurso que se autolegitima, regulando, em diferentes planos discursivos, sua paratopia, sua localização incerta no espaço social. Unimos a esse recorte discursivo a noção de literatura menor, com o intuito de interpelar o *corpus* mediante a desestabilização própria do discurso literário e sua particularidade de contradiscurso, produção discursivo-literária que polemiza com um cenário sócio-histórico duradouro de patologização e marginalização.

Após a apresentação dessa base teórico-metodológica, ativemo-nos, no capítulo “A paratopia nos discursos literários de sujeitos transgêneros”, ao *corpus* selecionado e procedemos à sua análise, subdividida em três grupos de cenografias: no grupo A, a cenografia de manifesto político em prosa; no grupo B, a cenografia intimista em poesia; e no grupo C, a cenografia de diário em prosa e em poesia.

A partir das análises realizadas, confirmamos a constituição dos discursos literários, que se adaptam à exploração da condição paratópica. À medida que os sujeitos

enunciadores subvertem a cisgeneridade compulsória em seus discursos, conturbam-se os discursos reiterados por um posicionamento conservador e heterocisconformista. Vale ressaltar que a criação literária envolvida nos discursos literários selecionados ganha um sentido político ao se apoiar na diferença como uma identidade coletiva de enunciação.

Um corporalidade da diferença valida esses discursos. Ela move-se por um lugar (topografia) de luta, que deve ser ocupado e desenvolve-se em um tempo (cronografia) de reivindicação e de mudança. Diante desse cenário, emerge, pois, um *ethos* discursivo coletivo do descontentamento social das identidades marginalizadas. Maingueneau (2016a) mostra que o *ethos* construído no e pelo discurso literário contribui para a modelagem e estabilização de certos padrões de comportamentos (MAINGUENEAU, 2016a). Na sua condição de literatura menor, observamos, todavia, que o *corpus* analisado desestabiliza modelos e hierarquias defendidas pelo discurso público corrente, bem como pelo discurso literário canônico.

O mesmo é garantido pelos códigos languageiros configurados. Circulam nesses discursos itens lexicais não veiculados, silenciados em grande parte dos discursos literários canônicos. Esses sujeitos enunciadores apropriam-se de xingamentos, bem como reservam um lugar de destaque para o corpo e suas partes, inclusive as genitálias; o que alguns podem qualificar como vulgaridade ou pornografia, trata-se de uma lógica de subversão *queer*.

Em todas as amostras das três cenografias analisadas, verificamos que o posicionamento *queer* administra uma paratopia que permite a encenação de um embate entre dois mundos éticos: um respaldado pela cisgeneridade compulsória, que controla identidades e corpos segundo uma naturalização da estratificação das identidades de gênero, e outro contradiscursivo, na medida em que subverte a matriz cisgênera.

Por meio da apresentação desses discursos de resistência, esses sujeitos buscam viabilizar socialmente diferentes identidades de gênero, sem deixar de considerar a relação destas com outras instâncias identitárias, como a raça e a classe econômica. Esse agrupamento da diferença filia-se ao posicionamento da teoria e da política

queer e produzem seus enunciados com a finalidade de consolidar progressivamente um lugar social no e pelo discurso.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Ethos. Tradução de Sandoval Nonato Gomes-Santos. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução de Adriana Zavaglia. *Filologia e Língua Portuguesa*, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.
- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- ANTUNES, Leda. Pessoas trans enfrentam dificuldades para alterar nome social em cartórios. *HuffPost Brasil*, São Paulo, 31 jan. 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/nome-social-dificuldades-cartorio_br_5c51a6b4e4b00906b26f67da. Acesso em: 2 fev. 2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Organização de Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira. Porto Alegre: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Tradução de Alda Scher e Elsa Maria Nitsche Ortiz. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 87-100, maio/out. 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011a. p. 261-306.
- BAKHTIN, Mikhail. Metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011b. p. 393-410.

BARBIN, Herculine. Minhas memórias. *In*: FOUCAULT, Michel (org.). *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. p. 11-105.

BARONAS, Roberto Leiser. Michel Pêcheux – um pensamento sob o signo da inquietude. *In*: BARONAS, Roberto Leiser. *Ensaaios em Análise de Discurso: questões analítico-teóricas*. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 13-22.

BARROS, Carlos Juliano. Com medo de ameaças, Jean Wyllys, do PSOL, desiste de mandato e deixa o Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24. jan. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. Etnografia da comunicação. Tradução de Sandoval Nonato Gomes-Santos. *In*: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 ago. 2009. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf. Acesso em: 2 dez. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n. 5002, de 2013*. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013. Acesso em: 2 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018. Normatiza o uso do nome social na educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 jan. 2018a. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/01/2018&jornal=515&pagina=10>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 134, de 2018*. Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Brasília, 2018b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7651096&ts=1549375047214&disposition=inline>. Acesso em: 6 fev. 2019.

BRAVO, Nicole Fernandez. Duplo. In: BRUNEL, Pierre. Dicionário de mitos literários. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998. p. 261-288.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Tradução de Susana Bornéo Funck. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. Entrevista concedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11634.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 2011.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALDAS, Joana. Governador de SC veta projeto de lei sobre nome social na administração pública do estado. *G1 SC*, Florianópolis, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/01/15/governador-de-sc-veta-projeto-de-lei-sobre-nome-social-na-administracao-publica-do-estado.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CARREIRA, Rosângela Aparecida Ribeiro. *A paratopia testemunho-documental e o discurso da negritude em Vencidos e degenerados*. Orientador: Jarbas Vargas Nascimento. 2015. 250 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo et al. (org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 27-43.

CHARAUDEAU, Patrick. *A patemização na televisão como estratégia de autenticidade*. Tradução de Renato de Mello. 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 6 fev. 2019.

CHAVES, Ramon Silva. *A paratopia do estigma: identidade e relato de si no discurso Recordações do escritor Isaías Caminha*, de Lima Barreto. Orientador: Jarbas Vargas Nascimento. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de

Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução de José Antônio Meireles. Coimbra: A. Amado, 1975.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Catálogo de teses e dissertações*. 2016. Versão 0.0.41. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. 1. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

FANON, Frantz. *Pela negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sex/gender: biology in a social world*. New York: Routledge, 2012.

FOUCAULT, Michel. O verdadeiro sexo. In: FOUCAULT, Michel (org.). *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. p. 1-9.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GARFINKEL, Harold. Passing and the managed achievement of sex status in an "intersexed" person. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed.). *The transgender studies reader*. New York: Routledge, 2006. p. 58-93.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

GRICE, Herbert Paul. Lógica e conversação. Tradução de João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Unicamp, 1982. v. 4. p. 81-103.

GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. *Nós, trans: escrevivências de resistência*. São Paulo: LiteraTRANS, 2017. *E-book*.

GUIMARÃES, Juca. Governo retira “cartilha para homens trans” e demite especialista em prevenção de HIV. Brasil de Fato, São Paulo, 11 de jan. 2019. Saúde Popular. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/11/governo-exonera-especialista-com-40-anos-de-experiencia-em-prevencao-de-hiv-aid/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HANISH, Carol. *The personal is political*. 2006 [1970]. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PersonallsPol.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Ser-Tão/UFG, 2012. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 22 abr. 2018.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LiteraTRANS. *Você conhece a LiteraTRANS?*, São Paulo, 7 set. 2016. Disponível em: <http://editoraliteratrans.wixsite.com/literatrans/single-post/2016/09/07/Voc%C3%AA-conhece-a-LiteraTRANS>. Acesso em: 10 out. 2018.

LORBER, Judith. *Paradoxes of gender*. New Haven, CT: Yale University, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCON, Neto. Justiça autoriza pela primeira vez mulher trans a mudar nome e gênero sem a exigência de laudo. *NLucon*, São Paulo, 4 nov. 2016. Disponível em: <https://nlucon.com/2016/11/04/justica-autoriza-pela-primeira-vez-mulher-trans-a-mudar-nome-e-genero-sem-a-exigencia-de-laudo/>. Acesso em: 2 out. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de linguística para o texto literário*. Tradução de Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. Tradução de Nelson Barros da Costa. *Revista do GELNE*. Natal/RN, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. Interdiscurso. Tradução de Sírío Possenti. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, jan./jun. 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírío Possenti e Maria Cecília Pérez de Sousa-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Organização de Sírío Possenti e Maria Cecília Pérez de Sousa-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2010b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola, 2015a.

MAINGUENEAU, Dominique. O que pesquisam os analistas do discurso? *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 31-40, jul./dez. 2015b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016a.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016b. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico sobre o *ethos*. Tradução de Paula Camila Mesti. In: BARONAS, Roberto Leiser; MESTI, Paula Camila; CARREON, Renata de Oliveira (org.). *Análise do discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas: Pontes, 2016c.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Bethania S. C. Mariani et al. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MARTINS, Helena. Decisão da OMS sobre identidade trans deve reforçar políticas públicas. *Agência Brasil*, São Paulo, 19 jun. 2018. Direitos Humanos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/decisao-da-oms-sobre-identidade-trans-deve-reforcar-politicas>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. As faces do duplo na literatura. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (org.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 111-123.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOIRA, Amara. De quando elas e eles contam suas histórias: uma breve genealogia das autobiografias trans mostra a potência dessas obras. *Suplemento Pernambuco*, Recife, n. 145, p. 4-5, mar. 2018. Disponível em: http://www.suplemento.pernambuco.com.br/images/pdf/PE_145_web.pdf. Acesso em: 23 out. 2018.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: poesia*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2. p. 113-165.

MUSSALIM, Fernanda. A enunciação aforizante: o caso do gênero manifesto. *Delta*, São Paulo, v. 29, especial, p. 467-484, 2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Tradução de Luiz Felipe Guimarães Soares. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PAINS, Clarissa. 'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 jan. 2019. Sociedade. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997a. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. Tradução de Jonas de A. Romualdo. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997b. p. 311-319.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, maio/out. 2014.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. *Revista Letras*, Curitiba, v. 61, n. 1, p. 253-269, 2003.

PORNHUB INSIGHTS. *Redtube & Brazil*. Montreal, 5 fev. 2016. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/redtube-brazil>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PORNHUB INSIGHTS. *2017 year in review*. Montreal, 9 jan. 2018a. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2017-year-in-review>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PORNHUB INSIGHTS. *2018 year in review*. Montreal, 11 dez. 2018b. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2018-year-in-review>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PRECIADO, [Paul B.]. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1, 2014.

RANK, Otto. *O duplo: um estudo psicanalítico*. Coord. de tradução de Erica S. L. Foerthmann Schultz. Porto Alegre: Dublinense, 2013.

ROSSET, Clément. *O real e seu duplo: ensaio sobre a ilusão*. Tradução de José Thomaz Brum. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan W. Prefácio a *Gender and politics of history*. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro e revisão de Tomaz Tadeu da Silva. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer*. Tradução de Wladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin, 2006.

STRYKER, Susan. *Transgender history: the roots of today's revolution*. 2. ed. Berkeley: Seal Press, 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. *Notícias STF*, Brasília, 1 mar. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em: 4 dez. 2018.

TARDIEU, Auguste Ambroise. Relatórios. In: FOUCAULT, Michel (org.). *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. p. 113-114.

TEIXEIRA, Marlene. O atravessamento pela psicanálise. In: TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido do discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 65-93.

TRANSGENDER EUROPE. *TvT TMM update – Trans day of remembrance 2018: 2982 reported murders of trans and gender-diverse people between 1 January 2008 and 30 September 2018*. Berlim: TGEU, 2018. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Tables_EN.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.